UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Escola de Ciências Sociais

Departamento de Sociologia

XIII Curso de Mestrado em Sociologia

Área de Especialização em Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável

A viagem de Maria do Sul

Um Relato de Vida

Dissertação de Mestrado

Apresentada por

Maria das Dores Inácio Correia

Orientador: Prof. Doutor Francisco Ramos

Évora, Novembro de 2010

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Escola de Ciências Sociais

Departamento de Sociologia

XIII Curso de Mestrado em Sociologia

Área de Especialização em Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável

A viagem de Maria do Sul

Um Relato de Vida

171562

Dissertação de Mestrado

Apresentada por

Maria das Dores Inácio Correia

Orientador: Prof. Doutor Francisco Ramos

Évora, Novembro de 2010

Este não é mais um tempo sagrado,
nem é passado,
nem presente a histórico,
mas sim um tempo presente,
um horizonte laico
e tão humano quanto possível.

É um modo de estar no tempo
que implica a crítica contínua de si
a fim de encontrar a melhor resposta para mudar o presente.

Valleriani, (2009:145)

Para não temer
o outro
Combinar com o outro.
Para não temê-lo, olhá-lo.
O medo do outro é o outro que não vejo: é
a distância!

Di Tommaso, (1992: 71)

Agradecimentos

Expresso aqui o meu agradecimento a todos os nomeados e não nomeados que tornaram possível este texto.

Em primeiro lugar, à minha mãe, por ter aceite narrar-se e expor-se, mesmo não sendo, pelo menos no início, do seu interesse ou agrado.

Aos meus irmãos e familiares, a quem o património desta história também pertence, por se terem disponibilizado a partilhá-lo com outros.

Ao meu orientador Professor Doutor Francisco Martins Ramos, pela sageza e gentileza com que desde primeiro momento aceitou e conduziu esta dissertação.

Ao Professor e filósofo António Valleriani, pela invulgar disponibilidade e sabedoria com que apoiou e enriqueceu o meu estudo.

Ao Professor Agustín Escolano Benito por me ter aceite no seu grupo de pesquisa sobre educação, proporcionando-me assim leituras e perspectivas que contribuíram para esta abordagem.

À Margarida pelo empréstimo de livros e de cumplicidades, que também apoiaram este trabalho.

Ao Carlos por me ter despertado para a ideia de alteridade.

RESUMO

Este trabalho apresenta a história de vida de uma mulher comum, do sul de Portugal, cujas memórias atravessam o século XX.
Pretende-se aqui evidenciar as imensas potencialidades proporcionadas pela técnica de investigação que constitui o relato de vida. É, posteriormente ensaiada uma análise da narrativa obtida com o objectivo de abordar em contexto, conceitos considerados relevantes para a compreensão da construção social contemporânea no espaço-tempo em referência.
Tenta-se aqui uma abordagem sociológica que conta em todos os momentos com contributos fundamentais das outras ciências sociais, detendo-se com maior atenção sobre aspectos referentes à formação dos indivíduos.
O objectivo é participar na construção de novas compreensões da complexa malha que os actores sociais vão tecendo, na qual nos envolvemos com a noção cada vez mais clara da necessidade de novas linhas.

ABSTRACT

This project presents the life story of a common woman, of the south of Portugal, whose memories stretch across the 20th century.
The intent here is to evidence the immense potential provided by the research technique that constitutes the story of life. It is later tested an analysis of narrative obtained in order to context realize, concepts considered relevant to comprehend the contemporary social construction in the space-time.
The project tries here a sociological approach which counts at all moments with fundamental contributes of other social sciences, with greater attention over aspects relating to individuals education.
The objective is to participate in the construction of new insights of the complex fabric that the social actors are sowing, in which we get involved with an increasingly clearer notion of the necessity of new lines.

PLANO ESQUEMÁTICO

Parte I
Posicionamento teórico e conceptual. Opções e metodologias

Nota introdutória

1. O objecto da investigação
1. 1. Razões de escolha do objecto
1.2. Pertinência deste objecto de estudo

2. Finalidade e objectivos do trabalho

3. Posicionamento teórico e conceptual

3.1. Conceitos estruturantes ou conceitos de partida
3.1.1. Actor Social
3.1.2 O self
3.1.3. Identidade
3.1.4.Interacionismo simbólico
3.1.5. Interação social
3.1.6. A fenomenologia

3.2 .Conceitos encontrados no caminho da pesquisa
3.2.1. Mobilidade Social e género
3.2.2. O estudo da vida quotidiana
3.2.3. Processos de socialização em pequenas comunidades locais
3.2.4. Curriculum oculto
3.2.5. Desenvolvimento humano
3.2.6. "Bildung"
3.2.7. Alteridade

4. Metodologia

4.1.Tipo de estudo : exploratório
4.2.O Método científico. A escolha da metodologia quantitativa. Coerência com os objectivos e com o enquadramento teórico.
4.3. Histórias de vida. Uma técnica de recolha de dados.
4.4. A Escolha da informante e da história de vida
4.5. Condições especificas da recolha da entrevista
4.6. Tradução. A opção sobre o formato da narrativa de vida
4.7. Análise de dados: posicionamento e opções.
4.7.1. Análise diacrónica e sincrónica
4.7.2. Análise sócio estrutural e sócio simbólica

Parte II
Narrativa de vida. Comentários e reflexões.

Capítulo I
Visita a Casa de Gil António e Maria Teresa

Capítulo II
Visita a Casa de Catarina Correia

Capítulo III
António Inácio e Maria de Jesus, pais de Maria

Capítulo IV
Maria Criança

Capítulo V
Maria Moça

Capítulo VI
Maria Mãe

Capítulo VII
Maria Mãe outra vez

Capítulo VIII
Maria mãe pela terceira vez

Capítulo IX
Maria Mãe de um rapaz

Capítulo X
Maria educadora

Capítulo XI
Liberdade, essa desconhecida

Considerações finais

Nota Introdutória

Este trabalho pretende constituir-se como dissertação de Mestrado em Sociologia pela Universidade de Évora. Enquadrado na área de especialização em Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável, a pesquisa desenvolveu-se a partir da intenção de identificar contributos para uma melhor compreensão da mudança social contemporânea observada no Sul de Portugal.

Tendo em conta o enquadramento formal e objectivo, a que corresponde a solicitação académica de uma dissertação de mestrado, bem como as condições da sua realização, - a concretizar no prazo correspondente a um ano lectivo, acumulando com o normal e paralelo desempenho profissional – optei pela realização de um estudo exploratório a partir da recolha e análise de um relato de vida.

A primeira finalidade deste trabalho é uma iniciação como investigadora social. O treino no uso de alguns métodos e técnicas próprias das ciências sociais, na abordagem de temáticas complexas como a mudança ou a formação humana, na perspectiva da investigação, é o principal desafio.

Com este exercício pretendo levantar algumas pistas para a investigação da mudança social a sul de Portugal. Mas também de evidenciar, uma vez mais, as potencialidades da metodologia das histórias de vida para a investigação sociológica.

O relato de vida recolhido e aqui apresentado, testemunha um contexto social específico, geograficamente situado a sul de Portugal - iniciado na Serra de Monchique, continuado em Portimão, e posteriormente em Évora. Cronologicamente coincide grosso modo com o século XX , com referências entre os anos de 1900 e 2010.

O meio social e cultural concreto em que se desenrola esta narrativa é apresentado como muito limitado nos seus contactos com o exterior, constrangido do ponto de vista económico, condicionado pelas condições locais, regionais e culturais.

Quem se conta é uma mulher comum que é escolhida não pela invulgaridade da sua história, mas ao contrário por pertencer a um grupo social maioritário, apresentando características que mais do que distingui-la, a aproximam e quase a confundem com os seus concidadãos desse grupo social alargado. A sua trajectória é paralela e similar à de muitas pessoas do seu tempo e lugar. O enfoque mais característico e eventualmente diferenciador é a sua ambição pela educação formal.

Uma narrativa de vida pode fornecer um diversificado conjunto de dados bastante

úteis à formulação de hipóteses, à concepção de novos estudos e abordagens do processo de mudança acelerada e contemporânea das nossas sociedades. Não permite extrapolações, nem conclusões definitivas. Mas aqui o objectivo é procurar, questionar, tentar novas abordagens e formulações sobre as realidades que julgamos conhecer.

Nesta dissertação proponho-me apresentar e reflectir sobre uma narrativa de vida concreta, com base em instrumentos teóricos e metodológicos oferecidos pela sociologia contemporânea, com vista a compreender alguns mecanismos da construção social com que hoje estamos envolvidos.

Observar, descrever, tentar compreender, e fazer compreender, com que instrumentos é que um indivíduo participa na construção da sua realidade social, do seu papel social, da sua interacção com os outros actores e instituições, num contexto concreto e identificado, operando mudanças que projectou, e outras não projectadas, por sua vez susceptíveis de continuar a produzir novos processos de mudança, é o tema desta investigação.

Na narrativa de vida em estudo, é central o tema da formação humana, enquanto conceito e processo em discussão. A formação mesmo que se refira a um só indivíduo é sempre uma construção social. No caso da protagonista desta narrativa de vida, cuja edução formal chega ao nível da 4ª classe, o processo de formação envolve, como no caso de todos os indivíduos, um conjunto vasto e complexo de recursos, de instituições, de redes. É um processo que implica componentes de natureza formal e informal; recolhe influências das teorias e práticas políticas, económicas, culturais; umas vezes todas estas confluências actuam ao nível consciente e outras inconsciente.

Por serem tão complexas e relacionados entre si, as inúmeras variáveis deste processo de formação são frequentemente seleccionadas e analisadas a partir de pontos de observação específicos, de modo a tornar possível o seu estudo. Têm surgido assim propostas vindas das diferentes áreas do saber, nomeadamente do campo das ciências sociais e das suas áreas de especialização.

Uma narrativa de vida sugere uma abordagem diacrónica e interdisciplinar, por forma, a tentar a compreensão das suas dinâmicas tão diversas e ricas, quanto a própria vida social.

É essa a perspectiva do trabalho aqui apresentado. A análise diacrónica é proporcionada pelo testemunho que percorre um período histórico sensivelmente coincidente com o século XX.

A interdisciplinaridade refere-se à recolha aqui feita de contributos das áreas da Filosofia, da Antropologia, da Psicologia, da Economia, da História, considerados úteis para a leitura, que se pretende sociológica, de um texto em que também nos escrevemos. Ou seja, o texto dos personagens desta narrativa cruza-se algures, ou pode ajudar a compreender, o dos outros cidadãos que vivem o século XXI a sul de Portugal.

A ideia partiu do interesse em compreender melhor o caminho social em que participo - assumindo aqui as influências do filósofo António Valleriani -. A compreensão das estruturas e fenomenologia desta realidade social exigem uma metodologia qualitativa, com tendência a aprofundar e a valorizar a recolha dos dados. É a morfologia do objecto de investigação que determina a metodologia a usar, seguido uma lógica Weberiana.

Tendo em conta o tempo e os recursos disponíveis para a realização desta pesquisa, e ainda o desejo de eleger um objecto de estudo sobre o qual já detivesse algum conhecimento, a ser aprofundado, considerei a recolha da narrativa de vida da minha própria mãe, como um desafio.

As fases da recolha, tratamento e análise dos dados corresponderam a fases bem diferenciadas neste trabalho. A primeira fase, a da recolha, consistiu na realização de uma entrevista aprofundada à informante escolhida, que decorreu em 15 sessões gravadas magneticamente nos meses de Setembro/Outubro do ano de 2006. Incluiu ainda consultas breves a outros membros da família. A fase seguinte, a do tratamento e análise dos dados foi sustentada pela investigação bibliográfica, e contou com o contributo do Professor António Valleriani do grupo de Teramo, para além da preciosa orientação do Professor Francisco Ramos.

O resultado final pretende levantar algumas pistas para eventuais investigações na área da Sociologia da Educação, e dos processos de desenvolvimento humano, particularmente os localizados a Sul de Portugal.

O título deste trabalho deseja condensar por um lado, a referência à observação do espaço-tempo em estudo, e por outro, à metodologia que o suporta.

" *Bildung*"é um conceito orientador deste trabalho. A palavra alemã, é usada pelos estudiosos da Educação por toda a Europa, muito frequentemente sem ser traduzida e significa formação do indivíduo. Surgiu em 1700, representante do ideal formativo mais importante da modernidade. Nela está simbolizada a imagem da viagem desde a razão, aos contributos recentes da pedagogia neobarroca, que se revê no caminho (em vez da viagem).. Segundo esta nova tendência procura-se a hospitalidade, a abertura ao outro, à diversidade, busca-se um encontro mais fraterno com a alteridade, uma vez sabida a identidade. A diferença entre a viagem e o caminho é que na primeira há um ponto de partida e um ponto de chegada, no caminho apenas há o ponto de saída. Na sociedade moderna de ontem, a formação era entendida como a viagem. Hoje, a nossa mais complexa realidade só há um ponto de partida porque todos somos chamados a um envolvimento contínuo. Um indivíduo nunca termina a sua formação. Este é um modo de estar no tempo que implica a critica continua de si, a fim de encontrar a melhor resposta para a mudança do presente.

"A viagem de Maria do Sul", é um título que pretende condensar a imagem do modelo de formação e de vivência humana emanada do tempo da razão, a que alguns sociólogos se referem como modernidade, localizando-a num espaço concreto.

O presente texto acompanha a vida da filha de uma família de um mundo rural situado no Algarve, do qual anseia libertar-se. É ainda uma filha do texto do seu tempo sem que disso tenha bom conhecimento ou consciência, mas no qual não se sente, ao longo da narrativa, nem reflectida nem identificada. Como se desejasse em vez do seu, outro tempo, outro lugar, ou principalmente outro texto.

No sub título – "Um relato de vida" ficam implícitos os elogios aos muitos investigadores que desde Óscar Lewis com a obra " Os Filhos de Sanchez", no início dos anos sessenta do séc. XX , vêm conferindo visibilidade e credibilidade às Histórias de Vida como método de investigação cada vez mais usado no plano da comunidade científica e cultural europeia.

Parte I

Posicionamento Teórico e Conceptual. Opções e Metodológicas

1. O Objecto da Investigação

O objecto de estudo desta dissertação consiste em observar e reflectir sobre fragmentos da construção social a que pertencemos, situados num espaço geográfico - Sul de Portugal - e num tempo histórico – Século XX, à luz da teoria social hoje disponível.

Entre esses fragmentos evidenciam-se exercícios concretos de formação e educação, formais e informais, como práticas da vida quotidiana, no contexto da modernidade a Sul de Portugal, susceptíveis de contribuir para a compreensão da realidade social em que nos movemos, e da que consciente e inconscientemente forjamos para futuros próximos.

Partindo do principio das "descontinuidades da modernidade" enunciado por Guiddens (2000: 3), com distanciamento da perspectiva do evolucionismo social, a análise de uma narrativa de vida comum pode fornecer dados para um estudo exploratório da realidade social contemporânea no espaço e tempo definidos. Trata-se da observação e reflexão sobre dados que se não sendo "novos" não se encontram frequentemente disponíveis em versões originais.

Neste contexto é possível recolocar um elevado número de questões sobre a realidade social em observação. O autor questiona: "como deveríamos identificar as descontinuidades que separam as instituições sociais modernas das ordens sociais tradicionais?" (Guiddens, 2000: 4) E propõe a observação do "ritmo da mudança", do "alcance da mudança" e da "natureza das instituições" como ferramentas para a identificação procurada.

A hipótese aqui colocada é a de que o uso destes instrumentos possa ajudar na identificação das mudanças que se tornaram uma constante, característica dos tempos que vivemos, mas que somos chamados a compreender e interpretar.

Estarão as mudanças para as quais contribuímos e nas quais nos empenhamos, mais ou menos activa ou conscientemente, direccionadas para os objectivos que almejamos, relacionados com o bem estar social e com o exercício da plenitude humana? – Aqui entendidos na perspectiva expressa na Declaração Universal dos Direitos do Homem proclamada pela ONU em 1948.

A dinâmica das mudanças sociais, neste lugar do mundo como nos outros, é mediada e experimentada pelas pessoas. Observar pessoas concretas pode então aproximarmo-nos da compreensão da natureza, trajectória, e impactos dessa mudança. Apreender tais movimentos poderá conduzir a um enriquecimento da forma de aperceber e estudar esta realidade social. Para o estudo das instituições sociais, parece-me indispensável e complementar o conhecimento das narrativas dos indivíduos concretos que, de uma forma ou de outra, contribuem para o delineamento das instituições.

A formação dos indivíduos surge ao longo desta descrição da mudança, como o tema mais destacado. A educação dos filhos é para esta mulher que se conta, a preocupação central. A sua própria educação é no início da sua narrativa o assunto que mais a interessa. A sua vida confunde-se com o desígnio de educar. E quando entende como cumprida essa viagem da educação, a informante co sidera esgotada a sua história de vida, como se deixasse de ter fio condutor ou um sentido claro para o seu percurso.

A partir desta narrativa podem por isso levantar-se hipóteses e reflexões sobre a concepção da formação dos indivíduos, quer no plano das ideias emergentes num dado tempo e num espaço; quer no plano da aplicação institucional dessas ideias adoptadas, ou seja das políticas escolhidas; quer ainda no plano das vivências efectivas decorrentes das primeiras (ideias e suas aplicações). Por outras palavras, no plano da interpretação e apropriação que os indivíduos co cretos fazem das ideias, do poder real e simbólico das instituições, transforma do tudo isso em vida quotidiana, e em contemporaneidade.

O desenvolvimento humano é outro conceito central neste trabalho. A sua relação com a formação dos indivíduos é estreita. Tomo Amartya Sen como uma referência neste campo:

" O desenvolvimento humano não é tanto uma questão de aumento do rendimento ou riqueza, quanto uma progressiva ampliação das capacidades humanas que permite às pessoas gozarem de liberdade para levar a cabo projectos de vida a que dão valor, e que se traduzem em avanços na esperança de vida, na saúde, na educação, e no acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno"(Herrero, 2006:11).

Este economista sugere que os caminhos para o desenvolvimento passam pelo alargamento das liberdades reais de que uma pessoa goza. Distanciado das frequentes perspectivas economicistas, coloca este processo na linha dos valores éticos.

" O desenvolvimento requer a eliminação das principais fontes de restrições: da pobreza como da tirania, da míngua de oportunidades económicas como da sistémica privação social, da incúria dos serviços públicos como da intolerância e prepotência dos estados repressivos. Apesar do aumento sem precedentes da riqueza global, o mundo contemporâneo recusa as liberdades elementares a grande quantidade – talvez mesmo à maior parte – das pessoas." (Sen, 2003:19-20).

Estas liberdades elementares são especificadas como sendo de ordem económica, mas também social, e ainda simbólica. A questão que neste trabalho pretende evidenciar-se é que esse "processo de alargamento das liberdades reais de que uma pessoa goza" está intimamente ligado à concepção da formação que as sociedades e os indivíduos projectam para si e para os outros. São condições objectivas e subjectivas de sonhar e concretizar acessos ao nível de vida sonhado, que se põem em evidência com o relato de vida aqui apresentado.

1.1. Razões de escolha do Objecto

Tentar compreender o mundo que nos rodeia é inerente à condição humana. Investir na busca incessante da compreensão da realidade social, com base nas regras do método científico, é inerente ao trabalho do sociólogo.

Neste caso, a escolha do objecto de estudo emerge do centro de interesses sociológico e intelectual da autora do trabalho. A consciência da necessidade de alargar continuamente as minhas liberdades, as minhas condições de possibilidade, ou seja de empurrar os meus limites, dentro dos limites possíveis ou tolerados, impeliu-me a dar atenção à forma como os outros, os que me rodeiam, desenvolvem esse mesmo processo.

Deste caminho – meu e dos outros - bastante limitado e titubeante, algumas vezes criativo e potencialmente poderoso, frequentemente inconsciente ou pouco informado, resulta do meu ponto de vista, o mundo que temos. Daí resulta, por outras palavras, o nível de desenvolvimento em que nos movemos, as ideias que adoptamos, o caminho que percorreremos a seguir.

Examinar a forma como uma pessoa concreta, lida ao longo da vida com esse processo de alargamento de liberdades, afigura-se-me interessante e proveitoso para a compreensão da realidade que nos circunda.

Mais interessante do que a observação de uma história de vida, só a de muitas histórias de vida. O sociólogo francês Pierre Tripier escreveu:

> "podemos afirmar, sem risco de engano, que as histórias de vida pessoais, tão completas quanto possível, constituem o tipo perfeito de material sociológico, e se as ciências sociais são obrigadas a recorrer a outros materiais, sejam eles quais forem, é unicamente pela dificuldade prática de dispor actualmente de um número suficiente de tais histórias para cobrir a totalidade dos problemas sociológicos e da enorme quantidade de trabalho que exige uma análise adequada de todos os materiais pessoais necessários para caracterizar a vida de um grupo social" (Nunes, 2005: 15)

Perante a necessidade de eleger um objecto de estudo, no final do curso de mestrado, pareceu-me oportuno, elementar e necessário, reflectir sobre o que me está mais próximo. Por um lado, a escassa experiência como investigadora académica e a limitação de meios disponíveis, assim o recomendavam. Mas por outro, conhecer o que é mais próximo, ou mesmo o que somos, não me parece de menor importância, pelo contrário. Como pensar ou dizer o que quer que seja, sem observação, e reflexão sobre o que somos, sobre o meio físico social, cultural que nos suporta?

Trata-se de procurar de dentro para fora, antes de fora para dentro. Numa perspectiva sociológica. Descrever e observar a história de vida de uma pessoa comum, pertencente ao meio social e cultural do sul do país dominante em

número de indivíduos, mas pouco representado nos discursos mais visíveis, nomeadamente no da sociologia surgiu-me como um programa de investigação possível e desafiante.

Acresce que se esta tentativa de procura de conhecimento sobre a realidade social contemporânea, quotidiana, localizada num certo sul do país, me interessava, considerei a possibilidade de ser também do interesse de alguns outros. Este relato de vida de uma mulher comum, suscita-me inúmeras reflexões do foro sociológico, algumas foram aqui expressas, muitas outras ficaram por escrever. Mas resulta evidente que sobre esta mesma história de vida são possíveis, quer em quantidade, quer em qualidade, muitos outros comentários, ângulos de análise, perspectivas, tipos de abordagem, tratamento e leitura de dados. E se outras narrativas de vida continuarem a surgir, a percepção do meio em que nos movemos será certamente enriquecida e reconfigurada.

A minha reflexão por um lado, e a possibilidade ainda que pequena, de suscitar a de outros, contribuindo assim, e mesmo que muito modestamente, para uma construção simbólica dinâmica da realidade social aqui referenciada, justifica a escolha deste objecto de investigação.

1. 2. Pertinência do Objecto de estudo

A pertinência deste objecto de estudo é justificada pela necessidade de conhecimento cada vez mais diversificado e aprofundado sobre a realidade em que nos percebemos.

Adopto aqui as definições dos termos "conhecimento" e "realidade", apontadas na perspectiva da sociologia do conhecimento.

"A realidade como uma qualidade pertencente a fenómenos que reconhecemos terem um ser independente da nossa própria volição (não podemos fazer com que não existam com a nossa vontade); o conhecimento como a certeza de que os fenómenos são reais e possuem características específicas" (Berger e Luckman, 1999:13).

Estas referências justificam a necessidade da sociologia do conhecimento com base nas "diferenças observáveis entre as sociedades, em termos daquilo que é considerado conhecimento" (Berger e Luckman, 1999:15).

Justifica-se então, uma abordagem sociológica da realidade descrita pela narrativa de vida proposta, como alternativa e complemento a textos, discursos ou caracterizações distintas, e muito diversas sobre a realidade em referência. É relevante o facto de apenas uma ínfima minoria desses textos serem produzidos a partir das perspectivas dos actores do quotidiano, ou seja das pessoas comuns que integram a realidade em apreço.

Sigo ainda a orientação dos autores citados, quando afirmam que "o sociólogo é forçado a questionar, se a diferença entre as duas realidades -(a do homem

comum e a do filósofo)- não pode ser compreendida em termos das diferenças entre as duas sociedades" (Berger e Luckman, 1999:14). Parece-me, também por isso, necessário analisar do ponto de vista sociológico a realidade descrita no relato de vida considerado. Por outras palavras, parece-me urgente procurar esse confronto, ou cruzamentos entre a narrativa do indivíduo comum e uma reflexão possível apoiada por contributos de várias ciências sociais.

Tomando um exemplo para ilustrar a necessidade de novas abordagens sociológicas sobre as condições da vida contemporânea a sul de Portugal, consideremos o período da revolução de Abril de 1974:

A mulher comum e concreta que aqui se conta, refere o dia 25 de Abril de 1974 como um dia igual aos outros daquela época. Assume o seu total desconhecimento à altura, ou a sua inconsciência acerca do fenómeno político, das suas características, convulsões e tendências, no que se refere quer ao passado próximo, quer ao momento do 25 de Abril. O tempo que se seguiu é sentido como tempo de uma abertura receosa. O tempo que lhe permitiu, a grande custo, erguer uma casa própria.

Já o político e Professor de História Contemporânea José Medeiros Ferreira escreve:

"de 1974 até aos anos 80 assistiu-se a grandes modificações na história das mentalidades e do quotidiano. Os espaços de sociabilidade alteraram-se, mudaram os valores morais e estéticos. Afirmaram-se profissões novas, introduziram-se no país novas correntes filosóficas sem constrangimentos, acentuou-se e difundiu-se o gosto pela cultura anglo-saxónica, quer na música e no cinema, quer na leitura de livros e revistas" (Matoso, 1993:166,b).

Por outro lado, o filósofo Eduardo Lourenço sobre este espaço-tempo do 25 de Abril refere:

" O 25 de Abril, quer dizer, umas Forças Armadas e um povo que sabiam onde efectivamente estamos, num contexto de ocidentalidade orgânica e fatal (para tempos previsíveis) iria reajustar a imagem revolucionária, exterior e interior, à nossa dimensão e à nossa carência económica que aos poucos se tornou a única verdade que os Portugueses sentem" (Lourenço, 1992: 47).

Não cabe ao sociólogo valorizar ou desvalorizar um ou outro discurso. Mas julgo que lhe caberá perguntar-se sobre a diferenciação das leituras apresentadas, o que é que as funda, e principalmente porque é que outras ainda, bastante mais diferenciadas não são contempladas no texto do conhecimento mais reconhecido.

De facto, a realidade social, expressa na narrativa de vida de uma mulher comum que percorre a segunda metade do séc. XX e entra pelos tempos do novo milénio, é atravessada por um conjunto de problemas sociológicos associados à modernidade, equacionados e discutidos pelos sociólogos mais referenciados no panorama da sociologia actual. Não é deste trabalho responder a essas interrogações, ou propor soluções para tantos problemas de fundo,

mas considero pertinente tentar contextualizar e mostrar alguns contornos de questões nomeadas como desenvolvimento, formação, questões de género, entre outras, neste espaço-tempo histórico e geográfico, por forma a equacionar novos contributos para uma melhor compreensão da realidade social.

"A sociologia tem como responsabilidade primária fazer um levantamento das transformações que ocorreram no passado e compreender as principais linhas de desenvolvimento que têm lugar no presente" (Giddens, 2002:11). Contribuir para este propósito implica acrescentar novos olhares, novas pontos de observação da realidade, possíveis de construir a partir de fontes mais diversificadas, incluindo os das pessoas comuns.

2. Finalidade e Objectivos deste trabalho

A finalidade desta dissertação é procurar novos contributos para a compreensão da realidade social de que fazemos parte, e por isso desejamos compreender melhor.

Usando a terminologia de Bertaux (2006) pretendo aproximar-me da compreensão de "um mundo social" que não escapa ao pano de fundo do movimento contraditório da homogeneização e da diferenciação que caracteriza as sociedades contemporâneas.

"Compreender é, em primeiro lugar, compreender o campo em que nos fizemos e contra o qual nos fizemos " assegura Bourdieu (2005:15) no seu último curso no colégio de França, em Dezembro de 2001.

"Os objectivos gerais descrevem grandes orientações para as acções e são coerentes com as finalidades do projecto, descrevendo as grandes linhas de trabalho a seguir e não são geralmente expressos em termos operacionais" (Guerra, 2000: 163). É esta coerência entre finalidade e objectivos, entre objecto e metodologia que pretendo respeitar e construir ao longo do texto deste trabalho.

"Se, como Husserl afirma, a percepção nos dá o ser, então a não percepção do outro traduz-se pela inexistência do ser... por outras palavras, a percepção, como a memória é selectiva. (...) o desprezo social e o não reconhecimento dão origem ao sentimento de invisibilidade (...) O invisível tende a significar o insignificante" (Tomas, 2008).

Em meu entender o "não fenómeno"(2) que é o testemunho da vivência das pessoas comuns, implica perda ou empobrecimento no processo de conhecimento e compreensão da identidade colectiva a que pertenço. Por isso, o que interessa nesta investigação é, à semelhança do trabalho de um fotógrafo, revelar a invisibilidade de uma parte, ainda que ínfima, da realidade social com que estamos envolvidos.

Orientada para a finalidade de compreender a realidade social em que me inscrevo, constituí como objectivos desta dissertação: apresentar o relato de vida de uma mulher comum; contextualizar este relato de vida; evidenciar o contributo de uma velha técnica para questões novas. Apresentar e analisar o contributo de um relato de vida concreto – como estratégia de investigação sociológica - para o estudo da construção social de uma dada realidade, ou seja para tornar existente, em termos de conhecimento, o que ainda é senão inexistente, pelo menos pouco significativo, é pois o desafio deste trabalho.

Trata-se concretamente de recolher e analisar uma narrativa de vida, com o intuito de acrescentar elementos à compreensão, numa perspectiva sociológica, do processo de mudança social observado a sul do Portugal contemporâneo. Chamar a atenção para o potencial contributo dos relatos de vida, como metodologia caracterizada pela profundidade e pela abrangência, e por isso útil à análise sociológica, faz parte dos objectivos desta dissertação. Para ensaiar esta compreensão, são consideradas as contribuições de outras ciências sociais como sejam a filosofia, a história, a antropologia, a psicologia, a economia ou as ciências da educação.

3. Posicionamento Teórico e Conceptual

O posicionamento teórico e conceptual que suporta este trabalho, parte da noção de actor social e da sociologia compreensiva de Weber, do seu pendor hermenêutico, bem como de algumas dos seus desenvolvimentos e envolvimentos posteriores, como sejam o interacionismo simbólico e particularmente a escola fenomenológica a que Lyotard (s.d.), entre outros autores deram expressão.

Esta construção teórica comprometida à partida com a perspectiva subjacente aos relatos de vida que considera os sujeitos como actores sociais, foi-se expandindo, acolhendo contributos de várias ciências e disciplinas sociais, numa lógica interdisciplinar.

No percurso da construção desta dissertação, alguns instrumentos conceptuais foram definidos no momento inicial. Esses são conceitos metodológicos, estruturantes que orientaram o caminho da pesquisa. Surgem aqui enunciados num primeiro grupo de conceitos, numa tentativa de clarificar as condições de produção deste trabalho. Um segundo grupo de conceitos inclui referências que ao longo do caminho da pesquisa se foram assumindo como conceitos de conteúdo, ou como propostas a considerar e desenvolver noutras eventuais investigações.
Sintetizando, o primeiro grupo de conceitos podem ser nomeados como conceitos de partida, enquanto o segundo integra os conceitos de chegada. Sublinhando, no entanto que estes pontos (de partida e chegada) são apenas válidos para este trabalho de sistematização, já que a realidade social é um processo que só artificialmente podemos cortar em troços. É um caminho feito de muitos percursos que se sucedem e justapõem.

3.1. Conceitos de Partida

3.1.1. Actor Social

" Por actor social entendemos aqui o facto do sujeito não ser considerado um ser passivo cujo comportamento resultaria do jogo de determinismos ou poderia ser explicado em termos de estímulo reacção. Também não é considerado inteiramente livre, na medida em que é portador de um ponto de vista próprio, que depende da posição que ocupa no social, da história que foi sua e dos projectos em torno dos quais se organiza a sua actividade" (Digneffe, 1997:205).

Esta perspectiva do actor social é o ponto de partida para este trabalho. Na sua interacção com os outros e com o seu contexto, os indivíduos, tal como as instituições, ou outros agentes também exercitam a reflexividade, a acção, ou o acto, a partir dos quais são susceptíveis de se constituírem e serem reconhecidos como actores sociais.

3.1.2. *O Self*

Segundo Kuhn o *self* está no centro da teoria sociológica.

"O Self forma-se na interacção social pela internalização de várias atitudes do self dos outros com os quais mantemos contacto ou dos quais temos de algum modo, consciência. De facto, visando propósitos de pesquisa pode conceituar o self como um conjunto mais ou menos estável de atitudes a respeito da própria identidade. Posto que as atitudes, na opinião de Kuhn, são tendências para agir, o argumento do self como atitudes leva à conclusão de que se conhecêssemos com suficiente profundidade a real identidade de uma pessoa tal qual ela se conhece, então poderíamos ter à mão informação adequada tanto para explicar suas actividades quanto para prever alguma acção futura" (Skidmore, 1976: 317).

A partir da interacção com os outros, este narrador, actor social, pode construir mudanças sociais, realidades, texturas sociais, mais próximas ou distantes do que desejou. Mas, apesar da importância do *self* neste trabalho, é de sublinhar que esta não é uma investigação no campo da psicologia. De resto, são vários os sociólogos de referência, para quem o self é um conceito profundamente sociológico, já que influi de forma relevante na construção das mudanças sociais.

"O Self não é uma entidade passiva, determinada por influências externas; ao forjarem as suas auto identidades, e independentemente do carácter reduzido dos seus contextos de acção específicos, os indivíduos contribuem para, e promovem directamente, influências sociais com consequências e implicações globais" (Giddens,1997:2).

O "self" é aqui entendido como uma consciência de si, bem mais ampla e

consolidada que a do individuo confinado a si próprio. É pois uma entidade colectiva apropriada pelos indivíduos, em construção contínua, impressionada por contributos tão distintos como sejam a reflexividade, as condições práticas de existência, entre outras.

3.1.3. Identidade

Parece consensual a constatação de Berger de que "a identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais" (Berger, 1999: 179).
Estudar o processo de construção da identidade tem sido um desafio para muitos investigadores sociais.

Castells define identidade como "fonte de significado e experiência". Defendendo que para um actor social ou para um indivíduo pode haver identidades múltiplas, este autor evidencia a necessidade de distinguir identidade de papel social.

"Esses papéis (por exemplo ser trabalhador, mãe, vizinho, militante socialista, jogador de basquetebol, frequentador de uma determinada igreja e fumador ao mesmo tempo) são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade. A importância relativa desses papéis no acto de influenciar o comportamento das pessoas depende de negociações e acordos entre indivíduos e essas instituições e organizações. As identidades, por sua vez, constituem fontes de significado para os próprios actores, por eles originadas, e construídas através de um processo de individualização... as identidades são fontes mais importantes de significados do que os papéis, por causa do processo de autoconstrução e individualização que envolvem. Em termos mais genéricos pode dizer-se que as identidades organizam os significados, enquanto os papéis organizam as funções." (Castells 2007b:3)

Depois de abordar brevemente estes dois conceitos chave, impõe-se sublinhar como faz Skidmore que "o problema da identidade do self é central para o interacionismo simbólico".(Skidmore 1976:312)

3.1. 4. Interacionismo Simbólico

Quanto à referência teórica do interacionismo simbólico surge porque dá "mais realce à acção individual activa e criativa do que qualquer outra abordagem teórica" (Giddens, 2002: 667). No caso da tentativa de despiste de mudanças sociais verificadas no decurso de uma história recente, ou de práticas que podem evoluir, a partir da observação de uma narrativa de vida de vida, esta opção afigura-se adequada.

Em termos gerais, os objectivos desta investigação são bastante compatíveis com os dos interacionistas.

"Esses objectivos correspondem, em geral, à aplicação de um conjunto de princípios básicos a casos específicos de acção humana com vista a 'entender' a acção mais ou menos da maneira que o próprio participante a entende. Provavelmente, o participante da acção usaria uma linguagem diferente da usada pelo interacionista simbólico para descrever as suas actividades e sentimentos, embora o intento geral seja descobrir o predicamento e a situação do actor como ele a vê. Esse é o principal objectivo da Sociologia segundo o ponto de vista do interacionista simbólico" (Skidmore, 76: 264).

Segundo este autor, a intenção do interacionismo simbólico, fundado na reflexão de Mead, não é explicar a sociedade a partir de um quadro original, ou nalgum estado de não sociedade, mas antes descrever um processo aceite como um dado, ou como um acontecimento. Trata-se de

" 'compreender' um processo em construção onde a comunicação é fundamental já que envolve a 'participação de uma pessoa na vida de outra ' (...) entendendo que "as instituições não são coisas, mas uma certa e permanente qualidade específica da interacção" (Skidmore, 1976:294-5).

A partir de um relato de vida, a que alguns autores chamam entrevista em profundidade, recolho dados relativos a uma determinada realidade social. Para elaborar uma reflexão sobre essa realidade específica, tomo como instrumentos alguns conceitos sociológicos de referência que me permitem e balizam essa reflexão.

Esta dissertação poderá então identificar-se com o que Skidmore expõe na sua explicação do interacionismo simbólico:

"O interacionista dispõe do que o homem comum normalmente não tem: uma sobrevisão adicional da situação, o conhecimento de forças ou compulsões institucionais, uma visão mais ampla através da qual possa fazer comparações, e assim por diante. Juntando sua concepção do mundo com a do actor que ele está estudando, o programa do interacionista pode resultar numa descrição da vida-como-vivida, como um processo de desenvolvimento influenciado pela individualidade e pelas instituições, pela moralidade e pelos costumes" (Skidmore, 1976:264).

Self, identidade, interacção, são alguns dos conceitos metodológicos chave para este trabalho, sendo igualmente conceitos fundamentais para o interacionismo simbólico, pelo que se impõe a sua especificação.

3.1. 5. Interação Social

A interacção social na vida quotidiana é objecto de reflexão de Berger, que começa por evidenciar que "a realidade da vida quotidiana é partilhada com outros". Definindo como protótipo da interacção social "a vivência de outros na situação de frente a frente", afirma que todas as outras formas de interacção social derivam desta (Berger, 1999: 40-41). Um aspecto importante da experiência dos outros na vida quotidiana é, então, o carácter directo ou indirecto dessa experiência.

Para uma melhor compreensão e sistematização deste conceito, Giddens (2002: 105) propõe, para além da "interacção face a face"- como a interacção entre indivíduos fisicamente presentes num mesmo contexto -, uma distinção entre "interacção desfocada", "interacção focalizada" e "interacção mediada".

A interacção desfocada refere-se a uma interacção que se desenrola entre as pessoas presentes num determinado local mas que não estão envolvidas numa situação de comunicação face a face directa. Já a interacção focalizada designa uma interacção entre indivíduos envolvidos numa mesma actividade ou em conversação directa. Por fim, a interacção mediada é aquela que envolve indivíduos que não estão em presença física.

É ainda necessário acrescentar que as relações com os outros não implicam apenas conhecidos e contemporâneos. Berger chama a atenção para a importância da relação com "antecessores e sucessores". Ainda que este tipo de relações aconteçam através de "tipificações quase anónimas", esse anonimato não impede que tais relações entrem na realidade da vida quotidiana (Berger, 2002: 45).

Por fim é necessário contextualizar: "Toda a interacção é situada – ocorre num determinado espaço e tem uma duração específica no tempo... assim, na análise dos contextos da interacção social, é bastante útil analisar os movimentos das pessoas e reconhecer essa convergência espacio -temporal" (Giddens, 2002: 111).

A narrativa de vida em estudo mais não é que a descrição de um vai e vem contínuo entre todos estes diferentes tipos de interacção social, contextualizados num determinado espaço e tempo. A contextualização dessa interacção contribui por um lado para a compreensão dessas interacções, mas também para a compreensão do referido espaço num dado tempo, enquanto fenómenos ou factos sociais.

3.1.6. A Fenomenologia

Na tentativa de clarificar o discurso há que distinguir entre duas ordens de palavras, por vezes usadas como sinónimos: por um lado o posicionamento, abordagem, enfoque, ou perspectiva teórica; por outro a teoria.

Enquanto as "abordagens teóricas são orientações globais sobre o objecto da sociologia, as teorias têm um âmbito mais restrito e representam tentativas para explicar conjuntos particulares de condições sociais ou tipos de ocorrência"(Giddens 2002:679).

De entre as várias expressões enunciadas – enfoque, perspectivas e posicionamento - assumo a minha preferência por posicionamento teórico, na medida em que me parece ser a mais aberta ou abrangente. No sentido em que é a partir de determinado posicionamento, que se torna possível identificar ou desenvolver perspectivas, e só do apuramento destas, pode resultar um enfoque.

O meu posicionamento teórico para esta investigação identifica-se com o interacionismo simbólico, como ficou atrás explícito. Numa lógica a que se acrescentam contributos da análise fenomenológica, aportados por Berger e Luckmann,(1999) e por Lyotard, (s.d.b) como principais referências. Impõe-se então uma breve apresentação desta fenomenologia.

"O sentido de tal movimento, de tal estilo, só é determinável se se abordar a partir de dentro, fazendo sua a interrogação que encerra. (...) Porquê Fenomenologia? – O termo significa estudo dos fenómenos, isto é daquilo que aparece à consciência, daquilo que é dado. Trata-se de explorar este dado, a própria coisa que se percebe, em que se pensa, de que se fala, evitando forjar hipóteses... Importa circunscrever-se ao pedaço de cera, sem pressuposto, descrevê-lo apenas tal como se nos apresenta" (Lyotard, s.d. : 9-11).

A fenomenologia é aqui entendida como uma postura epistemológica que está na origem da coerência entre os objectivos e a metodologia deste trabalho.

É a epistemologia enquanto espaço referencial onde se desenvolve a investigação, que emergente do corpo teórico existente, impulsiona quer o levantamento do objecto, quer a sua construção e a sua compreensão. No caso do presente trabalho incluem-se contributos oriundos de outras áreas do conhecimento, ou seja de outras ciências sociais para além da Sociologia.

"A fenomenologia, ligada às pesquisas sociológicas e etnológicas concretas, visa superar, a partir delas, a tradicional antinomia entre o individuo e a sociedade. Não está, evidentemente, em questão da supressão da especificidade das ciências sociológicas e psicológicas, no que concerne a este problema, a fenomenologia alinha-se pela posição definida por Mauss no seu artigo "Rapport de la psicologie et de la sociologie" e que preconiza um envolvimento das duas disciplinas, sem fixação de fronteira rígida" (Lyotard, s.d. b: 83)

Mas nesta dissertação o posicionamento epistemológico assumido recomenda ainda envolvimentos na perspectiva fenomenológica, com outras disciplinas, como já foi referido.

Mais do que um objecto circunscrito, esta pesquisa persegue a possibilidade de construção de um programa que nos permita compreender ou reflectir sobre "não apenas o que sou, mas o que vou ser e o que quero ter sido e vir a ser" (Lyotard, s.d. b: 93)

Neste contexto, procura-se a compreensão pela via da observação continuada, que não pode deixar de ser reflexiva. Porque é aqui aceite que explicar o fenómeno nos conduz frequentemente a pô-lo de lado, quando o que se deseja é observá-lo, descrevê-lo, perseguindo o objectivo de o compreender melhor.

Pretendendo ultrapassar dicotomias clássicas que se vêm revelando pouco construtivas, como sejam a já referida oposição entre o individual e o social, ou o subjectivismo versus objectivismo; não se pretende aqui dar lugar a outra oposição neste caso entre a explicação e a compreensão. " Entre o subjectivismo simplista, que equivale a arrumar toda a ciência social ou psicológica, e o objectivismo brutal, cujas leis falham afinal o objectivo, há lugar para uma retomada dos dados explicativos que procuraria exprimir a sua unidade de significação latente"

(Lyotard, s. d. b: 76)

Na tentativa de esclarecer a natureza da compreensão que procuramos, o mesmo autor considera "o social imaginário" como o fundamento da compreensão; "o social já lá está, quando o conhecemos ou julgamos...Antes da tomada de consciência, o social existe surdamente como solicitação" (Lyotard, s. d. b: 77). Por isso, o cerne do sentido não se atinge na primeira abordagem. Só com abordagens continuadas e partindo de pontos de observação diversos, se poderá tentar a compreensão.

Neste mesmo sentido, são aqui muito valorizadas as contribuições recentes da filosofia da educação que propõe encarar a formação das pessoas, ou indivíduos, actores sociais, como "um caminho que se faz caminhando", em vez da viagem ou projecto, dos séculos XIX e XX, que tem um ponto de partida e um ponto de chegada. Era afinal uma "*Bildung*" ou modelo de formação fundado sobre a noção de que nos podemos educar à custa dos outros, ou seja a expensas da alteridade. Uma perspectiva que alguns filósofos e historiadores da Educação propõem rever. De entre eles são referidos neste trabalho respectivamente António Valleriani (2009) e Escolano Benito (2002).

Da área da economia foi recolhida um conceito de desenvolvimento susceptível de ampliar as perspectivas mais frequentes. A ideia exposta pelo economista Sen (2003) de que o desenvolvimento deve ser "encarado como um processo de alargamento de liberdades" favorece uma compreensão mais aprofundada acerca do que temos e do que pretendemos atingir.

3.2. Conceitos Encontrados no caminho da pesquisa

3.2.1. Mobilidade Social e Género

"Os estudos sobre a estratificação foram durante muitos anos 'cegos em relação ao género' - foram escritos como se as mulheres não existissem, ou como se as mulheres não tivessem importância ou interesse quando se analisavam as divisões do poder, a riqueza e o prestígio. Contudo o próprio género é um dos exemplos mais profundos de estratificação. Não existe nenhuma sociedade onde os homens não tenham, em certos aspectos da vida social, mais riqueza, maior estatuto e influência do que as mulheres" (Giddens, 2002: 320).

Confirmando o postulado do sociólogo inglês, e da sua cabal aplicação à realidade social em estudo, esta história de vida acrescenta que, não obstante, são as mesmas mulheres quem muitas vezes se implica na promoção da mobilidade social ascendente. No caso, é ela, contrariando a vontade do marido e a tendência do meio, quem investe todos os meios de que dispõe para se projectar num nível social diferente daquele em que se situa e que pretende superar.

3.2.2. Vida Social Quotidiana

A análise da história de vida em referência permite-nos aceder a pormenores e aspectos constituintes de um quotidiano pouco registado. As descrições históricas referem-se predominantemente a instituições já reconhecidas e detentoras de algum poder manifesto. Investigar o quotidiano, expresso nesta história de vida através de quadros de realidade social, histórica, política, económica, religiosa, cultural, já descrita em diferentes códigos, mas aqui revelada à luz da fenomenologia, ou seja, "fazer aparecer" algo que antes era desconhecido, parece-me interessante para a construção do conhecimento sociológico.

Para a sociologia contemporânea é evidente a relevância da compreensão da interacção social em quadros da vida quotidiana.

"Há duas razões que justificam o estudo da interacção social quotidiana. Em primeiro lugar, as rotinas do dia a dia, com as suas quase constantes interacções com outras pessoas, dão forma e estruturam o que fazemos. Através do seu estudo, podemos aprender bastante sobre nós mesmos enquanto seres sociais e acerca da própria vida social. (...) Em segundo lugar, estudar a interacção social na vida quotidiana ilumina a interpretação dos sistemas e instituições sociais mais amplos. Na verdade, todos os sistemas sociais de grande dimensão dependem dos padrões de interacção social em que nos envolvemos no decorrer das nossas vidas quotidianas" (Giddens, 2002: 95 - 96).

3.2.3. Processos de Socialização em pequenas Comunidades Locais

"As pessoas socializam-se e interagem no seu ambiente local seja ele a vila, a cidade, o subúrbio, formando redes sociais entre os seus vizinhos. Por outro lado, identidades locais entram em interacção com outras fontes de significado e reconhecimento social, seguindo um padrão altamente diversificado que dá margem a interpretações alternativas (...) parece-me possível afirmar que ambientes locais, por si só não induzem um padrão específico de comportamento ou, ainda, justamente por isso, a uma identidade distintiva" (Castells, 2007b:75).

A ideia de que os contextos locais influem significativamente nos processos de socialização não é aqui posta em causa. Podem no entanto ser tentadas algumas reequações, nomeadamente na linha do que é defendido como as novas condições da modernidade.

"Uma das características distintivas da modernidade é, de facto, uma crescente interligação entre os dois 'extremos' da extensividde e da intensividade: influências globalizadoras, por um lado, e tendências pessoais por outro" (Giddens, 97:1).

Poderão estas novas condições da modernidade ajudar a compreender a

construção da realidade social concreta plasmada nesta história de vida?

3.2.4. Curriculum Oculto

É patente a relevância do curriculum oculto, em interacção com a especificidade do género, nesta história de vida. Como afirma Illich "O currículo oculto ensina às crianças que o seu papel na vida é saber qual o seu lugar e conformar-se com ele" Giddens, 2002:501).

No caso da protagonista da história o curriculum oculto foi interpretado no sentido proposto por este autor. O curriculum oculto fornecido, pela escola e pelos contextos de vida, terá contribuído para reforçar uma noção rígida do seu papel na vida, ainda que a conformação não se tenha verificado, a não ser na fase final da viagem, ou seja quando Maria considera que chegou à meta, ou ao ponto de destino

3.2.5. Desenvolvimento Humano

Tendo enunciado " o desenvolvimento humano" como a formulação mais genérica do tema deste trabalho, importa referenciar as principais perspectivas aqui consideradas.

Sendo o desenvolvimento um conceito oriundo da economia, é transversal a todas as ciências sociais. Mas mesmo um economista, no caso Amartya Sen (2003) prémio Nobel da Economia, pode conceber o desenvolvimento como um alargamento da liberdade.

"Afirmamos que o desenvolvimento pode ser encarado como um processo de alargamento das liberdades reais de que uma pessoa goza. Pôr a tónica nas liberdades humanas contrasta com perspectivas mais restritas do desenvolvimento, tais como as que identificam desenvolvimento com o crescimento do produto nacional bruto, ou com o aumento das receitas pessoais, ou com a industrialização, ou com o progresso tecnológico, ou com a modernização social" (Sen, 2003:19).

É nesta perspectiva que enquadramos o tema da narrativa de vida em estudo. À escala individual, a teoria de Sen foi aplicada.

Um outro economista, John Friedmann, professor de planeamento urbano em Los Angeles, propõe que se repense o desenvolvimento; contando não apenas com o posicionamento tradicional, mas a partir das unidades domésticas:

"o ponto de partida do desenvolvimento alternativo é muito diferente. As unidades domésticas são compostas por pessoas naturais – isto é, por seres humanos morais e tridimensionais que, desde que nascem, estão em interacção dinâmica uns com os outros. Como seres morais, todos nós temos certas obrigações: competimos, mas

somos também capazes de aprender a trabalhar juntos; relacionamo-nos uns com os outros, de acordo com um complexo código moral, no qual muitas das nossas respostas são culturalmente padronizadas; como seres morais, temos não apenas vontades ou desejos, mas também necessidades, entre as quais as psicossociais de afecto, auto-expressão e estima, que não estão disponíveis como bens, mas que surgem directamente do contacto humano" (Friedmann, 1996:33).

É com base nestas concepções de desenvolvimento, recolhidas na economia, - sem esquecer contributos de outras áreas das ciências sociais, - que se enuncia o tema do desenvolvimento humano neste trabalho.

Numa perspectiva sociológica, o desenvolvimento humano surge frequentemente associado à capacidade dos indivíduos e dos grupos lidarem com a mudança. É neste sentido que a narrativa de vida é analisada nesta dissertação.

Manuel Castells estudou as mudanças sociais em contexto urbano e em "paisagens comunais". Numa obra de referência para esta investigação, cita Robert Bellah e outros:

"A transformação pessoal, em múltiplos níveis, é essencial e não deve ocorrer apenas em termos de consciência, mas implicar acção individual. Os indivíduos necessitam do apoio de grupos que carreguem consigo uma tradição moral capaz de reforçar as suas próprias aspirações" (Castells, 2007: 81).

É neste sentido que se considera útil observar as interacções dos indivíduos descritos nesta narrativa, à luz do seu sistema de valores e de outros seus eventuais pontos de apoio, no trilho de um percurso que os actores aspiram que seja de desenvolvimento.

3.2.6. Bildung

Este é um conceito chave para o estudo exploratório aqui proposto. Nos fundamentos, encontramos "bildung" como sinónimo de educação cultural, como ideia fundamental para as perspectivas da sociologia da educação, das mentalidades, ou dos processos de desenvolvimento humano.

Vários autores sublinham a centralidade deste conceito na tradição humanista, ligado da razão iluminada. Como pano de fundo desta concepção de educação está o "ideal experiencial da formação do homem" (Conill, 2006: 63). A Bildung refere-se à formação cultural enraizada no ser, e "à experiencia do homem que se apresenta desde as suas origens como um elemento decisivo para impedir a dispersão humana" (Dolz, 2008:92).

Actualmente, os especialistas em História e Filosofia da Educação defendem para o presente e para o futuro, a necessidade de novos posicionamentos face à Bildung, mais abertos, menos centrados no eu, tendo em conta também o outro. "Encontramo-nos, pois diante de uma nova Bildung hermenêutica, que se distingue por duas notas: abertura e alteridade e que exige para além do mais

um verdadeiro exercício de aceitação e tolerância." (Torrano, 2008: 85).

Enquanto alguns autores optam por propor uma "nova bildung", outros parecem reservar o termo "bildung" para designar o modelo moderno que rejeitam. Propõem que nos construamos caminheiros em vez de viajantes.
O termo viagem alude a uma concepção de vida e de formação humana que se opõe à da representada pelo caminho. A viagem pressupõe um ponto de partida e um ponto de chegada. O caminho não.

Segundo Valleriani (2009), enquanto a "Bildung" olhava mais para o resultado do que para o processo de desenvolvimento, hoje a formação olha mais para o processo em si. Isto é olha-se mais ao caminho e não ao ponto de chegada. Na sociedade complexa de hoje não há ponto de chegada porque a sociedade se envolve continuamente. Já não é uma sociedade fechada e estática como aquela onde operava a Bildung. Então segue-se que o homem não é mais um viajante que tem uma meta, mas um caminhante que se aventura, como disse Nietzsche.

3.2.7. Alteridade

António Valleriani (2003:) chama a atenção para o facto do "fenómeno da alteridade" ter estado durante muitos anos, reservado ao campo da filosofia, nomeando os autores que ao longo do século XX, trataram recorrentemente o tema : M. Blanchot, E. Lévinas, F. Rosenzweig, M. Buber, J. Derrida.
Com o processo da globalização o problema da alteridade eclodiu.
Com a multiculturalidade, veio à tona. E passamos a ter necessidade de encontrar o outro, o diferente de nós. Não para domesticá-lo, incorporá-lo, ou reduzi-lo a uma mesma e única categoria. Mas sim para nos confrontarmos com ele, pôr à discussão os nossos modelos de vida e de pensamento, com a pré-disposição de enfrentar a desorientação resultante do que estranhamos ou desconhecemos. Somos assim convidados a sair dos territórios da nossa cultura, das nossas ideias, da nossa segurança. A reconhecer a contingência do ponto de vista.

Só assim poderemos aspirar à construção de uma cultura convivial neste mundo globalizado, onde tende a desaparecer a distinção entre o centro e a periferia, o próximo e o distante. São de facto os pólos das dicotomias que ganham novas expressões e novas formas de se relacionarem. "Pensar o Sul como se não houvesse Norte", "pensar a mulher como se não houvesse homem", "pensar o escravo, como se não houvesse senhor" é a proposta do sociólogo Boaventura Sousa Santos (2002:11), não no sentido de atribuir valorações a um ou outro pólo, mas antes na tentativa de "pensar os termos das dicotomias fora das articulações e relações de poder que os unem, como primeiro passo para os libertar dessas relações".

A alteridade implica, enfim, novas leituras de nós próprios, a partir de novos encontros com o outro. Excluindo a "canibalização" e aceitando verdadeiras

mestiçagens.

4. Metodologia

Entendo por metodologia, o caminho percorrido para atingir os objectivos previamente equacionados.

É consensual entre a maioria dos sociólogos que é o objecto de estudo, ou pelo menos a sua natureza, que deve sugerir, definir, ajudar a construir a metodologia mais adequada a cada investigação.

Outro pressuposto fundamental desta dissertação é o de que a metodologia resume um conjunto de opções que resultam de um certo conhecimento crítico dos diferentes caminhos cientificos possiveis.Questionar, tentar alargar limites, reduzir desvantagens e potenciar novas emergências é o labor subjacente à metodologia escolhida.

Sublinho a assumpção de que a investigação sociológica não é asséptica, mas reflecte antes e sempre, um compromisso com valores. Assim, as orientações e escolhas feitas ao longo deste trabalho são influenciadas (como sempre acontece) pelos interesses intelectuais e pelo percurso de vida da autora, mas também devem resultar do posicionamento teórico explicitado.

4.1. Tipo de estudo

Triviños, citado por Soares, considera existirem três tipos gerais de estudos cujas finalidades diferem: estudos exploratórios, estudos descritivos e estudos experimentais.

"Os estudos exploratórios são aqueles que permitem ao investigador aumentar a sua experiência, aprofundando seu estudo e adquirindo um maior conhecimento a respeito de um problema. Podem ainda servir para levantar possíveis problemas de pesquisa. Os estudos descritivos buscam descrever os fatos e fenómenos de determinada realidade. Pode, ainda, estabelecer relações entre as variáveis e, neste caso, denomina-se estudo descritivo e correlacional. Estudos experimentais são estudos de base fundamentalmente positivista, pouco utilizados nas ciências sociais mas importantes nas ciências naturais" (Soares, 1999).

A dissertação aqui apresentada assume o carácter de um estudo exploratório. Dele não é possível extrair conclusões nem extrapolações. Pode, isso sim, fornecer pistas para a compreensão do espaço-tempo identificado, bem como para outras concepções e abordagens alternativas a esta ou a outras já instituídas, do mesmo espaço-tempo.

4.2. O Método Científico. A escolha da Metodologia Qualitativa.

"O método cientifico é um procedimento ou conjunto de procedimentos que servem de instrumento para alcançar os fins da investigação (...) o método é um procedimento geral baseado em princípios lógicos, que pode ser comum a várias ciências"(Teixeira s/d).

Em sentido lato, o método científico, é pois o meu procedimento fundamental. O que me conduz no caminho percorrido durante a investigação, o que me permitiu ordenar o pensamento, na minha qualidade de investigadora, ou de sujeito, na relação com o objecto da investigação, de uma forma sistematizada e por isso passível de ser descrita e exposta.

Em sentido restrito, a escolha da metodologia qualitativa emerge naturalmente do quadro teórico e conceptual descrito. Simultaneamente como a mais adequada aos objectivos que persigo e às características do objecto de estudo.

"No campo das ciências sociais, o que nos interessa é o aspecto qualitativo dos factos. Devemos ainda acrescentar que, nas ciências sociais, se trata da intervenção de fenómenos mentais, cuja compreensão revivescente constitui uma tarefa especificamente diferente da que, poderiam ou quereriam, levar a cabo, as fórmulas do conhecimento exacto da natureza." (Weber, 1974: 50)

No seio desta metodologia, opto pela construção de uma narrativa de vida, reflectindo sobre a mesma com base em conceitos, enfoques ou propostas recolhidas no quadro teórico de referência. Pretendo assim, defender a coerência interna do trabalho, articulada entre a formulação do tema, a metodologia, os objectivos e o posicionamento teórico.

Enquanto a produção científica de origem ou de influência francesa considera, geralmente, as histórias de vida como um método em si, denominado método biográfico, entre nós é mais frequente as histórias de vida serem apresentadas como uma técnica de recolha de dados.

"Segundo o sociólogo e antropólogo Balandier, o regresso do método biográfico explica-se pela «crise dos métodos quantitativos (um excesso de técnicas a troco de muito pouco controle sobre a sociedade em movimento) e das grandes elaborações teóricas (excesso de ambição explicativa depressa posta em causa pela história imediata)». Na confluência da história, da antropologia, da psicologia social e da sociologia, o objectivo deste método é, sempre segundo G. Balandier, «aceder, pelo interior, a uma realidade que ultrapassa o narrador e o modela. Trata-se de captar as vivências sociais, o sujeito nas suas práticas, na maneira como negoceia as condições sociais que lhe são particulares" (Digneffe, 1997:206).

Registada a designação de método biográfico, neste trabalho situo a opção das narrativas de vida, histórias de vida, ou relatos de vida, enquanto sinónimos, entre as técnicas de investigação social.

4.3. Histórias de Vida: Uma Técnica de recolha de dados. O Estado da Arte.

A escolha desta técnica de recolha de dados, com vista a atingir os objectivos desta dissertação, é orientada pelas mesmas razões que assistem à maioria dos investigadores que elegem esta forma de recolher nova informação. Também aqui se procura aceder, por dentro, a uma vivência concreta da construção dos processos de formação humana, e opções de vida, numa família da classe baixa, do sul do Portugal do século XX.

Para estudar uma outra realidade social, -as famílias interculturais – a espanhola Evangelina Marcos justificou com termos perfeitamente válidos para este trabalho, a sua opção pelas histórias de vida:

"O método biográfico permite conhecer as vivências tal qual são percebidas pelos actores sociais, aceder aos conteúdos a partir das suas próprias categorias e entrar nas redes da trama social. Este método também me permitiu levar a cabo uma análise pluridimensional: sincrónica, diacrónica, temática, espacial ...)" (Marcos, 2006:23).

Um outro sociólogo francês esclarece que o objecto desta metodologia é elaborar progressivamente um corpo de hipóteses plausíveis, um modelo fundado sobre as observações, rico em descrições de "mecanismos sociais" com propostas de interpretação, mais do que de explicação (Bertaux 2006: 25).

A generalização a partir dos dados recolhidos é por todos assumida como inviável. Pelo que aqui se pretende é sugerir algumas hipóteses ou pistas para o estudo da construção social da realidade do sul de Portugal, num período histórico tão recente que está intimamente conectado com a actualidade.

A percepção das narrativas de vida como um instrumento metodológico com enorme potencial, menos valorizado e explorado nalguns meios académicos portugueses do que noutros países da Europa, foi determinante para esta opção.

As histórias de vida, narrativas ou relatos, não são uma novidade. Mas ao longo da História das Ciências Sociais esta técnica em particular, (ou os métodos biográficos em geral), foram sendo olhados e usados de formas diferentes, obedecendo a correntes e contextos distintos.

No sentido de clarificar a terminologia, que corresponde a precisão metodológica, Daniel Bertaux considera essencial a distinção entre a história vivida por uma pessoa e a narrativa que essa pessoa pode fazer da mesma história de vida. Segundo este autor é nesta diferenciação que se fundam os debates contemporâneos relativos a esta técnica de investigação em Ciências Sociais. Por isto, neste trabalho uso preferencialmente a designação de narrativa de vida, ou relato de vida à de história de vida.

E apesar do desenvolvimento deste instrumento, conseguido nas últimas duas décadas, muitos sociólogos continuam a colocar questões relativas às histórias de vida. Entre elas, Bertaux destaca 10 perguntas fundamentais:

"1. O que é que ao certo uma história de vida?
2. È necessário que seja uma história de vida completa, que se alargue a todos os domínios dessa existência ?
3.Quais são as diferenças entre história de vida e autobiografia?
4. O que é que distingue uma narrativa de vida duma simples conversa?
5. Pode ter-se confiança no que os sujeitos da história dizem?
6. Uma história de vida não será apenas uma construção subjectiva da experiencia vivida?
7. Aportará ela conteúdos objectivos?
8. O que valem as descrições de contextos sociais propostos pelos sujeitos?
9. As técnicas propostas para analisar entrevistas serão válidas para as narrativas de vida?
10. Há técnicas específicas de análise de narrativas de vida?" (Bertaux, 2006:11)

O autor sublinha que estas questões ainda que pareçam simples dão lugar a fortes e complexos debates. A diversidade de respostas possíveis a todas estas, e a outras questões relativas a esta metodologia de recolha de dados, derivam de escolhas teóricas e epistemológicas fundamentais. Surgem nas investigações mais ou menos explícitas. Apresentar as opções desta investigação na forma mais explícita possível é um dos objectivos deste trabalho.

Bertaux propõe a etnossociologia como paradigma e explica que se trata de "um tipo de pesquisa empírica fundada sobre o inquérito de terreno e estudos de caso, inspirado na tradição etnográfica quanto a técnicas de observação, mas que constrói os seus objectos por referência às problemáticas sociológicas... A tensão o entre o particular e o geral exprime-se no interior do termo etnossociologia" (Bertaux , 2006:17).

O mesmo autor chama ainda a atenção para o facto do recurso às narrativas de vida aportarem o que falta à observação directa, demasiado centrada sobre as interacções face a face, ou seja uma dimensão diacrónica que permite aceder às lógicas de acção no decurso do desenvolvimento biográfico, bem como as configurações e dinâmicas de transformação social.

Este especialista em "récit de vie" cita Alfred Schütz para resumir o espírito essencial das narrativas de vida: "Toda a experiência de vida comporta uma dimensão social" (Bertaux 2006:43).

Partilho particularmente da perspectiva etnossociológica quando este autor declara que as experiências vividas permitem conjugações de saberes susceptíveis de serem explorados em proveito do conhecimento sociológico. Mas para isso, é necessário descolar da poderosa influência do modelo autobiográfico. Porque não se trata de procurar compreender um dado indivíduo, mas antes um fragmento de realidade social , ou seja um objecto social. É este primado que conduz Bertaux à concepção específica da narrativa de vida como uma" narrativa de práticas em situação". Esta é uma designação que se me

afigura bem ajustada à narrativa de vida em que se concentra esta pesquisa. Associada está a ideia de que "o percurso etnossociológico visa a compreensão de um objecto sociológico em profundidade".

Revisitando as afirmações iniciais mais referenciadas na bibliografia das histórias de vida, referenciaremos Znaniecki.

"No campo da Sociologia e da etnobiografia marcante e pioneira foi a obra escrita, antes da I Grande Guerra, por um emigrante polaco em Chicago, Wladek Wiszniewski, objecto de um estudo profundo, publicado em 1918/20, por William Thomas e Florian Znaniecki, intitulado " The Polish Peasant in Europe and América" (...) Assim se iniciou um ciclo novo na história das Ciências Sociais" (Ramos, 2001: 55).

Quarenta anos depois do camponês polaco, Óscar Lewis (1979) assina outra obra de referência "Os Filhos de Sanchez", assumida como a autobiografia de uma família mexicana.

Logo no início do trabalho o autor expressa a defesa da autobiografia como método de investigação chamando a atenção para as suas grandes vantagens: "os elementos não são filtrados por uma mentalidade norte americana da classe média, mas sim fornecidos pelas próprias palavras dos indivíduos. Creio que deste modo evitei os dois perigos mais comuns que ocorrem no estudo dos pobres, nomeadamente o da hiper-sentimentalização e o da brutalização" (Lewis, 1979: 13). "Mentalidade Norte Americana" deve aqui ser entendida como discurso dominante.

Na América as "Histórias de vida", a designação predominante na literatura sociológica, mas também na Europa os "Métodos Biográficos"- como lhes chama por exemplo o sociólogo italiano F. Ferraroti – vêm sendo bastante desenvolvidos e aplicados em vários campos das ciências sociais.

Entre muitos outros possíveis, tomo como referência um estudo sobre Interculturalidade, publicado há dois anos em Espanha, onde se afirma: "A especificidade de cada uma das histórias de vida que é percebida por muitos sociólogos como uma limitação, é para Ferrarotti a sua qualidade essencial". (Marcos, 2006:29)

Os materiais autobigráficos primários são para Ferrarotti autosuficientes porque as práticas de uma pessoa relatadas na história de vida representam a articulação dialéctica entre o objectivo e o subjectivo, entre o particular e o geral. Realça assim a possibilidade de evoluir em relação às dicotomias objectivo / subjectivo e particular /geral.

A mesma autora não hesita em afirmar que "o estudo em profundidade das questões micro sociais (...) é tão importante como o estudo das acções macro sociais para compreender o sentido que os actores sociais dão às suas acções, tal como o entendia Weber" (Marcos, 2006:58).

Na Bélgica do final dos anos oitenta, Bawin-Légros afirma que

"as histórias de vida constituem, neste momento, o método mais eficaz, e quiçá, o mais seguro para dar conta das condições de produção de projectos familiares numa realidade tão complexa como a dos grupos familiares passados, presentes e futuros" (Marcos, 2006:27).

É justamente sobre a construção de um processo de desenvolvimento humano, à escala individual e familiar que me proponho observar nesta investigação.

Em vésperas dos anos dois mil, em França, Poirier e outros sintetizam de forma interessante um certo estado da arte:

" Se a prática do método biográfico foi um tanto abandonada e mesmo, por vezes, desdenhada, foi porque as ciências humanas – e, muito particularmente, a sociologia e a psicologia – foram profundamente marcadas pelos dois dilemas do quantitativo/ qualitativo e do objectivo/subjectivo – dilemas que, de resto, elas próprias criaram. Poderão considerar-se os aspectos objectivos dos fenómenos humanos de uma forma isolada? Não se poderá utilizar, nas ciências humanas, métodos que permitam apanhar também o aspecto subjectivo?" (Poirier e outros, 1999: 152).

Michael Pollak, um sociólogo austríaco de nascimento mas que desenvolveu o seu trabalho em Paris, discípulo de Bourdieu, numa conferência de 1987 deslocava a questão do subjectivo para o plural.

" Acho que a questão objectivo versus subjectivo está um pouco ultrapassada. Em certos artigos de Bertaux, e sobretudo de Regine Robin, a questão foi transportada para outro nível. O debate entre subjectividade e objectividade transformou-se num debate que opõe a escrita literária à escrita cientificista. Haveria de um lado o vazio, o seco, o enfadonho, que seria o discurso cientifico, ainda por cima reducionista, diz Régine Robin, fechado à pluralidade do real, enquanto a história oral seria uma das possibilidades de reintroduzir nas ciências humanas, depois do período estruturalista, uma escrita não apenas subjectiva mas sobretudo literária. (...) Diz ela que a pluralidade do romance é em realidade o critério do verdadeiro no discurso sobre o social. Ou seja: o discurso científico, com o seu fechamento e a sua tendência reducionista, é um discurso que restringe a realidade, e por conseguinte não é verdadeiro, já que não leva em conta o plural. Aqui trata-se mais do plural do que do subjectivo" (Pollak, 1992).

Na mesma conferência, o autor confirmava a existência desta possibilidade de um discurso científico mais plural:

" Digo portanto que se nos proporcionarmos os meios e as condições para construir cientificamente, com todas as técnicas de que dispomos hoje em dia, temos condições de produzir um discurso realmente sensível à pluralidade das realidades" (Pollack, 1992).

As narrativas de vida, para além deste sentido de pluralidade, permitem ainda evidenciar as vantagens e o exercício da transdisciplinaridade. Essa é também uma das intenções desta dissertação. A uma perspectiva de análise sociológica, neste caso, juntam-se contributos recolhidos da hermenêutica, da história, da antropologia, da psicologia, da economia.

As histórias de vida, são aqui encaradas não só como "produto", mas principalmente como "meio de produção" (Ramos, 2001).

No momento de partida, tomei as histórias de vida como "matéria – prima de uma ciência social transdisciplinar" (Poirier, 1999:3). No momento de apresentação da dissertação trago reforçada a perspectiva das histórias de vida como metodologia de recolha de dados privilegiada e particularmente adequada aos estudos da "sociologia das ausências e das emergências".

4.4. A escolha da Informante

"O olhar que vê uma pessoa cultivar a terra com uma enxada não consegue ver nela senão o camponês pré-moderno. A isso se refere Koselleck quando fala da não contemporaneidade do contemporâneo sem, no entanto, problematizar que nessa simetria se esconde uma hierarquia, a superioridade de quem estabelece o tempo que determina a contemporaneidade" (Santos, 2002:10).

Na tentativa de construir olhares mais amplos, contribuir para a desconstrução das hierarquias que nos transportaram às meta narrativas e privilegiaram as histórias de vida de personalidades de referência nos tabuleiros dos poderes instituídos, foi propósito deste trabalho concentrar-se sobre uma história de vida comum.

Pretendia este trabalho, usando a expressão de Boaventura de Sousa Santos, inscrever-se na lógica de "dilatação do presente" debruçando-me para o efeito sobre uma entrevista em profundidade e simultaneamente em extensão.

"Pensar o Sul como se não houvesse Norte, pensar a mulher como se não houvesse homem, pensar o escravo como se não houvesse senhor" seguindo a proposta de Santos (2002:11), exigia à partida uma forte proximidade e um elevado grau de confiança com a informante. Tornava-se ainda necessário dispor de formas de confirmação dos factos relatados.

Nas condições de realização desta investigação que pretende habilitar-me ao grau de Mestrado em Sociologia, dispondo para o efeito de recursos limitados, pretendendo concentrar-me no espaço sul, num discurso no feminino, que permitisse problematizar as denominações de pré modernidade, modernidade, e pós modernidade, a minha própria mãe surgiu-me como a informante mais indicada. Por reunir todos os requisitos atrás enunciados.

A enorme proximidade e conhecimento prévio quer da informante, quer do material recolhido, longe de constituírem uma limitação, eventualmente condicionante da análise, são, a meu ver uma forte vantagem. A clarificação, explicitação, e conhecimento tão mais aprofundado quanto possível do "objecto de estudo" e das condições de produção do trabalho, consubstanciam essa vantagem.

4.5. Condições Especificas da recolha da entrevista

A entrevista semi-directiva é uma das técnicas de recolha de dados muito utilizada em ciências sociais. No trabalho presente esta técnica esteve na base da produção da narrativa proposta, que nalguns momentos se aproximou da entrevista em profundidade.

"As técnicas de investigação são conjuntos de procedimentos bem definidos e transmissíveis, destinados a produzir certos resultados na recolha e tratamento da informação requerida pela actividade de pesquisa" (Almeida e outros, 1976: 78).

Sendo o código de comunicação oral a forma de comunicação mais fácil entre a investigadora e a informante, optei pelo método da entrevista gravada electromagneticamente. A entrevista quase totalmente aberta foi orientada apenas pelo fio cronológico dos acontecimentos deixando que fosse a informante a seleccionar, com o maior grau de liberdade possivel, os temas e factos que destacou ou a que atribuiu maior relevância.

A recolha desta narrativa de vida concretizou-se em 15 sessões de cerca de uma hora e meia cada uma. Tomando a primeira hora de cada dia, no seu ambiente familiar, mas a sós com a entrevistadora, a informante produziu relatos intensos de emoções, promenorizados, para os quais foram necessários grande disponibilidade e energia emocional.

A transcrição não foi integral para evitar a repetição e exaustão. Procurou-se selecionar os aspectos mais ligados à temática dos processos de formação/ educação, e ao contexto sociocultural, de modo a permitir a observação da mudança social. Esta recolha foi complementada pelo acesso a documentos pessoais, fotos, dados históricos oficiais.

Quem aqui se conta, não se conta perante um investigador desconhecido, uma instituição, nem perante um poder. Conta-se com um duplo posicionamento: por um lado, com a generosidade e desprendimento de quem espera apenas contribuir para o estado de satisfação de um outro; por outro lado, com o decorrer do acto de se contar acontece repensar-se estruturalmente. Esta narrativa implicou para a informante um acto de verificação das suas opções, percursos, da sua história de vida, ou seja implica uma certa reconstrução da auto representação.

Neste caso o trabalho de recolha implicou por parte de quem se conta, autodeterminação, provocação de emoções fortes, a aceitação de se olhar ao espelho da sua memória. As consequências deste esforço foram umas vezes de auto confirmação, outras de refutação do seu agir. Mas foram sempre horas de confronto, consigo própria, e com as condições objectivas e subjectivas de uma vida ao longo de mais de meio século.

O laço entre o sociólogo e o observado é sempre íntimo, mas neste caso é, como se compreende, especialmente robusto. Chega à investigação associado

a um universo de significações muito fortes, e predominantemente afectivas. É este laço que torna possível a recolha desta entrevista. Já na fase de redacção e de tratamento dos dados tentei a separação possível entre a minha condição de parte integrante do objecto de estudo, e a de produtora do mesmo estudo.

4.6. Tradução. A Opção sobre o formato desta narrativa de vida

As histórias de vida são na maioria das vezes apresentadas na primeira pessoa. Os textos destas narrativas são muitas vezes redigidos pelo próprio informante. Quando tal não é possível os autores costumam apresentar versões, o mais próximas possível da expressão de quem se conta, assumindo-se como uma espécie de tradutores invisíveis.

No caso desta narrativa o papel de tradutor é assumido no próprio texto, através da expressão mais repetida "afirma Maria"- formula recuperada da obra de Tabucci (2002) "Afirma Pereira". Outras expressões do tipo " recorda Maria", "conta Maria", "relata Maria" vão sendo permanentemente usadas no texto para sublinhar a presença desta tradução assumida. Todo o texto transcrito pretende ser o mais fiel possível à sua formulação original, mas uma reprodução próxima do "ipsis verbis" tornar-se-ia de muito difícil contacto. Tornar mais fácil o encontro entre o leitor e a produtora original da narrativa, Maria, foi o objectivo da tradução.

Esta opção justifica-se pela tentativa de tornar legível o relato de vida que se estende ao longo de um século. Das sessões gravadas resultou, para além da quantidade de material disponível que impunha uma selecção, a repetição de manifestações de forte emoção, de dificuldades de expressão, de silêncios não transmissíveis, a par de uma oralidade não compatível com os requisitos da apresentação escrita. Nestas circunstâncias em nome da legibilidade do texto assumi como necessária uma tradução que optei por tornar explícita.

Esta tradução tem uma dimensão linguística, no sentido em que se empenha na compatibilização da forma oral, originalmente produzida, com a escrita aqui apresentada. A perspectiva de tradução adoptada foi a da maior "lealdade à intenção do autor" (Tanqueiro 2002:11). Paralelamente, é assumida a condição de que "o original nunca é o único modelo de uma tradução" (Tanqueiro 2002:9).

Numa outra dimensão esta tradução pretende também ser uma prática hermenêutica, no sentido do método proposto por Paul Ricoeur que defende que "explicar mais é compreender melhor" (Gomes, 1999:16).

Por fim, a tradução da narrativa de Maria, propõe-se sociológica na dimensão defendida por Boaventura Sousa Santos como um trabalho da "sociologia das ausências e da sociologia das emergências."

" Enquanto a sociologia das ausências expande o domínio das experiências sociais já disponíveis, a sociologia da emergência expande o domínio das experiências sociais

possíveis. As duas sociologias estão estritamente associadas, visto que quanto mais experiências estiverem hoje disponíveis no mundo mais experiências são possíveis no futuro" (Santos, 2002:27).

O problema decorrente desta perspectiva, identificado pelo autor, é o da "enorme fragmentação ou atomização do real " e da dificuldade de lhe conferir um sentido. Perante a impossibilidade de uma teoria geral, ou grande teoria aplicável,

"a alternativa é o trabalho de tradução. A tradução é o procedimento que permite criar intelegibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, reveladas pela sociologia das ausências e a sociologia das emergências" (Santos, 2002: 31).

Seguindo esta acepção o objectivo de trabalho de tradução é transformar objectos impossíveis em possíveis, revelando presenças no lugar das ausências. Contribuindo assim para "ampliar o mundo e dilatar o presente". É exactamente este o objectivo pretendido ao propor um estudo exploratório a partir desta narrativa de vida.

"O trabalho de tradução feito com base na sociologia das ausências e na sociologia das emergências é um trabalho de imaginação epistemológica e de imaginação democrática com o objectivo de construir novas e plurais concepções de emancipação social sobre as ruínas da emancipação social automática do projecto moderno" (Santos, 2002: 44).

4.7. Análise de Dados

Tendo em conta que uma história de vida é uma entrevista em profundidade, e corresponde a uma técnica de recolha de dados para investigação, neste caso de natureza sociológica, impõe-se, na fase seguinte a essa recolha o tratamento dos dados apurados.

São inúmeras as possibilidades e os instrumentos disponíveis para essa análise de dados. No caso desta investigação optei pelo que genericamente se pode chamar análise de conteúdo.

"O que é a análise de conteúdo actualmente? Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O factor comum destas técnicas múltiplas e multiplicadas – desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até à extração de estruturas traduzíveis em modelos – é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. "(Bardin, 1979:9)

As propostas desta hermenêutica que resulta do texto e não o precede, oferecem também várias possibilidades.

Tentei neste trabalho aplicar a orientação dos hermeneutas Ricoeur e Valleriani (1999) para quem hermenêutica e metis se completam e devem ser associadas com o intuito de produzirem novas possibilidades. Na obra citada são propostos três momentos para o método aqui seguido. O primeiro é o da compreensão. Esta

compreensão inclui a primeira recepção do relato, (correspondente ao momento inicial de uma atitude hermenêutica) a que se junta a primeira impressão que esse relato causa em quem faz a análise (recorrendo à metis enquanto consciência qualitativa prática – que varia em função do lugar e do tempo).

O segundo momento é relativo à explicação. Inclui uma análise científica do relato, descrevendo variáveis como espaço, tempo regime politico, instituições, tipo de vida, modo de pensar, hábitos, usos, costumes, atitudes, características de mobilidade, etc.

O terceiro momento é o da interpretação, ou seja a síntese da primeira opinião acrescida da análise. É uma fusão entre a intuição subjectiva e a explicação objectiva. É um pensamento global, um encontro de duas pessoas, e a interação entre o saber oral e a escrita. Este é o momento da denúncia, da indicação de necessidades, sem fornecer soluções acabadas, mas antes propondo conjugações. Já que a escolha das estratégias a aplicar na prática constituem o domínio dos políticos e não dos investigadores. (3)

Foi um tratamento hermenêutico deste tipo, aplicado ao relato recolhido que ensaiei ao longo desta investigação.

4.7.1.Análise Diacrónica e Sincrónica

A perspectiva diacrónica, é de facto uma das possibilidades muito vantajosas oferecidas pelas histórias de vida.

"A análise diacrónica é uma análise longitudinal da história no tempo, que permite situar os factos e compreender a dinâmica interna das famílias, a lógica específica de cada história pessoal, familiar e social ao longo do ciclo de vida familiar. (...) Por meio da análise diacrónica podemos analisar os processos que se produzem na trajectória ou nas etapas concretas do ciclo de vida.
(...) Já análise sincrónica permite observar a história individual num momento concreto, em relação com outras histórias, em relação com o contexto sociocultural, económico ou político, assim como comparar factos concretos ou momentos do ciclo de vida de diferentes histórias" (Marcos, 2006: 49).

Este também é um posicionamento analítico que se assume quando ao longo do texto onde se vão inscrevendo comentários em notas de rodapé com o objectivo de demonstrar como a análise diacrónica e sincrónica pode levantar reflexões, perguntas ou pistas para futuras investigações como é propósito de um estudo exploratório.

4.7.2. Análise Sócio Estrutural e Sócio Simbólica

Os trabalhos de Bertaux são referência para muitos investigadores que trabalham

com entrevistas em profundidade. Quanto às análises sócio estrutural e sócio simbólica, considera-as complementares entre si e fundamentais para a análise dos dados recolhidos.

"Bertaux distingue dois tipos de análise para concluir que constituem as duas caras de uma mesma realidade: a social. Para Bertaux, qualquer estudo em profundidade deve analisar tanto as estruturas objectivas e os factos materiais, como as estruturas simbólicas, os sistemas de valores e as representações sociais. Não se trata, portanto, de eleger qual das duas perspectivas é mais ou menos adequada, mas de observar e analisar a realidade a partir de ambas simultaneamente" (Marcos, 2006:50).

Os objectivos das investigações organizadas em torno da análise sócio - estrutural, tentam destacar "os cimentos das múltiplas regularidades de comportamento", a partir de formas concretas da vida material, produção e reprodução, trabalho e consumo. É precisamente esta a orientação da dissertação aqui apresentada.

Por outro lado, a análise sócio - simbólica aprofunda os valores, as crenças, e as representações sociais que enformam tanto o mundo social como o pessoal. Nesta perspectiva analítica a atenção é centrada "nos significados como fontes explicativas de possíveis condutas" (Marcos, 2006:50-51).

Análises do tipo diacrónica e sincrónica, sócio estrutural e sócio simbólica, aplicadas conjugadamente, correspondem ao momento da explicação, acima enunciado. Tendem a gerar sistematização e clarificação da muita informação aportada pela narrativa de vida recolhida. Já o terceiro momento, o da interpretação tem a sua maior expressão nas considerações finais.

E este processo hermenêutico voltará a reiniciar-se sempre que acontecerem outras leituras, ou outros trabalhos que possam eventualmente considerar o texto agora produzido.

Notas

1. Julia Sá Pinto Tomas termina sua comunicação para o congresso Português de Sociologia de 2008, intitulada "A invisibilidade social, uma perspectiva fenomenológica" com a seguinte citação de Ralph Ellison: " Eu sou invisível compreendam bem, simplesmente porque as pessoas se recusam a olhar para mim".

2."Não fenómeno" refere-se aqui ao que não aparece; assim como fenómeno quer dizer o que aparece, a partir do grego "phaïnesthaï".

3. Destes três momentos resulta uma verdadeira comparação inscrita no campo da pedagogia comparativa bem distinta da educação comparada, que tem motivado grande número de estudos. Na perspectiva de Valeriani a educação comparada deixa tudo como dantes porque cada um fica com a sua realidade, sem a "mestiçagem" de ideias promovida pela pedagogia comparativa.

Parte II

Narrativa de Vida.
Comentários e Reflexões.

Capítulo I

VISITA A CASA DE GIL ANTÓNIO E MARIA TERESA

Gil António e Maria Teresa viveram num lugar chamado Maçarotal, em plena Serra de Monchique. Tiveram oito filhos. À Maria Gil, a primeira e a única filha, seguiram-se sete homens. Todos herdaram do pai um certo carisma que era tido em conta naquele meio. Eram conhecidos como os *Giles.* João Gil era o mais velho. Depois o Manuel Gil, o António Gil, o José Gil, António Inácio, Gil António e Joaquim Gil. Tudo isto, segundo Maria.

António Inácio, o único que não foi Gil de nome oficial, sempre foi reconhecido por todos como um dos Giles. Aconteceu que no registo civil recebeu, em vez do nome do pai, o nome de seu padrinho e tio paterno, homem respeitado que fazia muito gosto em transmitir o seu nome completo aos vários afilhados que teve.

Ao longo de toda a sua vida, Maria guardou na memória o cheiro a fruta que perfumava a casa dos seus avós paternos. Talvez fossem os peros guardados num lugar qualquer, porque devia ser preciso escondê-los da muita gente que ali entrava, acrescenta.

Enquanto criança, Maria entrava nessa casa com frequência. Vinha trazer recados, pedir ou devolver uma enxada, uma saca, um baraço, ou alguns fósforos. Não se empenhava especialmente nessas visitas, mas também não as rejeitava. Ia no cumprimento de ordens que acatava sem custo. Eram visitas quase sempre curtas, pontuadas pelo ambiente de rectidão e austeridade que ali se vivia. Só depois de crescida, Maria haveria de apreciar bastante as notas de rigor e seriedade que impregnam as suas memórias da casa dos avôs paternos.

A casa ficava no meio da serra. Chegava-se a ela por caminhos estreitos, ou veredas que serpenteavam entre a vegetação e desaguavam numa rua empedrada. Rodeavam-na algumas oliveiras, eucaliptos e medronheiros, pinheiros, estevas, urze, silvas. Este mato, como lhe chamavam, ia sendo cortado e recolhido para servir de cama aos animais. Próximo da casa também eram cultivadas pequenas sementeiras de milho, batatas, feijão. E por perto corriam ribeiros que cantavam nas noites escuras, quando a chuva se calava, e só ficava o frio que marcava os invernos que Maria recorda por demais rigorosos e prolongados.

Dentro de casa, o chão de terra batida, de tão varrido e aguado, chegava a parecer uma forma de pavimento. Segundo Maria, aquela era uma casa grande. Tinha três quartos, uma casa de fora, e uma cozinha que ligava

a uma dispensa enorme que também dava acesso a um pequeno sótão. A casa de fora ou da entrada tinha a um canto à esquerda, uma mesa grande sobre a qual estavam por vezes flores e uma ou outra fotografia.
Nesta mesa serviam-se as refeições sempre que estavam em casa mais pessoas. Se os comensais eram em menor número, ficavam à mesa pequena da cozinha. E essa mesa grande servia também para emprestar aos filhos, como António Inácio que morava perto e a ia buscar em dias de mortes de porco.

Atrás da porta que abria para a direita, e que era ao mesmo tempo a única entrada e o acesso à divisão principal, estava a mais pequena das várias caixas de madeira que constituíam parte relevante do mobiliário da casa.

Nelas se guardavam as reservas de milho, de feijão, outros cereais ou produtos importantes. O pão costumava ter uma caixa própria. As mantas e roupas da casa também eram ali acondicionadas, assim como uma saca de serapilheira, mais nova ou limpa, ou outros pertences a preservar.
Encostada à parede da frente da mesma sala de entrada ficava uma caixa grande, a maior de todas. De resto, só existiam mais algumas cadeiras a pontuar o espaço sempre asseado.

À direita de quem entrava nesta casa ficavam dois quartos. À esquerda abria-se o terceiro quarto e a cozinha onde existia um forno de lenha.
Na dispensa, a divisão maior de todas que ficava a seguir à cozinha, guardavam-se as mós de pedra, onde se fazia a farinha para as papas, e menos frequentemente para o pão. Próximo das mós alinhavam-se os cântaros das azeitonas, do azeite, os garrafões de aguardente, alguns potes. Aí se guardavam os mantimentos da família, e os haveres que Maria Teresa geria com rigor e austeridade.

"Com peso e medida se governa a vida", é uma das frases que parece soar-lhe nos ouvidos repetida pela sua avó, afirma Maria.

Mas o bom nome da família fica a dever-se principalmente à figura do pai, Gil António, homem conhecido e considerado naquele lugar. Tinha nascido e crescido ali, no Maçarotal no interior da serra. Maria Teresa, sua mulher, viera de mais longe, próximo da fronteira com o Alentejo, lá para os lados de Odeceixe. Não sendo ricos eram "gente de algumas posses." Por tudo isto, Maria sempre sentirá um secreto orgulho de cada vez que se sentir, ou se saber associada a esta família dos Gil's.

O Inverno era um tempo particularmente difícil, dado o desconforto das casas, a dureza do trabalho, a persistência do frio, a escassez generalizada de meios. Mesmo assim, em cada ano, os meses de Novembro a Janeiro eram pontuados pelas únicas festas guardadas na memória de Maria. Era o tempo das " mortes de porco".

Deste lado da serra de Monchique, por estes anos do segundo quartel do século XX, quem vivia bem, matava todos os Invernos um porco preto. Na casa de Gil António, matam-se sempre dois. E nesta altura, a casa ficava

bem animada. Convidavam-se as famílias mais chegadas, o que incluía os parentes e amigos, conta Maria.

As brincadeiras acontecem segundo os vários grupos etários. Quase sempre brincadeiras tão simples como aquele tempo e lugar. (1) Há muitas conversas paralelas e simultâneas. Em voz bem alta. Há muitos risos e sorrisos. As crianças interrompem de vez em quando as brincadeiras para cumprir uma ou outra ordem ou mandado: Bia traz-me aquela t'jala! (em vez de tigela); Zé vai buscar um balde de água!
E os moços cumpriam sem discutir, afirma Maria. Se havia uma repreensão todos escutavam com grande respeito, sem comentários nem respostas de qualquer tipo.

O dia começava com a oferta, a quem ia chegando, de uma filhó amassada e frita na véspera. Aos homens oferecia-se também um pequeno cálice de aguardente. E depois de morto e preparado o porco, chegava a hora de almoço.

O vinho, com que eram regados esses longos almoços, servia para reforçar a alegria de quem o bebia, principalmente os homens. Também por isso uma partida de cartas durante a tarde gerava especial animação, podia despoletar uma salva de palmas, garantia sempre alongados comentários. Uma pequena graça era o suficiente para despertar ruidosas gargalhadas, risos continuados, muitas vezes de levar às lágrimas. Sim, ria-se muito nesses dias. Mas também se trabalhava, afirma Maria.

Numa dessas mortes de porco em casa de Gil António, o filho João não tinha conseguido comparecer por ter assumido outros compromissos de trabalho. Era por isso aguardado ao fim do dia. Maria conta que estava já bem escuro quando se começou a ouvir uma voz forte e grossa, num eco prolongado que chegava de trás de um cerro próximo, anunciando "Já cá vou!! ... Já cá vou!!!" Era João a quem todos fizeram uma enorme festa à chegada. Fazer-se anunciar dessa forma invulgar, foi motivo para grande divertimento, digno de ser contado outras vezes, e retido nas memórias.

Em Novembro de 1960, Maria Teresa morreu. Tinha 80 anos e estava muito velhinha, quase cega, recorda Maria.

Três meses depois, em Fevereiro de 1961, morreu Gil António. Também estava velhote e muito aleijado das pernas. Deslocava-se com os tornozelos junto ao chão e os pés voltados para dentro. As dores tinham-lhe deformado o andar e o resto. A bexiga também dava sinais de uma doença denunciada pela incontinência, mas que nunca foi conhecida.
Nesses últimos tempos de vida, Gil e Teresa chamaram a filha mais velha, Maria Gil, que enviuvara poucos anos antes, e propuseram-lhe que deixasse a sua casa e viesse tratar deles. Ela aceitou. Veio acompanhada da filha, tratava de todos e a troco, recebia para além da alimentação e dormida, um ordenado, que não era discutido nem comentado pelos demais irmãos.

Depois de Maria Teresa morrer, Gil António declarou que não queria continuar

a viver naquela casa. Também não queria andar de casa em casa, relativa a cada um dos muitos filhos, como era frequente acontecer a pessoas na sua situação. Escolheu antes a casa de um dos filhos, o Manuel, como sua nova morada. Tendo-se ele assim pronunciado, ninguém discutiu a decisão tomada. Aconteceu, porém, que Manuel Gil planeava nessa altura uma mudança de Aljezur onde vivia, para uma casa que estava a negociar nos Montes de Alvor, concelho de Portimão. Nesse entretanto, o pai decidiu ficar em casa do José Gil, que morava ali perto, em João de Gales, vulgarmente dita Xã de Gales. Enquanto se esperava pela mudança, José Gil também recebeu dinheiro por esses cuidados prestados a seu pai. Já acamado, sem falar, morreu Gil António, no dia 1 de Fevereiro, de 1961, conta Maria. (2)

Maria Teresa Telma (ou Telo?)
Foi esposa de Gil António e avó paterna de Maria.
Terá nascido por volta de 1880 e morreu em Novembro de 1960.

Notas
Capítulo I

1. O tempo cronológico desta narrativa decorre no século XX, mais concentrado na sua segunda metade. O tempo sociológico é o de transição acelerada entre a pré-modernidade, a modernidade, e uma quase pós-modernidade, ou alta modernidade.
O espaço descrito, gerador da narrativa, sobre o qual ela se concentra, e que a acolhe, situa-se no Sul Mediterrânico. O percurso geográfico começa na Serra de Monchique e evolui ao longo do relato de vida para locais de transição entre o mundo rural e o urbano como as imediações de Portimão, ou Évora.
Culturalmente encontramo-nos no Sul das heranças mediterrânicas, relacionadas com as civilizações islâmicas. O Sul descoberto por Mattoso, "o sul que lhe deu os outros, os mouros, os vencidos, onde foi encontrando aqueles que nunca tinham participado na história, os mouros que serviam para ser degolado pelos heróis, para que os heróis pudessem ser heróis" na expressão de Cláudio Torres, em entrevista de Seguro e Leiria (2009), onde acrescenta que o momento do encontro com essas comunidades do Sul, a partir da identificação de um país, correspondeu a um momento de viragem na historiografia portuguesa.
Económica e socialmente, este Sul de partida surge associado a uma economia predominantemente rural, ligada à terra, com minifúndios no Algarve e latifúndios no Alentejo, em qualquer caso com dinâmicas económicas bastante limitadas. É identificado como espaço de pobreza, assimetrias sociais, condições de acesso à instrução muito constrangidas.
O espaço de chegada da mesma história de vida apresenta imagens distintas do de partida. Pelo menos bastante mais diversificadas. Em todo o caso a escritora Lídia Jorge considera que "todos os países têm as suas regiões -síntese, e o Algarve funciona como tal em relação a Portugal. Ali, uma pessoa sai à rua e vê a síntese da cultura portuguesa dos últimos trinta anos." (Filho, 2009)
"O espaço e o tempo são as principais dimensões materiais da vida humana (...) estão interligados na natureza e na sociedade (...) proponho a hipótese de que o espaço organiza o tempo na sociedade em rede. (...) Em termos materiais, a modernidade pode ser concebida como o domínio do tempo cronológico sobre o espaço e a sociedade..." (Castells, 2007a:493,561)
A referência ao tempo e ao espaço, e à relação entre estas duas dimensões, tal como é apresentada pelo sociólogo espanhol, introduz a reflexão que aqui proponho, sobre um espaço e um tempo identificados pela narrativa de uma das suas habitantes, Maria. Esta narrativa reflecte afinal a passagem de um tempo "linear, irreversível, mensurável e previsível" (Castells, 2007a: 561) dominador do espaço – lugar, para um tempo fragmentado onde por isso o espaço -lugar se vai emancipando aos poucos desse jugo do tempo.
À luz desta proposta, pode observar-se que o tempo que no início desta narrativa se impõe ao espaço, o domina quase "mecanicamente", começa a

ceder a sua posição tutelar, para admitir na fase final, as suas características de um tempo menos sólido, com tendência para se tornar "atemporal". A par há um espaço que é chamado a predominar enquanto "suporte material de práticas sociais de tempo compartilhado" (Castells, 2007a:235).
Esse é um dos aspectos interessantes do presente relato de vida: Parte desse tempo ainda intimamente ligado ao espaço, que assume mesmo a designação de lugar, e chega no fim do relato, a um tempo mais esvaziado, mais separado do espaço, situado cronologicamente no ano de 2006, onde quem se conta se debate com questões de "descontextualização, no sentido de desinserção das relações sociais, dos contextos locais de interacção" (Guiddens, 200:15). Isto mesmo fica plasmado na afirmação da informante de que não lhe interessa o que se passa na rua onde habita, mas sente-se atraída pelas notícias que a televisão que lhe traz dos vários cantos do mundo.
É um contínuo histórico -social da separação entre o tempo e o espaço, - evocando a condição do distanciamento espacio temporal, de alcance ainda indeterminado, segundo Guiddens (2000:37) - que podemos acompanhar neste relato de vida.
Ou seja, por outras palavras podemos dizer que observamos nesta história de vida, o caminho da modernidade até à modernidade tardia (Guiddens, 2000:124) ou mesmo à pós – modernidade, entendida como "o estado da cultura após as transformações que afectaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes" (Lyotard, s.d.:7). Mas o que aqui se evidencia é o desajuste cronológico entre a chegada das condições da pós modernidade que o filósofo francês situa no fim do século XIX , e que no Sul desta narrativa só se anunciam às portas do século XXI.

2. Estas foram pessoas concretas que nasceram (1880) num Portugal do Sul governado pela monarquia. Sob a égide do Rei D. Luís. Ou "num século daquilo que podemos chamar o período de 'liberalismo oligárquico'" na expressão de Fernando Rosas (Mattoso, 1998 b: 13).
Curiosamente, as finanças são à altura, senão o maior, um dos grandes problemas do país, já vindo de trás. Só Salazar conseguiria equilibrá-las, conseguindo com esse feito, grande parte da sua popularidade. Oliveira Marques confirma que:

"O estado das finanças públicas (...) tornou-se, aliás, a principal fonte de preocupação para a maior parte dos ministérios durante todo o século XIX e começos do XX" (Marques, 1981:99).
"Herdada da Monarquia, pode dizer-se que a questão financeira constitui um dos mais candentes problemas dos dezasseis anos da 1ª República Portuguesa" (Matoso, 1998 b: 13).

A mesma que foi proclamada a 5 de Outubro de 1910, quando estes avós de Maria, andavam na casa dos 30 anos de idade. Gil António e Maria Teresa entraram na segunda metade da sua vida, quando acontece neste país o "emblemático golpe militar" de 28 de Maio de 1926 que pôs fim a essa 1ª República Portuguesa, e " abriria caminho à implantação do Estado Novo, a mais longeva experiência autoritária moderna do Ocidente Europeu" (Matoso,

1998 b: 13).

Curiosamente, a dimensão económica, é ao longo do relato de vida de Maria, o centro das suas preocupações e o filtro das construções e escolhas possíveis e impossíveis. Para além de uma dimensão objectiva condicionadora de quase tudo e todos, a dimensão económica projecta-se no plano psicológico e mental, ditando regras e posturas que já não tem apenas uma natureza objectiva, mas também subjectiva, com efeitos de forte constrangimento em todas as dimensões da vida relatada.

VISITA A CASA DE CATARINA CORREIA

Maria conta que as sensações de liberdade e de carinho envolvem as primeiras recordações de casa da sua avó materna.

O avô José Duarte Albino, morrera em 1941, provavelmente de doença asmática, ou talvez de coração, cerca de um ano antes do casamento da sua segunda filha, Maria de Jesus, (mãe de Maria).

Deste homem não se narrariam memórias. Maria reteve apenas a ideia de que seria um homem desprovido de meiguice. E que era também senhor de um cavalo, quando naquele meio isso era raro.

Já raro não era ser pai de oito filhos, quatro rapazes e quarto raparigas, neste caso. Eram os Alvinos, um apelido reconhecido no meio mas não registado em qualquer papel. Que à altura, as palavras valiam mais que as escrituras, afirma Maria.

O Joaquim, o mais velho, nasceu num dia 2 de Fevereiro e, por ser dia da Nossa Senhora das Candeias, dia importante no calendário desse tempo, recebeu o nome de Joaquim das Candeias. Maria de Jesus, de seu nome de registo, viria a ser referenciada fora de casa, como Maria Alvina. Portas adentro, era a Maria, tratada pelos irmãos como "a mana". José Duarte, o terceiro, recebeu o mesmo nome do pai. Depois Maria Luísa, Manuel José Duarte, Inácia, Marcelino, e Teresa, terão sido registados, ou não, com o apelido do pai, sem que a isso fosse atribuída qualquer importância. O apelido da mãe, esse não foi evocado em nenhum dos oito.

Localizada no sítio dos Valadinhos, também no concelho de Monchique, "à distância da fala," do lugar do Maçarotal, esta casa terá sido quase abastada, à semelhança da casa dos avós paternos de Maria. (1)

À distância da fala, como se dizia por ali, significava que se alguém gritasse bem alto no Maçarotal seria ouvido nos Valadinhos. Cerca de um meio quilómetro separava as casas das duas famílias de Maria de Jesus e António Inácio. Ou seja os Alvinos dos Gil's.

Depois da morte de José Duarte, a vida nessa casa dos Valadinhos mudou. Os filhos mais velhos reclamaram a sua parte da herança, e tudo o que lhes pertencia. Os mais novos tiveram tutores, e Maria recorda um património desagregado, apenas com vestígios do que fora, anos antes.

As partilhas foram então combinadas e, mesmo que só uma vintena de anos depois tivessem sido feito os registos de propriedade, nunca assomou a mais leve hipótese de se desfazer o combinado. Tal era a força da palavra, e dos

homens que através dela se afirmavam. Todos os envolvidos faziam muita questão de serem reconhecidos como homens de palavra, afirma Maria.

Assim, o cavalo que pertencera a José Albino, haveria de ser parte da herança da segunda filha, Maria de Jesus, para honra e agrado de António Inácio seu marido. Mas o cavalo trazia já, algumas mazelas ou doença, que não permitiram tirar dele o esperado proveito.

Enquanto os filhos mais velhos iam tomando o que era já seu, por direito, Catarina Correia usufruía dos proventos dos bens que brevemente seriam entregues aos mais novos, cumprindo assim a dura missão de criar, casar e aconselhar oito filhos, no seu estado de viúva.

Durante essas décadas de 40 e 50, vivia-se na casa dos Valadinhos já sem abastança, mas ainda com mais fartura do que na casa que Maria de Jesus acabara de constituir. Isto, porque tudo o que Catarina e os filhos recolhiam da terra era seu. Eram proprietários. Já Maria de Jesus e António Inácio começaram por ser quinteiros, pelo que metade de tudo o que colhiam pertencia aos donos da terra e da casa onde viviam, explica Maria.

A imagem que Maria guarda de Catarina Correia, sua avó materna evoluiu ao longo dos anos. Em pequena, a memória da avó surge misturada com a de uma casa onde se sentiu tão acarinhada, como em nenhum outro momento ou lugar da sua vida.

Mais tarde viria a reconhecer na avó Catarina uma mulher forte, decidida e autoritária. Afinal, uma imagem semelhante à que mais tarde formaria da sua própria mãe, Maria de Jesus, filha de Catarina.

Durante a infância, Maria recorda-se de ir frequentemente a casa desta avó materna e por lá ficar de vez em quando. Percorria todo o caminho, de que ainda se lembra, a correr. Só para chegar lá mais depressa. E à chegada esperavam-na muitos abraços, muitos beijinhos, muitas risadas, numa dose avultada de carinho que a preenchia de forma inolvidável. Disso sentiria sempre falta, pela vida fora, confessa Maria. Por vezes era autorizada a permanecer um ou dois dias. E era sempre com renovado prazer que fazia essas visitas e insistia junto de sua mãe para as repetir.

Sendo a primeira sobrinha de tios ainda solteiros, era recebida como "a menina", estatuto que nos demais lugares não sentia. Brincavam com ela, passando-a de mão em mão, atirando-a ao ar. Um pouco mais crescida, proporcionavam-lhe pequenos prazeres de que Maria nunca se esquecerá. Como é o caso das bagas silvestres que o tio Marcelino colhia, e carinhosamente, descascava para ela.

Até que, aos poucos, outras crianças foram aparecendo na família e ela se foi remetendo, à medida que crescia, a um estatuto menos privilegiado junto dos tios.

Seria Maria ainda bem pequena, quando um dia, as suas tias adolescentes,

Inácia e Teresa se zangaram violentamente entre si. Teresa, a mais nova das duas, subiu então a um dos cerros anunciando bem alto, e repetidamente, que se ia matar. Mas antes, queria deixar bem claro que os tostões que juntara no mealheiro ficavam para Maria Deolinda. O episódio foi absolutamente inconsequente, mas bem revelador das preferências e dos afectos reunidos em torno de Maria.

Só Teresa, a tia mais nova, não se entusiasmava tanto com a presença da sobrinha. Haveriam de passar muitos anos até que, numa tarde de Verão já nos anos 2 000, Maria de visita a sua tia Teresa a confrontou, no meio de uma conversa solta e alegre, com essa falta sentida em criança.

Teresa, encostada à enxada - com que trabalhava um bocado de terra, junto a sua casa em João de Gales, freguesia de Monchique - do alto dos seus sessenta e muitos anos, metida numa pele curtida pelo tempo que, se já lhe levara muita da sua força física, não parecia capaz de abalar a força de carácter, comentou então na sua voz muito alta, saída de uma boca que parecia sempre cheia, por meio de risos: *Atão tu, entraste lá em casa, roubaste os mimos que ainda deviam ser meus, e querias o quê ?* Perante isto, desataram as duas a rir, a bom rir, e repetiram as mesmas frases várias vezes, e os risos também, conta Maria.

A casa da avó Catarina, nos Valadinhos, parecia grande nas memórias de Maria, quase como a dos outros avós. Mas quando em 2005 visitou as ruínas que sobravam, na companhia de dois dos seus irmãos, deparou-se com um espaço que lhes pareceu a todos, bem mais pequeno que o das suas recordações.

À entrada da casa de fora, que Maria recorda como espaçosa, do lado esquerdo, existiam dois quartos. Do lado direito, acedia-se a uma cozinha também de boas dimensões. Logo perto da porta da entrada estava um caixa de madeira das grandes. Seguia-se a porta de um dos quartos, e antes da próxima porta, ficava uma mesa de tamanho médio. Na parede da frente dessa casa de entrada, encontrava-se mais uma caixa de madeira encimada por pilheiras. E ainda antes do olhar chegar à porta da cozinha, encontravam-se mais duas caixas dispostas perpendicularmente.

Como em quase todas as casas daquela época, na serra de Monchique, as caixas de madeira, maiores ou menores, reuniam as funções de celeiro e de cofre da casa. Para além dos cereais podiam guardar arroz, massa, bacalhau, e tudo o mais que houvesse. Como estavam sempre fechadas, serviam também como assento, e como base de apoio a muitas actividades, tão diversas como um jogo de cartas, ou a amassadura de pão.

Maria chegou a viver em casa desta sua avó materna, nos Valadinhos, durante a época em que frequentou a quarta classe. Contava então 9 anos. A opção era justificada pela distância, mais curta, relativa à escola que frequentava no lugar dos Casais; ou mais provavelmente, esta estadia terá constituído uma ajuda da mãe Catarina à filha Maria de Jesus, que vivia na altura com poucos meios e já com quatro filhos.

Nessa temporada, aos fins de semana Maria voltava a casa dos pais. Para

ajudar, para assumir o seu lugar na vida da casa.

Quatro anos depois, por volta de 1955, Catarina Correia morreu, de repente. Os filhos José e Joaquim moravam com ela. Joaquim tinha vivido, por pouco tempo, com uma mulher de quem se separou. Ela trazia já dois filhos de outro homem. Ele era rijo, como todos os Alvinos. O ajuntamento durou pouco. José, por seu lado, nunca viria a casar.

Maria de Jesus foi a segunda filha de José Duarte Albino e de Catarina Correia. Foi mãe de Maria. (25/11/1920 – 25/02/ 2006).
Esta é a imagem do seu último natal em família, cerca de um ano antes da sua morte.

Notas

Capítulo II

1. Para compreender a expressão "esta casa era quase abastada" é necessário contextualizar no tempo e no lugar. O Sul de um Portugal que Fernando Rosas descreve como "*um mundo de coisas pequenas*".

Em 1938, Oliveira Salazar, Presidente do Conselho, descrevia numa entrevista, a partir da sua cadeira do poder em Lisboa, a vida neste país:

"Nas aldeias, ou nas pequenas vilas, a miséria total é mais rara (do que nas cidades). Deixa-se às vezes de trabalhar, mas deixa-se raramente de comer. Não há dinheiro, falta, por vezes a roupa necessária, mas há sempre uma côdea ou um caldo" (Mattoso, 1998 b: 14).

Se assim era, no discurso oficial sobre o modo de sobrevivência nas aldeias e pequenas vilas, no relato de Maria, nas brenhas da Serra de Monchique "existia falta de tudo". Colhiam-se os frutos do isolamento.

Alguns inquéritos feitos na época, abarcando situações típicas de famílias de assalariados, ou de camponeses pobres do Alto Douro, do Alentejo e do Algarve, permitiram a Fernando Rosas concluir:

"Em nenhum caso o salário isolado do chefe de família assegurava a subsistência do agregado, mesmo em termos exclusivamente alimentares, e de uma alimentação como veremos, muito insuficiente e desequilibrada. Para cobrir as despesas básicas - com a comida, o vestuário e a habitação - era necessário o trabalho de todos os membros da família durante a maioria dos meses do ano e desde tenra idade: na parcela de terra própria se a havia; à jorna (nas terras dos outros, na fábrica, no que houvesse...); as raparigas a servir na casa dos ricos" (Mattoso, 1998 b: 53).

As côdeas ou caldos referidos por Salazar, aqui na serra de Monchique, chamavam-se papas de milho. E a sobrevivência nestas paragens tinha um preço alto. Conseguia-se à custa de grande esforço individual, familiar, e comunitário. É esse esforço quase heróico, quase desumano, por vezes situado próximo dos limites físicos, que é sublinhado nos relatos de Maria.

Estávamos num "Portugal essencialmente rural, (...) onde se articulavam, contrastando, um oceano miserável e subprodutivo de pequenos agricultores, camponeses semiproletários e assalariados e uma influente oligarquia agrária, ciosa da conservação dos seus privilégios" (Mattoso, 1998 b: 19).

Estes avôs de Maria tão próximos estavam desse oceano de miséria que todos os seus esforços eram empenhados no grande objectivo de não tombar nele. O sonho era distanciar-se, um pouco que fosse, de tão perigosas águas.

Faziam-no à custa de trabalho esforçado mas pouco rentável, suportado por um sistema de valores morais e sociais muito fechado, rígido, inspirado e mantido fundamentalmente pela Igreja Católica. No meio, à altura, não existiam, porque não eram conhecidas ou acreditadas, outras referências ou instituições.

Este relato de memórias evidencia uma adaptação localizada da ideologia dominante no país da altura. " Trabalho, Família, Deus", em vez de "Deus, Pátria e Família".

Mesmo sem terem acesso aos cartazes distribuídos nas escolas portuguesas em 1938, com essa famosa síntese da pedagogia e moral salazarista, (Deus, Pátria e Família) mesmo antes dos cartazes serem produzidos, estes valores fundamentais estavam bem presentes na organização da vida desta família do interior da serra algarvia.

No ano da morte de Catarina Correia (avó materna de Maria), 1955, num lugar geográfico não muito distante, em Olhão, como noutros lugares da orla marítima portuguesa, os pescadores faziam greve. Mas cultural e mentalmente a distância entre os dois lugares (Serra de Monchique e Olhão) revela-se aqui enorme.

Mais a norte do país, muito mais longe ainda, acontecia uma vaga de prisões políticas. Em Lisboa, Marcelo Caetano era nomeado Ministro da Presidência.

Em Angola era criado o MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola. Em Nova York, Portugal era admitido na ONU- Organização das Nações Unidas.

ANTÓNIO INÁCIO E MARIA DE JESUS, PAIS DE MARIA

O Maçarotal, integrado na freguesia e concelho de Monchique foi o lugar de nascimento, de criação, e de grande parte da vida de António Inácio. Situado numa encosta desamparada, batida a Norte por um vento frio, era um sítio agreste.
Ali não cresciam árvores de fruto.

Ali, viviam-se Invernos que Maria recorda como implacáveis, com duração entre Setembro e Abril. E muitas vezes, mesmo passado o Inverno, ainda a gente dali temia mais uma nortada que lá vinha. A terra era trabalhada em socalcos, dando à encosta o aspecto de uma grande e larga escada, que só os gigantes da imaginação das crianças, poderiam subir e descer com alguma facilidade.

Não seriam mais de umas cinco ou seis casas separadas por algumas centenas de metros entre si, que formavam a comunidade a que chamavam a vizinhança do Maçarotal. Aí viviam as famílias dos Sapateiros, Joaquim e José, do Joaquim Inácio, do Manuel da Cabana, do João Gabriel (chamado de Graviel) que viria mais tarde a casar com Zézinha Correia, irmã do marido de Maria.

Ao todo, eram cerca de meia centena de pessoas, quase todos de pele muito branca, faces rosadas, a quem o tempo e o lugar impunham que fossem fisicamente resistentes. Alguns deles garantiam que aquele vento frio era saudável, que enrijava os corpos. Se calhar enrijecia também o resto, observa Maria num tom pensativo. Não era lugar de moleza. Os rapazes mediam-se entre si, eram avaliados pela força muscular, pela capacidade de resistência. E o mesmo acontecia, em muitos casos, com as raparigas.

Os Valadinhos, outro lugar da mesma freguesia e concelho de Monchique, fica num vale, ou numa baixa, como ali se dizia. É o sítio de origem de Maria de Jesus.

Estava protegido da serra pela própria serra, mas tinha menos habitantes que o Maçarotal. Para ir de um lugar ao outro, era necessário saltar um pequeno ribeiro que, no Inverno se espraiava, e por vezes impedia temporariamente, o acesso ao outro lado.

Maria, criança habituada a calcorrear chão difícil, lembra-se de encontrar ali dificuldades acrescidas. Alguém colocara no meio do ribeiro, duas grandes pedras que faziam de ponte. Mas alcançar esses pontos de apoio, exigia uma passada bem grande ou o salto ligeiro, e as suas pequenas pernas não se alongavam assim tanto. Pelo que, sempre que o caudal engrossava, Maria se

descalçava e, com os sapatos numa mão e a roda da saia noutra, lá avançava por dentro de água, contente porque ia a casa de sua avó, e só isso era suficiente para fazê-la esquecer o frio.

À medida que se ia chegando, Maria gostava particularmente de encontrar as pereiras, os pereiros, os pés de videira, próximos de casa, que lhe garantiam momentos de consolação do pequeno estômago e sabores pouco frequentes que lhe adoçavam mais do que a boca.
Só a velha laranjeira continuou sempre azeda, lamenta Maria.

A proximidade dos dois lugares, separados pela distância da fala, explica que os modos, os hábitos, as forma que a vida assumia, fossem os mesmos. (1)

Para todos o dia começava cedo. Ou seja, quando chegava o raiar da manhã, porque era a luz do sol que comandava a vida.

Aos donos da casa, ou aos filhos mais velhos cabia começar o dia a tratar dos animais. Geralmente, as mulheres ocupavam-se de porcos e galinhas, enquanto os homens asseguravam o tratamento de animais de maior porte, vacas, bezerros, burros ou outros, se os houvesse. A seguir, as mulheres cavavam a terra como os homens. Mas, quando se tratava de iniciar uma sementeira, eram regra geral, os homens quem preparava a terra enquanto elas ajudavam a colocar as sementes, e a regar. Uns e outros carregavam lenha para junto de casa, arrecadavam o produto das colheitas, ou os animais. A essas tarefas elas juntavam ainda a preparação das refeições e a lida da casa. Aí, no reino doméstico, os homens não eram admitidos nem desejavam sê-lo, conta Maria.

Foi nesta envolvência geográfica, cultural e social, que nasceu António Inácio a 5 de Abril de 1919. Haveria de ser agraciado pela natureza com alguns dotes físicos que o deixavam à partida, em relativa vantagem entre os seus pares.

Homem de 1,70m, bem constituído, de tez clara, rosto largo, olhos pequenos e escuros, tinha uma maneira de juntar os lábios que às vezes parecia ser um sorriso, e outras apenas o seu jeito de boca. Cresceu a trabalhar. No árduo trabalho do campo.

Também isso terá contribuído para desenvolver uma força física que exibia quando necessário, e de que muito se orgulhava. Como se orgulhava do seu nome de família, dos seus pais e irmãos, do seu amor próprio, do lugar onde vivia, de quem era. Estava sempre pronto para defender essa imagem de si e dos seus, em qualquer circunstância. *Com ele não brincavam*, afirma Maria.

Era bem parecido, jovem, cheio de força e de alguns princípios herdados da família, temente a Deus e à Igreja, quando em Abril de 1942, casou com Maria de Jesus na capela de Monchique.

Também Maria de Jesus era uma mulher forte. Física e psicologicamente. Nas lides do campo desenvolvia trabalho como alguns homens não faziam. Carregava, por exemplo, às suas costas, feixes de lenha ou de mato de dimensões pouco habituais. Era uma mulher de estatura média para a época. Tinha 1, 58m de

altura, pele branca e lisa, faces rosadas, traços finos, longos cabelo castanhos e uns olhos pequenos – que com o passar dos anos haveriam de se ir afundando tanto, que no fim da vida estavam já muito distantes das linhas superficiais do rosto.

Era uma moça roliça, de pernas bem torneadas e seios levantados, muito senhora do seu nariz, por quem António se apaixonou não se sabe bem quando. Uma ou outra vez, se calhava a conversa, ele, sorridente e descontraído dizia que sempre soubera "que aquela era a sua". Que, no tempo da sua mocidade, quando dançava ou namoriscava com outras raparigas, lhe aflorava a ideia da inutilidade desses momentos, já que sabia guardada para si, aquela que lá estava nos Valadinhos.

Ela nasceu a 25 de Novembro de 1920 naquela casa dos Valadinhos. Viria a ser dona de uma vontade forte, caprichosa, decidida a defender-se a si e a tudo o que elegia como mais importante.

Mesmo sem a concordância dos pais, na companhia de amigas da sua idade e de outros familiares, percorria com a sua juventude os bailes da freguesia e aventurava-se mesmo até mais longe. Movia-a a necessidade de convívio própria da idade, mas é de supor que procurasse também um encontro que estruturasse a sua vida. A mudança, naquele contexto, só podia acontecer por via do casamento, reporta Maria.

Ela sabia e gostava de bailar. Um prazer que com o passar dos anos haveria de refrear. E era determinada. Muitos achavam-na teimosa. Em qualquer caso, por onde passava, deixava clara essa marca de uma firmeza que com o passar dos anos haveria de ir refinando.

Quando encontrava um par a seu jeito chegava e exibir-se sobre um meio alqueire, ou seja, uma caixa de madeira quadrada com dimensões de cerca de meio metro por meio metro, muito usada para medir cereais. Afinal um palco tão pequeno que só os mais exímios podiam usar. À sua volta, amigos e conhecidos apreciavam. Talvez aplaudissem no final, admite Maria.

Numa dessas noites de baile, em que uns e outros, moços casadoiros tentavam descobrir e ser descobertos, um candidato a engraçado, possuidor de uma lanterna, divertia-se a apontar o foco para as pernas das raparigas sentadas nos bancos. O pretexto da brincadeira era uma suposta busca de moedas que o rapaz ali teria ali perdido. E assim se animava. Até chegar junto de Maria de Jesus que logo declarou, com convicção, que ali ele não perdera nada. Como o jovem insistisse viu a sua lanterna ir parar ao lado oposto da sala, em resultado de um safanão de Maria de Jesus. O moço, assim mal colocado, ainda tentou que ela se levantasse para recolher a lanterna e recompor a sua imagem. Ela recusou-se determinantemente. E eis que surge por ali António Inácio que tomou o partido da dama que viria a ser sua. A cumplicidade, a admiração e a protecção que nessa noite foram explícitas, viriam a perdurar pelos 50 anos que se seguiram. Até que numa manhã fria, a13 de Novembro de 1994, se despediram, junto ao chão, com cheiro a terra revolta, com o silêncio dele e, a expressão dela a interrogar-se: E agora com quem é que eu converso?

Os dois conversaram sempre muito. Às noites junto ao lume de chão ou de madrugada na cama. Durante os dias enquanto trabalhavam. Aos domingos a caminho e na volta da missa.
Ao longo desses anos, António nunca haveria de esconder a admiração e o afecto que sentia por aquela mulher. Quando calhava em conversa, ela era sempre bonita, ponderada, coerente, forte, sábia, e tudo o que de bom se proporcionasse dizer. Que António também não era homem de elogios fáceis ou desgarrados de um contexto.

Mas mesmo quando ela, caprichosa, amuava, ele assumia com naturalidade uma defesa quase impossível. Como naquele dia de *morte de porco*, que Maria conta: Já era então casada e mãe de filhos, e alguma coisa não correu bem à sua mãe. Nunca chegariam a saber o que foi. Só souberam que na manhã do dia marcado, todos os convidados chegaram à hora combinada e ela não apareceu. Foi o pai António que adiantou, sem muitas explicações, que não haveria morte de porco porque a mãe estava na cama, doente. Ninguém a viu nem soube de que mal padecia. Todos voltaram pelo mesmo caminho que os tinha levado e mais tarde foi marcada nova data.

Naquela noite do baile da lanterna, em finais de 1939 ou início de 1940, Maria de Jesus e António Inácio terão dançado até por volta das 4h da manhã. Começou aí o seu namoro. Após o que regressaram a pé para cada uma das suas casas e quando o dia raiou, terão assumido as suas tarefas habituais.

Ele tratou de animais, desempenhou uma qualquer outra tarefa habitual, (sabe-se lá acompanhado de que pensamentos ou de que alegrias), antes de vir almoçar cerca das 9.30h.

À mesma hora, nos Valadinhos, já Maria de Jesus tinha acendido o lume de lenha e tinha preparado o almoço para a sua família. As mesmas papas de farinha de milho que se comiam em casa de António e no resto das casas da serra, durante quase todos os dias do ano.

E o dia continuou sem direito a excepcionalidades. Porque era assim o hábito naquele tempo, afirma Maria. Pouco depois da uma hora da tarde, António parou o trabalho e entrou em casa para jantar. A essa refeição comiam-se, geralmente grãos de bico, feijão seco ou verde, conforme a época do ano, favas, ervilhas, massa ou arroz. Como então era Inverno, António não merendou, porque isso era coisa só para os dias grandes. Pouco antes de anoitecer António voltou para cear. Podem ter sido milhos cozidos, ou couves, o que comeu. E só depois se terá deitado para recuperar as energias gastas na noite anterior. Supõe Maria.

Algo de semelhante se terá passado com Maria de Jesus que na sua casa observava os mesmos hábitos. Outros dias se sucederam, outros bailes aconteceram e o namoro continuou, até que, chegou o momento de António sair, pela primeira vez, daquela serra. Ia para a tropa.

Foi Évora que o recebeu, marcando de forma indelével o seu imaginário. A mesma cidade que acolheria, pouco tempo depois, em Setembro de 1945, o

professor Virgílio Ferreira, recebeu em Abril de 1940 o soldado António Inácio, e a ambos se ofereceu como um lugar marcante nas suas memórias.

António, nas suas raras visitas a casa, mas principalmente nos anos que se seguiram ao seu regresso ao Maçarotal, passaria longas horas, aos serões ou quando a conversa acontecia, a relatar as histórias vividas em Évora. Descrevia a Praça do Giraldo, o Templo de Diana, a Sé, o Jardim Público e o seu coreto onde se ouvia música, o Jardim das Canas. Contava episódios e pormenores das suas tarefas de impedido ao serviço de um graduado da tropa, que o levavam a acompanhar pessoas ao cinema, ao Teatro Garcia de Resende. Tentava imitar os "toques" que marcavam o ritmo da vida no quartel. Comentava com apreço as características dos animais de carga e transporte, mulas, machos e cavalos, ao serviço do exército. Ficou-lhe o deslumbramento, afirma Maria. (2)

Foi essa Évora a que muito se afeiçoou, que António descobriu e levou consigo para o Maçarotal quando "passou à disponibilidade" em Outubro de 1941.

No regresso, o reencontro de António com a namorada Maria de Jesus haveria de dar fruto. Maria, a primeira filha do casal nasceria daí a nove meses: no dia 18 de Julho de 1942.

O caso dessa gravidez antes do casamento, nunca haveria de ser relevado ou comentado sequer, pelo que Maria apenas o descobriu, quando já em idade adulta, por ocasião de uma conferência de documentos, reparou na proximidade das datas do seu próprio nascimento e casamento dos pais.

António gostava particularmente do mês de Abril. Repetiria pela vida fora que esse era o mês dos seus três aniversários: o do nascimento; o de "assentar praça" (ou do inicio do serviço militar); e o do seu casamento. António reconhecia estes três momentos, como estruturantes na sua vida.

Para o dia de casamento, nesse Abril de 1942, tinham sido pedidas emprestadas a vizinhos alguns machos e mulas. Sobre o dorso dos animais foram colocadas albardas e sobre estas as enxergas. As albardas eram de uma pele que cobria uma pequena estrutura rígida que formava um assento para quem montava. A enxerga, ou grande almofada mal cheia, colocava-se por forma acolchoar a enxerga e tinha como função tornar mais confortável a viagem. Sobre as enxergas colocaram-se ainda, nesse dia, colchas que assinalavam a excepcionalidade da ocasião e lhe conferiam brilho e distinção. A distância era percorrida, quase todos os domingos, a pé ou de burro, relembra Maria. Mas nesse domingo especial, os noivos e padrinhos rumaram em preparos especiais de festa, à capela da vila de Monchique onde foi confirmado o acto do casamento de António e Maria de Jesus.

Terminado o ritual religioso, que coincidia com o legal, retornaram do mesmo modo, à casa do Maçarotal, onde os aguardavam pais, irmãos, familiares mais próximos. Era o momento apropriado para a apresentação de cumprimentos e desejos de que os noivos fossem felizes e tivessem muita sorte na vida, de acordo com o uso da altura, segundo Maria.

Seguiu-se a festa, comedida, como impunham os hábitos das duas famílias. Não se deveria comer nesse dia tudo o que se tinha, justifica Maria, ainda hoje identificada com essa forma de conceber a vida. E acrescenta que sim, que pensa que os seus jovens pais deveriam estar felizes nesse dia, ele com vinte e dois anos, ela com vinte e um.

Ficaram a viver ali, na casa dos pais de António, até encontrarem uma alternativa possível. As circunstâncias assim o impunham. Maria de Jesus preferia obedecer à sogra, - por quem não morria de amores, mas que respeitou integralmente no âmbito dos hábitos e costumes instituídos - do que sujeitar-se à realidade da casa materna, aos comentários, juízos, ou domínio de sua mãe, supõe Maria.

Desde muito cedo, tinha ela decidido esperar pelo dia em que completasse vinte e um anos para se casar sem ter de "correr a dispensa", o que significava solicitar autorização formal dos pais para casar. Assim cumpriu reforçando o seu orgulho próprio.

Seguiu-se um percurso partilhado por António e Maria de Jesus durante quase cinquenta anos: treze filhos gerados, esforços físicos que por vezes pareceram desmesurados, muitas lágrimas e alguns risos. Foram duas trajectórias de vida primordialmente influenciadas pelos ensinamentos da igreja católica, e pela vontade férrea de acumular algum património com valor económico.

Quando, no fim desse percurso se despediram, deixaram oito filhos vivos e alguma coisa para cada um deles, afirma Maria.

Para Maria de Jesus e António Inácio, os poucos bens herdados de seus pais assumiram uma enorme importância, o que ajuda a compreender as razões que os levaram a empenhar os seus corpos e os seus dias, no objectivo de deixar a cada um dos muitos filhos uma parcela de terra, se possível mais valiosa do que as que tinham recebido.

Mas antes de ser passado aos filhos, esse património era a segura garantia, já não só da sobrevivência, mas agora também da sua independência face aos outros, e ao imprevisível mundo real. Estas condições de sobrevivência e independência foram sendo amassadas e fermentadas com esforço e espírito de sacrifício. Mas impunham um certo estatuto de respeitabilidade entre os seus pares e interlocutores. Essa foi a sua aposta de vida. E foi ganha, assegura Maria. (3)

António Inácio em Évora onde prestou serviço militar nos anos de 1940/41.
Com 21 anos de idade e um ano antes de ser pai de Maria.
Nasceu a 5 de Abril de 1919 e faleceu em Novembro de 1991.

1. O estudo dos processos de desenvolvimento humano exige abordagens transversais e interdisciplinares. Ou seja,

"em termos de inclusividade, integrando as considerações económicas, as sociais e as politicas. Uma abordagem alargada deste tipo permite a apreciação simultânea do papel vital, no instituições diferentes, incluindo os mercados e organizações relacionadas com o mercado, governos e autoridades locais, partidos políticos e outras instituições cívicas, sistemas educacionais, bem como a ocasião para o diálogo e debate abertos. Tal abordagem permite-nos também reconhecer o papel dos valores sociais e dos costumes dominantes, que podem influenciar as liberdades de que as pessoas gozam (...) o exercício da liberdade é mediatizado por valores, mas por seu turno, os valores são influenciados pelo debate público e pelas interacções sociais, eles mesmos influenciados pelas liberdades de participação." (Sen, 2003: 255)

Fazendo uma leitura deste relato de vida, à luz a perspectiva de análise do desenvolvimento deste autor, verifica-se que é justamente a existência muito limitada de instituições e interacções sociais, ou seja a sua muito fraca diversificação, uma das principais características sociais deste grupo social contextualizado no seu tempo e espaço. O exercício possível da liberdade é muito fortemente condicionado pelos valores vigentes. E estes valores, por seu lado, não se impunham ali em resultado de nenhum debate público visível ou procurado, mas apenas mediados pelas interacções sociais quase totalmente dominadas pela Igreja Católica. É curioso observar que neste contexto histórico e cronológico pouco distante dos tempos de hoje, a separação de poderes entre Estado e Igreja não existiam na prática, impondo-se a segunda ao primeiro. Esta constatação pode ser útil à compreensão de evoluções futuras desta história de vida e do seu contexto social.

2. Virgílio Ferreira e António Inácio

António nunca aprendeu a ler, nem tão pouco a garatujar o nome. Nunca tinha saído de Monchique até essa idade de 21 anos. Viveu em Évora dezoito meses, na condição de "magala".

Virgílio Ferreira tinha à chegada a Évora 24 anos. Vinha de Faro onde foi professor, já depois de o ter sido em Bragança. De Évora foi para Lisboa. Era influenciado por Malroux, citava Proust, seguia Sartre, ensinava latim, escreveu durante a sua permanência em Évora sete livros. Seria, mais tarde, premiado no seu país e no estrangeiro. Foi tido como um dos expoentes do existencialismo em Portugal.

António e Vergílio vivenciaram o mesmo lugar no mesmo tempo com duas formas

de ver e de revelar Évora bem diferentes. Todavia, é possível encontrar algo de comum entre os dois: Eram homens de porte altivo, austeros, de semblante sério. Um e outro nasceram na serra: António em Monchique, Virgílio na Serra da Estrela. Ambos beberam da doutrina da Igreja; António na capela de todos os domingos, Virgílio no Seminário onde esteve durante 6 anos. Partilharam o mesmo tempo, e o lugar Évora, ainda que em condições e desempenhos muito diferentes.

Partilharam a cidade que António recontou muitas vezes a Maria. E Virgílio escreveu nas páginas do Jornal de Évora:

"Vim do Norte, da montanha, da água e da verdura: a extraordinária individualidade da planície resiste longamente a quem a ignora. Mas, por fim, não me foi difícil perceber que a linguagem da Serra se reconhece de algum modo na da planura: é a linguagem da força cósmica, da desolação, do silêncio. Se a montanha apela mais para a epopeia e a planície para a tragédia, tragédia epopeia têm um signo comum que o lirismo desconhece. Assim, eu não tive talvez de me reinventar totalmente para me reconhecer aqui, e a presença do Alentejo, no que me exprimiu, creio bem que se reconhecerá sem dificuldade" (Ferreira, 1994:9).

Ambos os homens terão dito, chegados ao mesmo lugar: "Cheguei enfim à estação de Évora" (Pinheiro, 1994: 7). Separados por um tempo cronológico de cinco anos. E pelas diferentes formas de domínio da língua que são a oralidade e a escrita. Tal como António, também Virgílio diz "Ignoro tudo em Évora (...) Por ora sei apenas que é uma cidade fantástica." (Pinheiro, 1994: 7) E continua na sua "Carta ao Futuro":

" Évora é uma cidade branca como uma ermida. Convergem para ela os caminhos da planície como o rasto da esperança dos homens. E como uma ermida, o que a habita é o silêncio dos séculos, do descampado em redor.(...) Lembro-me perfeitamente meu amigo, de quando pela primeira vez vi o templo de Diana. Era em Setembro, eu vinha fazer exames, conhecia o Templo dos livros, das fotografias. Ignoro ainda se o monumento se alinha entre as belas obras de arte, essas perante as quais estamos autorizados a comover-nos. Ignoro-o, porque hoje sei que o milagre pode surgir quando menos o suspeitamos: uma frase musical de um tocador ambulante, o assobio de quem passa, um talo de erva que irrompe de uma juntura de pedras, podem alvoraçar-nos como a mais pura e evidente aparição da beleza.
Subi a rua que vai da Praça, mal reparei então na Sé, obscurecida a um canto, cheguei por fim à acrópole onde se ergue o Templo. Catorze colunas nuas levantavam-se para os astros banhadas da lua quente que iluminava o largo" (Pinheiro, 1994: 10)

O encantamento por Évora que António transmitiu a Maria e que ela guardou na sua memória, encontra-se também em Virgílio: "A Praça acordara enfeitada de crisântemos. Mas só agora eu reparo bem neles. Havia crisântemos ao longo das arcadas, uma roda de vasos cercava a fonte por dentro das grades" (Pinheiro, 1994: 9).

O sociólogo pode aqui interessar-se pelas diferenças entre "as duas realidades" que coincidem no tempo, no espaço físico e geográfico, no calendário, e até nalguns afectos, mas manifestam-se e evoluem em construções bem distintas. É o estudo dessas construções sociais diversas que nos permitirá compreender,

de forma cada vez mais aprofundada, a complexidade e multiplicidade de contornos daquilo a que chamamos "a nossa realidade social". Tomo aqui por referência as noções de "realidade", "conhecimento" e "construção social da realidade" (Berger e Luckman, 1999:13-15).

3. No início do século XXI, os termos da realidade são distintos dos da primeira metade do século XX. O legado de António e Maria de Jesus é agora recebido pelos filhos, de forma bem diferente da que os pais imaginaram. A mais importante herança deixada, não se expressa nos pequenos pedaços de casas ou terra. Situa-se antes no plano imaterial e consiste na demonstração objectiva, através da prática quotidiana da existência da possibilidade de "*planeamento de vida*", entendido como " *adopção estratégica de opções de estilo de vida, organizada em termos do tempo de vida antecipado do individuo e normalmente ponderada através da noção de risco*" (Guiddens, 1997: 214).
Ou escrito de outra forma, a mais importante herança deixada pelos pais de Maria a seus filhos, foi a noção de que cada um é, e deve ser, "*na medida exacta das suas possibilidades, o seu próprio agente de problemática, de decisão e de responsabilidade*" (Faure, 1977: 23).

Enquanto recolhiam e acumulavam migalhas de património material, os pais demonstraram aos filhos o seu modo de ser e de fazer. E logo que esses filhos reuniram alguns anos de vida e de força, saíram de casa, fizeram-se às estradas da vida real, tentando continuamente a sua própria construção emancipadora, ou seja a rejeição possível, e controlada em função dos riscos, da exploração, da desigualdade e da repressão.
Maria continuou o processo de seus pais, desenvolvendo-o, na medida em que às preocupações com acumulação de valores materiais, juntou o desejo de investimento em valores de educação e cidadania. Para atingir esse seu novo objectivo usou, no entanto, a mesma e única fórmula que conhecia: o empenhamento em trabalho esforçado, associado a uma permanente contenção no consumo, para alargar as possibilidades de liberdade individual, de fazer escolhas.

No seu caso escolheu como prioridade proporcionar a cada um dos seus quatro filhos educação formal de nível superior, algo de impensável no seu meio social, familiar e económico. E mais uma vez, tão preciosa como o objecto atingido, é a longa e aturada demonstração prática de "como fazer".

Maria partiu da convicção interiorizada por si, mas que não sabe de onde lhe veio, segundo a qual a educação formal é uma via para o desenvolvimento humano. Um processo de mudança que ela desejou inicialmente para si, depois para os seus filhos. Acreditou que a escola proporciona possibilidades de construção da liberdade individual e colectiva.

Tal convicção levou Maria a definir como desígnio que os seus filhos haveriam de estudar. Ir para além do limite da escolaridade obrigatória, mesmo que essa fosse no seu contexto considerada como um nível elevado. Contou com seu marido como aliado, inicialmente pouco convicto mas sempre indispensável. Não perdeu, em nenhum dia da sua vida, uma oportunidade para de uma ou

de outra forma relembrar o seu objectivo a quem estava por perto. E nunca ninguém desistiu.

Longe de apresentar esta trajectória de vida como inusitada, estranha, ou incompreensível, - baseada na emergência de uma vontade individual (de Maria) inspiradora e mobilizadora de todo o percurso, surgida aparentemente do nada, – bem pelo contrário, a proposta fulcral deste trabalho é a de ler esta história de vida à luz do conceito de "Bildung", cuja importância e capacidade de irradiação Gadamer destaca:

"é sem dúvida alguma, a ideia mais importante do séc. XVIII e é precisamente esse conceito que designa o elemento aglutinador das ciências do espírito do séc. XIX (...) O conceito de Bildung torna evidente a profunda transformação espiritual que do século de Goethe ainda um nosso contemporâneo, ao passo que o Barroco nos soa hoje como antiguidade histórica. Nessa época, os conceitos e termos decisivos com os quais ainda hoje operamos adquirem o seu significado" (Suarez, 2005).

Diferentes autores concordam quanto à importância fundamental deste conceito e do seu impacto na forma como concebemos e organizamos as sociedades que a ele estiveram e expostas, entre elas a sociedade portuguesa.

"A noção de Bildung, uma das categorias centrais na tradição humanista, que para além do mais contribuiu notavelmente para desenvolver o ideal da razão iluminista, refere-se fundamentalmente ao ideal experiencial da 'formação do homem'. A Bildung , quer dizer, a formação cultural enraizada no ser e na experiência do homem, apresenta-se desde as suas origens como um elemento decisivo para impedir a dispersão do homem" (Dolz, 2008: 92).

Para especificar melhor este conceito fundamental, Antoine Berman desenvolveu a definição de Bildung nos seguintes termos: "a palavra alemã Bildung significa, genericamente, "cultura" e pode ser considerado o duplo germânico da palavra Kultur, de origem latina. Porém Bildung remete a vários outros registos, em virtude, antes de tudo do seu riquíssimo campo semântico: Bild, imagem, Einbildungskraft, imaginação, Ausbildung, desenvolvimento, Bildsamkeit, flexibilidade ou plasticidade, Vorbild, modelo, Nachbild, cópia e Urbild, arquétipo. Utilizamos Bildung para falar no grau de "formação de um indivíduo, um povo ou uma língua, uma arte: e é a partir do horizonte da arte que se determina no mais das vezes, Bildung. Sobretudo, a palavra alemã tem uma forte conotação pedagógica e designa a formação como processo. Por exemplo, os anos de juventude de Wilhelm Meister, no romance de Goethe, são seus Lehrjahre, seus anos de aprendizado, onde ele aprende somente uma coisa, sem dúvida decisiva: aprende a formar-se." (Suarez, 2005).
É esta Bildung que percorre a Europa dos séc.XIX e XX, influencia o âmago das nossas vidas, também a sul de Portugal, e que impregna a história de vida de Maria. Agora, já em pleno séc.XXI, é sobre esta "Bildung" que vários filósofos da educação repensam. Porque compreendemos que o mundo está em profunda mudança, e este conceito emergido de um mundo clássico, da noção de paideia, foi adaptada às sociedades modernas que, entretanto, têm um sujeito distinto e uma diferente organização social.

"Sem dúvida, com a entrada da/na pósmodernidade – uma era onde a sociedade se fractura, onde a cultura se parcializa e se desconstrói, onde o sujeito perde a própria unidade – poderia parecer que assistimos a um ocaso da categoria de Bildung. Sejam ou

não certas estas teses, o certo é que se torna necessário repensar a ideia de formação, resgatando aquelas ideias da *paideía-humanitas-Bildung*, que todavia hoje resultam válidas." (Dolz, 2008: 96)

Um outro filósofo da educação, contemporâneo, vai mais longe e proclama a necessidade da educação recuperar un "ethos barocco" para conter os excessos niilistas da cultura pós-moderna. Argumenta que depois de proclamada a morte de Deus e do homem, está abandonada a ideologia do desenvolvimento e olha-se para a formação do homem como uma "acreção sem progresso" vista como um texto de um pro-grama. Trata-se de um conceito "vizinho" do "trânsito", um caminho não orientado à priori como a viagem, que vê a Bildung como plasma do desenvolvimento em conformidade com um modelo. A mesma Bildung que não concebe que o homem não é mais um viajante com uma meta, mas um viajante que se aventura (Valleriani, 2009: 79).

Capítulo IV

MARIA MENINA

Os pais de Maria estavam felizes quando casaram, supõe Maria. Mas aquilo passou muito depressa, porque ela própria nasceu logo em Julho seguinte, acrescenta. E ano e meio depois, sua mãe engravidou outra vez. Com intervalos de menos de dois anos, foram sucessivamente nascendo crianças nesta família de poucos recursos e algumas ambições. Ao todo doze. Um outro, não chegaria a nascer.

A contracepção era, naquele meio, desconhecida. Para além de que a moral vigente na família, recentemente constituída, obediente à Igreja Católica, impedia o uso mesmo dos métodos mais naturais, como interrupção do coito, ou a abstinência sexual em dias previstos como férteis. Esses, e outros métodos primários de contracepção, eram já praticados com algum sucesso, por pessoas dos seus conhecimentos, mas definitivamente reprovados pelos pais de Maria. Os filhos seriam tantos quantos os que Deus lhes enviassem. E fazer algo para os evitar era incorrer em pecado, como ensinava a Igreja.

Assim, cada nascimento foi sendo recebido sem contentamento nem tristeza visivelmente manifestos. Era tão natural como correr água no ribeiro.

Mas Maria lamentou só para com os seus botões, de cada vez que sua mãe ficou grávida. Até porque também ela era implicada, já que lhe cabia tratar de mais um.

Cuidou de dez irmãos: O irrequieto Marcelino Inácio, nascido a 30 Março de 1944; a Idalina de Jesus Inácio, nascida a 23 de Dezembro do ano seguinte, e tida por Maria como a preferida da mãe; Fidelina, a bebé nascida em 1947 e falecida seis meses depois com a tosse convulsa; o convicto José Inácio, chegado a 18 de Setembro de 1949. O malogrado Amândio de Jesus Inácio, que tomou a vida a 6 de Maio de 1951, para a perder 20 anos depois, num acidente de mota numa rua de Paris; Os gémeos, tão diferentes entre si, António de Jesus Inácio e Maria da Conceição de Jesus Inácio, nascidos a 3 de Julho de 1956; Maria de Fátima de Jesus Inácio, considerada por alguns como a mais bonita, nascida a 15 de Março de 1959. Só do seu último irmão, Maria não cuidou, já que Luís de Jesus Inácio nasceu dois anos depois do seu casamento, quando ela própria tinha já uma filha de mais de um ano de idade.

Maria nasceu a 21 de Julho de 1942, em casa de sua avó paterna, no Maçarotal.

Já não se lembra exactamente quando começou a acender o lume de chão, a juntar a lenha necessária para cada dia, a ir buscar água à nascente que ficava perto de casa, a cuidar de seus irmãos mais novos. Essas memórias estão entre

as mais antigas que guarda de si.

Também sempre se recorda de se responsabilizar pelos mais pequenos, de lhes preparar alguma comida, de lha dar à boca, de lavá-los, de vesti-los, e de lhes proporcionar algum entretenimento.

Maria não se recorda de brincar em sua casa. Só junto de seus tios maternos pareciam possíveis esses momentos de felicidade e leveza. Nas memórias da sua infância avultam-lhe as privações, as dificuldades, o trabalho, o frio, a comida racionada.

Com poucas excepções. Entre elas estão as memórias da alegria de seu pai, que ainda jovem, aos serões ou em dias em que a chuva o impedia de sair para trabalhar, tentava trautear músicas ouvidas na tropa. E do sorriso simultaneamente cúmplice e crítico de sua mãe, senhora de um timbre muito mais afinado, mas menos disponível para essas exibições de que Maria tanto gostava.

O que mais a desagradava era sentir-se sozinha naquela casa, no meio do campo, quando os pais saíam. Mas as suas preferências ou medos não pesavam o suficiente para alterar o decurso normal dos hábitos, afirma.

Essas saídas dos seus pais tinham como motivo visitas a familiares ou amigos. Outras vezes destinavam-se a tratar de assuntos vários, a fazer uma ou outra compra na vila. Menos frequentemente, a razão era assumidamente o divertimento. Maria recorda-se de, uma ou duas vezes, os seus pais terem ido cantar as Janeiras, por altura do Ano Bom, ou Ano Novo.

Aos domingos saíam sempre. Cumpridas as primeiras tarefas do dia, por volta das 10 horas da manhã, depois de almoçarem as costumeiras papas de milho, os pais deixavam Maria tomando conta dos irmãos, e rumavam a Monchique para assistirem à missa semanal. Depois da missa, tinham o hábito de ficar no adro da igreja, conversando com parentes e amigos. Passado algum tempo, os homens decidiam invariavelmente ir beber um copo *à venda* mais próxima, uma espécie de precursora dos cafés de hoje.

As mulheres alongavam-se um pouco mais nas suas conversas, ou aproveitavam para visitar alguém que morasse próximo. Só ao fim do dia, quando na casa do Maçarotal virada a poente, o sol encarnadinho entrava portas a dentro, ou mesmo depois disso, Maria via seus pais de volta. A mãe costumava levar consigo o mais novo, o menino de colo que ainda amamentava. Os outros ficavam a cargo de Maria. Que a vila ainda era longe e o animal que os transportava não aguentava mais carga.

Os dias sucederam-se marcados pela pesada partilha da responsabilidade com os irmãos. As semanas ficam pontuadas por esse domingo de missa. Os longos e rigorosas Invernos, só são interrompidos pelas festas de mortes de porco. A infância de Maria é temperada pelos momentos de ida a casa de sua avó materna. Assim, chega aos sete anos.

Sua mãe já tinha ido à escola. Era mesmo uma das poucas pessoas da sua

idade, que naquele meio, tinha tido a oportunidade de frequentar a única escola possível: um género de antecessora das escolas privadas, chamada *escola paga*. Aqui a professora não era oficialmente reconhecida. Sabia letras e dispunha-se a ensinar quem pudesse pagar.

Maria solta mais leves e seguras as palavras, quando fala orgulhosamente desse saber que tanto valorizava: A minha mãe lia muito bem, afirma.

Não é claro que tenha sido essa competência distintiva de sua mãe, ou se a observação de outras pessoas, nos raros contactos com pessoas da vila, que marcaram decisivamente Maria. O certo é que ela forjava, no mais íntimo de si, um invulgar reconhecimento e gosto pela escola.

Queria muito estudar, confirma Maria no tom decisivo que põe quando fala de coisas muito reflectidas. Achava muito bonita ser professora! Tinham distinção. Tinham uma outra postura. Andavam mais bem vestidas. Principalmente naquela altura, as professoras, os padres os médicos, eram pessoas muito respeitadas. Maria ambicionava isso para si. (1)

Chegada a altura de fazer "o crisma", e dando cumprimento aos preceitos da Igreja Católica observados pela família, foi a professora quem Maria convidou para madrinha. Desde aí "madrinha" foi a forma de tratamento que sempre usou quando se lhe dirigia, fosse na escola fosse fora dela.

Mesmo assim, as suas lembranças das primeiras letras não são muito felizes. Maria era canhota. Começou a imitar as primeiras letras numa ardósia que veio de casa de sua avó materna. Mas era só com a mão direita que sua mãe queria que escrevesse, já que na escola teria de ser assim. Porque comer, benzer-se e escrever, eram desempenhos quase sagrados que não podiam fazer-se com a mão esquerda.

Começou aqui o calvário que é contrariar uma tendência inata. Algum tempo mais tarde, Maria acabou por se habituar à prática desses três rituais com a mão direita. Todas as outras tarefas continuaram a ser comandadas pela mão esquerda.

Sua mãe dissera-lhe também que na escola para onde ia deveria estar sempre calada. Habituada ao rigor das ordens, Maria imaginou um cenário onde ninguém falava para além da professora. Foi pois com uma enorme sensação de alívio e libertação que, quando se sentou entre os colegas tagarelas, verificou a relatividade da ordem de silêncio.

Desde criança Maria saltou frequentemente entre a ambição de muito, e o sentimento de nada. Entre a sensação frequente de opressão e limitação, e o desejo incontido de ter e ser. A falta de liberdade que sente como uma constante na sua vida, a tolhê-la e a marcar a sua trajectória, viria a desembocar, inesperadamente, num estado de não saber o que fazer com tanta liberdade. É o sentimento oposto que Maria experimentará, cinquenta anos mais tarde, quando ficar viúva. (2)

A escola que frequentou até à 4ª classe ficava perto do pico da Foia, no sítio do Barbolote. A uns bons três quartos de hora, a pé, desde sua casa.

Em sua casa não existia um relógio. Era a posição do sol sobre as pedras, ou por entre as árvores que lhe dava a medida do seu atraso em cada manhã. Porque para sua mágoa, quase sempre chegava à escola quando já lá estavam todos. A sua família não punha nesse compromisso com a aprendizagem das letras o mesmo enlevo que Maria, pelo que era frequente se sobreporem outras prioridades.

A decisão de mandar os filhos à escola era para estes pais uma opção que gostavam de alimentar mas sem o empenho reservado às questões essenciais. O trabalho esforçado, esse sim, era visto como a melhor investimento para uma sobrevivência digna. E era isso que eles pretendiam para os seus filhos. (3)

Distinguindo-se subtilmente dos seus, Maria vislumbrou desde esses tenros anos, de forma mais ou menos consciente, o que seria para si ao longo de toda a vida, uma forma de se transportar para além dessa condição inicial no processo de desenvolvimento: A via da escola, da educação formal.

Por isso, a pequena Maria começou a acalentar o sonho de ser professora.
Não que ela fosse irrealista. Para concretizar esse sonho bastava-lhe completar a 4ª classe, continuar a ler em casa, e quando chegasse aos 18 anos, haveria de candidatar-se a um exame de professora regente. Só poderia leccionar até à 3ª classe, mas isso chegava-lhe para o que queria: Aceder a mundo socialmente distinto daquele a que pertencia. (4)

O projecto de Maria estava traçado. Com um misto de precisão, realismo, medo e insegurança.

Os anos passaram, impregnados de tarefas e responsabilidades que iam aumentando na proporção das suas capacidades físicas. Para que Maria concretizasse o seu projecto pessoal era necessário mudar de escola no final da terceira classe.

No posto de ensino do Barbolote, a professora só por boa vontade a prepararia para o exame da 4ª classe, já que essa não era incumbência dos postos de ensino. Como nesse ano lectivo Maria era a única aluna interessada na 4ª classe, "a senhora" (forma corrente de nomear a professora) ainda considerou a situação mas decidiu que implicaria um esforço injustificado.

Só na escola oficial dos Casais, mais distante de sua casa, funcionava o ensino da 4ª classe. Decidiu-se que ela iria. Para facilitar, ficaria durante a semana em casa de sua avó materna, situada apesar de tudo, um pouco mais perto dessa escola.

Mas eis que um problema administrativo, aparentemente de grau menor, se agigantou e engoliu os sonhos de Maria: As professoras da escola do Barbolote e dos Casais não teriam um relacionamento pessoal fácil. Até por isso, nunca ficou claro a quem caberia tratar da transferência de uma escola para a outra,

ou seja, quem deveria concretizar a matrícula de Maria na nova escola. Cada uma das duas professoras atribuía essa responsabilidade à outra. Os pais eram alheios a processos desse tipo, às formas de os tratar e desconhecedores das suas consequências.

Maria foi assim frequentando a 4ª classe sem inscrição formalizada. Já perto do final do ano lectivo, o pai António pressionado por ela, dispôs-se a montá-la no macho e ir buscar o diploma do exame da 3ª classe, a uma terceira escola onde o mesmo tinha sido realizado. Foram então informados que a matrícula nesse ano lectivo, a essa data, já não era possível. Só restava a possibilidade de ela se habilitar, por conta própria, a esse exame de 4ª classe.

Nesse momento cresceu em Maria o medo. Ao discernimento e arrojo dos seus planos sobrepôs-se a insegurança. Marcas antagónicas e fortes que também a haveriam de acompanhar em todos os dias da sua vida.

Os pais, tão distantes dos sonhos da filha como dos procedimentos e direitos elementares nestes casos, contentaram-se com o adquirido. Até porque estava cumprido o seu objectivo: Eu já sabia ler, afirma Maria.

Naquele momento, Maria apenas via à sua frente os erros ortográficos que costuma dar e que de certeza a fariam reprovar... E o medo foi tamanho que Maria se convenceu que mais valia nem tentar. Não se lembrou nesse momento do quanto gostava de redacção; de que trazia a história de Portugal na ponta da língua; que adorava as ciências onde estudava o corpo humano, os animais e as plantas; que era um seu hábito prazeiroso trautear a tabuada enquanto jogava "à calha", ou ao "manecas".

Desistiu. Arrumou-se o assunto. Ficou sem a 4ª classe. E sem o sonho de vir a ser professora. Mas logo ali decidiu que os seus filhos haveriam de ser o que quisessem, afirma. Este foi um momento de confronto entre as duas faces da senha com que Maria avança na sua trajectória de vida: a determinação e o medo. Mas sempre projectada no futuro. Porque nem no passado, nem no presente, essa senha é por si reconhecida, assumida ou validada. (5)

Maria ao centro com cerca de seis anos, ladeada pelos seus dois irmãos mais velhos. À sua direita Idalina de três anos, à sua esquerda Marcelino com quatro anos. Barranco Silvestre, 1948.

Notas
Capítulo IV

1. Esta percepção de Maria, da concepção de si enquanto construção diferenciada do seu meio no aspecto da educação formal, pode ser encarada como ponto de partida para um "processo de construção de possibilidades de liberdade" como via para o desenvolvimento humano, e simultaneamente como seu objectivo, adoptando a acepção de Sen (2003: 33).

Este autor toma as liberdades individuais como estruturas básicas de uma construção identificada com o processo de desenvolvimento humano. Defende que "se deve prestar por isso particular atenção ao alargamento das «potencialidades» das pessoas para levarem a espécie de vida a que dão valor". Pode dizer-se que é essa consciência que está na base da história de vida de Maria. É nesse alargamento de potencialidades em que ela vai empenhar a sua vida.

É como se Maria tivesse consciência que a distância entre os dois mundos – aquele a que ela pertencia e o outro a queria pertencer - sendo por um lado, monumental e intransponível, é também efémera e desprezível. É essa distância, consubstanciada em estatuto social, nível económico, pertença cultural, que Maria quis desde sempre vencer. Moveu-se por uma vontade muito forte e determinada, na qual assentou toda a construção da sua vida. A noção de que as distâncias são possíveis de encurtar, não é assumida plenamente à partida, mas é o objecto do seu desejo, o seu objectivo de vida, ou a base do " projecto reflexivo do self" entendido como "o processo através do qual a autoidentidade é constituída pelo ordenamento reflexivo das autonarrativas" (Guiddens, 1997: 214).

Não nomeava nestes termos, essa vontade que sentia. As condições de possibilidade dessa determinação não eram claras, pelo menos durante as primeiras décadas da sua vida. Mas a necessidade de transpor degraus sociais era tão forte que se tornou numa «potencialidade». Quando Maria considerou que sozinha não conseguiria esse objectivo, orientou todos os esforços para que o conseguissem os seus filhos.

Eis a expressão de uma Bildung, possível de ser encarada como se de uma tradução se tratasse, neste caso tradução de si própria.

> "E não é por acaso que na cultura alemã do final do séc. XVIII, a tradução tem um papel essencial (...) À medida que a Bildung se define como certa provação do estrangeiro, do estranho, a tradução pode e deve manifestar-se como um dos agentes principais da formação" (Suarez, 2005).

Ou, por outro lado, segundo uma visão mais crítica desta Bildung, o conceito de "desenvolvimento", tornou-se parte integrante do "projecto" moderno, bem visível nesta narrativa de vida onde Maria traça uma finalidade que é a de ascensão

social, ou de mobilidade social positiva. Na óptica de uma crítica pós-moderna, o filósofo Italiano denuncia este desenvolvimento/projecto, chamando a atenção para a necessidade de o revêr:

"É um procedimento predefinido de A a B, um longo percurso temporal único, contínuo, linear, governado pela lógica do progresso onde o intelecto calculista dobra os propósitos do devir e o domina. O projecto pode assim antecipar o evento e dominar a contingência" (Valleriani 2009: 78).

Ou acredita que sim. O que constitui a base de frustrações, e angústias contínuas. De facto, no fim da narrativa irá verificar-se que este projecto esgota o seu habitante, (Maria) ou ainda na expressão do mesmo autor "o viajante morre com a meta porque é cego para a experiência do caminho, as suas orelhas ficam surdas às vozes dos lugares, enquanto as sirenes do retorno e da meta foram apagando toda a maravilha e toda a dor" (Valleriani 2009: 79). É neste estádio que encontraremos Maria, no século XXI.

Poderemos então questionar-nos sobre o que fazer com o "desenvolvimento"?

O citado filósofo da educação, sugere que em vez de desenvolvimento, o conceito de "envolvimento" ou preferencialmente "solidariedade", considerando que aqui reside o que pode salvar hoje o mundo.
Um mundo heterogéneo, híbrido, multirracial e multicultural, governado por valores diversos. Onde é necessária uma educação intercultural, fundada sobre o reconhecimento de um cosmopolitismo de contextos, policêntrico. Que compreenda todas as várias formas de vida - especialmente nos subúrbios da globalização - e seja alimentada pelas categorias de ética da aceitação e hospitalidade.

2. Todos estes dados concretos constituem, por um lado elementos determinantes para a compreensão do "projecto reflexivo do self" da narrativa, e por outro por ajudam a conhecer o rígido quadro de referências que condicionavam o quotidiano de Maria e caracterizam o seu " estilo de vida". Este conceito é aqui usado para referir um "espaço-tempo das actividades de um indivíduo, no âmbito da qual este segue um conjunto relativamente consistente de práticas sociais" (Guiddens, 1997: 215).

Por outro lado, a questão da liberdade como desejo-chave sentido pela narrante, está na origem dos desejos que virá a formular para os seus filhos, dada a possibilidade de os concretizar em si. E são, fundamentalmente, desejos de cidadania.

" A cidadania que emergiu no século das luzes é suportada pela estruturação de direitos-liberdade. Direitos civis e políticos, rectroactivamente chamados de direitos de "primeira geração", que consagram o homem enquanto cidadão" (Santos, 2005:32).

É de notar que esta liberdade "dos modernos cuja finalidade consiste na segurança de gozos privados" (Cunha, 2006: 201). Para além disso "tem um forte carácter individualista, sendo a sua ideia matriz a 'defesa' face aos abusos

do poder" (Herrero, 2006: 21).

A análise dos valores mais fortes evocados nesta narrativa, pode ajudar a situá-la, e a situarmos a realidade social em estudo, no contínuo modernidade - pósmodernidade. Os valores que a inspiram e centram são muito visivelmente os chamados de primeira e segunda geração.

Depois da evocação da liberdade, também a igualdade será pretendida, como desejo de carácter ou natureza social económica e cultural. "Um requisito relevante da 'segunda geração de direitos' é a revindicação de que o Estado proporcione prosperidade e segurança aos seus cidadãos" (Santos, 2005: 34). Caminha-se aqui, no sentido de uma cidadania social que procura responder a assimetrias sociais, económicas e políticas, contando com um Estado que deixa de ser minimal (um mínimo de Estado) para se apresentar como Estado Providência.

Quanto aos valores de terceira geração baseados na "solidariedade", e dos de quarta geração, referentes ao conhecimento, ou "derivados dos novos avanços científicos" (Herrero, 2006:21) admite-se que possam ser referências a desenvolver na geração dos netos de Maria, no decurso do século XXI.

3. Poderemos identificar aqui a lógica de "projecto" anteriormente discutida. O projecto dos pais de Maria é o trabalho. Um trabalho principalmente físico, contínuo, esforçado, tido com dignificante. A formação concebida nesta família contemplava a ambição de desenvolvimento, inscrita numa lógica rígida que produziu de facto resultados. São esses resultados que somos convidados a observar critica e reflexivamente.

4. Maria inicia aqui, por vota dos 8 ou 9 anos de idade, aquilo a que poderemos chamar um processo de descontextualização do seu planeamento de vida. Esta expressão resulta de uma associação entre os dois conceitos de "Descontextualização" e "Planeamento de vida" definidos por Guiddens:

"Descontextualização é processo pelo qual as relações sociais são abstraídas dos contextos locais e recombinadas ao longo de distâncias indefinidas de espaço - tempo" ; " Planeamento de vida refere-se à adopção estratégica de opções de estilo de vida, organizada em termos do tempo de vida antecipado do indivíduo e normalmente ponderada através da noção de risco" (Guiddens, 1997:213-214).

Analisando a narrativa de vida, este processo está na base de um movimento de mobilidade social ascendente, gerador de mudança social, e identificado com a passagem da sociedade tradicional para a moderna.

5. Usando o aparelho conceptual de Guiddens pode dizer-se que estamos aqui em presença de um "*momento decisivo*". Este autor denomina assim " *os momentos em que se têm de tomar decisões consequentes ou iniciar cursos de acção*" (Guiddens, 1997: 214).

Maria moldada e submetida ao peso das instituições – escola, família – não se anulou ou conformou definitivamente perante a adversidade. A génese da sua capacidade de resposta é, em boa parte, interna; por outras palavras, o processo de desenvolvimento em que participa vem de dentro. Fora, no contexto social real, encontra ou não condições de concretização. Neste momento específico não encontrou tais condições, pelo que o seu projecto inicial teve de ser reformulado: "senão for eu serão os meus filhos".

Há que explicitar este conceito de desenvolvimento aqui entendido "como processo de expansão das liberdades concretas das pessoas" (Sen, 2003: 303). A perspectiva da liberdade pode ser utilizada quer na análise de avaliação da mudança social, quer na análise descritiva e predicativa, encarando a liberdade como factor causal efectivo na produção de mudanças rápidas. "A perspectiva de liberdade aqui assumida inclui quer os processos que proporcionam a liberdade de acção e de decisão quer as condições reais das pessoas, de acordo com as suas circunstâncias pessoais e sociais" (Guiddens, 1997: 33).

Neste caso, a limitação da liberdade individual de concretizar o desejo legítimo de concluir a 4ª classe, dificultou e atrasou o processo concreto de desenvolvimento pessoal. Mas o que lhe restava do exercício da liberdade permitiu a Maria acreditar na possibilidade de um futuro diferente do presente, ainda que com a reformulação de estratégias no projecto: A possibilidade de ser professora não sendo sua, seria dos seus filhos.

Subjacente a esta concepção das possibilidades de futuro (a que os poetas chamam sonhos) desta Maria criança, pode identificar-se o principio basilar das actuais teses que defendem, como Sen,

> "o desenvolvimento humano não é tanto uma questão de aumento do rendimento ou riqueza, quanto uma progressiva ampliação das capacidades humanas que permite às pessoas gozarem de liberdade para levar a cabo projectos de vida a que dão valor, e que se traduzem em avanços na esperança de vida, na saúde, na educação, e no acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno" (Herrero, 2006: 11).

Será ainda útil clarificar o papel aqui atribuído ao factor "riqueza", entendida como acumulação de capital económico e financeiro. É curioso observar, nesse sentido, que a forte concentração na vontade de acumular bens com valor monetário (dinheiro, casas e terra) que marca o projecto de vida dos pais de Maria, evolui no caso da sua própria história, para uma postura mais próxima da expressão de Aristóteles: "A riqueza não é manifestamente o bem que buscamos; pois ela é meramente utilitária, em vista de outra coisa" (Sen, 2003: 30).

Sem nunca descurar a importância do dinheiro, bem pelo contrário, Maria vai evidenciar desde muito cedo e durante toda a sua trajectória de vida, a noção de que

> "de facto, temos geralmente excelentes razões para desejar mais receitas ou riqueza. Isso não porque os ganhos e a riqueza sejam desejáveis por si mesmos, mas porque definitivamente, são meios genéricos adequados de maior liberdade para conduzir ao

tipo de vida que realmente valorizamos" (Sen, 2003: 30).

O dinheiro tem sido amplamente discutido na sociologia e nas outras ciências sociais. Guiddens inclui-o entre os mecanismos de descontextualização. Mas garante também que a explicação mais sofisticada sobre as ligações entre o dinheiro e a modernidade, é a de Georg Simmel que cita:

" O papel do dinheiro está associado com a distância espacial entre o indivíduo e aquilo que possui (...) O poder do dinheiro para encurtar distâncias permite ao proprietário e aos seus bens existirem tão afastados que cada um deles pode seguir as suas próprias normas em maior grau do que no período em que o proprietário e os seus bens estavam ainda numa relação directa mútua, quando todo o compromisso económico era também um compromisso pessoal" (Guiddens, 2000: 17).

Deste ponto de vista, e no aspecto do dinheiro, é num estádio que se diria de pré modernidade que se inicia a narrativa de Maria. Lá, onde todo o compromisso com o dinheiro era/é um compromisso pessoal, intimamente ligado ao indivíduo, à sua identidade e à sua ética. Tão fortemente ligado, que mesmo no final da narrativa "a propriedade e o proprietário, nunca chegarão a atingir, através da sua separação espacial, um grau elevado de independência, ou por outras palavras de mobilidade pessoal" , como disse Simmel ser uma característica da modernidade, a que Guiddens chama "tardia".

MARIA MOÇA

Com dez anos de idade, saída dessa 4ª classe, formalmente não cumprida, seguiram-se dois anos centrados nos irmãos e no trabalho em casa, conta Maria.

Nesse tempo desejou ir "servir". Assim se chamava ao trabalho em casa de famílias com posses, onde ela esperava aprender modos de ser, e de fazer coisas. Sua mãe não lho permitiu e Maria não compreendeu. Teriam de passar muitos anos para que se tornassem claras as razões dessa recusa.

A mãe de Maria concordava que era altura da filha trabalhar, mas não a queria exposta a situações em que sozinha, se perdesse sabe-se lá por que caminhos. Não a admitia como alvo de comentários que lhe beliscassem a reputação. Não a imaginava excluída da mesa à hora da refeição. À pobreza assumida, impunha os seus valores. (1)

Por estas razões, que Maria não entendia na altura, os seus pais preferiram encaminhá-la para o duro trabalho da monda do arroz, do que facultar-lhe o acesso à preparação para o mundo da casa, ou domínio doméstico. E se é certo que também esta escolha não a protegia de comentários alheios, pelo menos posicionava-a numa certa igualdade de circunstâncias com os seus pares; para além disso retornaria sempre a casa passados três meses. (2)

A igualdade de circunstâncias era de tal modo pretendida, que nem levava em conta as capacidades físicas de Maria. Assim, ainda uma criança, de estrutura pequena e franzina, assume um trabalho pesado, ao lado de mulheres e homens maduros. De resto, as limitações físicas não eram nesta família obstáculos a considerar.

No Maio dos seus doze anos, por intermédio de um tio, por sua vez familiar de um dos capatazes que angariava pessoas no Algarve para "a monda do arroz" no Alentejo, Maria saiu de casa para o seu primeiro trabalho.

Levantou-se, nesse dia, ainda mais cedo do que o habitual. Ultimou os preparativos, despediu-se dos pais, dos irmãos, e encaminhou-se para o lugar combinado para tomar a camioneta, fretada pelos patrões, para transportar os trabalhadores do Algarve. Maria ainda recorda a sua passagem por Portimão, Vila do Bispo, antes de chegar à Herdade do Guizo, perto de Alcácer do Sal.

Muitos anos depois, já dobrado o segundo milénio, Maria haveria de ir a Alcácer do Sal, com alguma frequência, noutro contexto, relata. De pé, encostada ao muro da varanda da casa de seu filho, virada para uma vasta paisagem de água e planura verde, haveria de debater-se com as vontades de reter e de soltar as

memórias desses dias. É o preço das dificuldades vividas por ali, e que lavram ainda mágoa dentro de si, admite Maria. (3)

Naquele dia de Maio de 1954, Maria sentia-se contente. Sua mãe tinha-lhe preparado milhos aferventados. Dera-lhe batatas, feijão, grão, e mais alguns poucos mantimentos para o tempo que estivesse fora. Não voltaria a repetir-se a generosidade dessa primeira vez, em que a mãe até lhe mandou fazer três vestidos.

Maria ainda os recorda, talhados, ou inesgados no feitio, de chita ou riscado, e ao xadrez. Haveriam de durar-lhe até ao fim do ano, altura em que, já dona de algum dinheiro, tomaria as rédeas da sua vida económica, sem que sua mãe voltasse a comprar-lhe uma única peça de roupa, de calçado ou o que quer que fosse.

Estava contente por se ver a si própria a trabalhar, a juntar dinheiro, a imaginar o seu enxoval para um dia casar. Tal como acontecera com sua mãe, também para ela o casamento era a única forma de conseguir independência e liberdade. Maior ou menor, dependendo do marido que a sorte lhe trouxesse. (4)

As lembranças do esforço desmesurado que esses primeiros tempos de trabalho implicaram, produzem ainda agora fortes emoções, fazendo-lhe tremer as palavras.

Levantava-se ao primeiro raiar do dia para preparar o que haveria de cozinhar ao almoço, e saía com o rancho de gente que, durante o dia se vergava perante a terra alagada, para a limpar das ervas e deixar crescer o arroz.

Comia o que trouxera de casa e só comprava pão. Muito pão. Mas desde o primeiro dia foi extrema a contenção nos gastos. Não comprava mesmo nada de supérfluo, nem a fruta que lá iam vender, afirma Maria.

Passava os dias com os pés enterrados na terra alagada. Quase até aos joelhos. Mas quando a pele gretava, ela também não comprava as velas de sebo da Holanda, que se usavam para evitar e tratar as aberturas na pele. Doíam-lhe as feridas mas impunha-se poupar o dinheiro. Tal como era imperioso trabalhar todos os dias, até naqueles em que ficou adoentada.

Era tratada pelos outros trabalhadores com a pouca consideração que era hábito dispensar às pessoas da sua idade. Talvez o seu parentesco distante com o capataz tivesse facilitado alguma coisa, mas pouco. Não se podia esquivar às regras que eram bem pesadas, recorda Maria.

À sexta-feira de cada semana, depois da última refeição do dia, era chegado o momento do pagamento. Primeiro recebiam os homens e só depois as mulheres. Ela, a mais nova do rancho, era a última. Também a que recebia menos. Ganhava dez escudos por dia enquanto as outras recebiam doze. Os homens, esses recebiam mais.

Fazendo apelos desesperados aos restos de força que lhe permitissem resistir

ao sono, Maria lá esperava as horas necessárias para cumprir o momento da paga semanal. Por ser tão nova, o capataz guardava-lhe a maior parte do dinheiro, mas era ela quem decidia com quanto queria ficar. Queria sempre ficar com pouco, só para a comida. E logo a seguir podia enfim dormir... para no dia seguinte continuar. Porque essas semanas não tinham dias de descanso.

Numa das noites de pagamento Maria conta que foi vencida pelo sono. No dia seguinte, recebeu muito envergonhada, os comentários dos outros: Que tinham tentado acordá-la; que tinham gritado ao pé dela... e nada; que nem para receber ela prestava!
Qualquer pequena alteração à costumeira rotina, servia de motivo para as conversas com que a maior parte se distraía. O desbragado sono de Maria deu pois, muito que falar. E foi tanta a vergonha, que ela não voltou a deixar que a cena se repetisse.

Dormiam todos no grande casão. As tarimbas ficavam alinhadas no chão com a cabeça junto à parede. Serviam de cama. Eram estrados de madeira, suportados por cavaletes feitos do mesmo, sobre os quais se estendiam os colchões de tecido que cada um levava de casa, e enchia com palha de arroz. Numa certa zona ficavam as mulheres solteiras. Noutra os homens. E os casais, um pouco ao lado. Ao centro, deixavam um larguíssimo corredor, onde por vezes, aconteciam bailaricos. Maria lembra-se de aproveitar essas ocasiões para dormir, na esperança de refazer as suas forças.

Seriam cerca de sessenta ou setenta pessoas que ali viviam, juntas, durante três meses. Cozinhavam sempre ao ar livre. No chão era ateada uma comprida linha de fogo. De um e do outro lado da linha crepitante, posicionavam-se as pequenas panelas de barro, do tipo infusa de boca larga, com uma tampa. Cada uma cozia a refeição que, duas vezes por dia, alimentava os corpos cansados.

Maria lembra-se de ter saudades de casa. Dos pais, dos irmãos, do lugar. Por vezes escrevia uma carta à mãe, mas a resposta demorava bastante tempo a chegar. O hábito da troca de correio mandava que só a resposta dava lugar a nova missiva, e ficava assim, escassa a correspondência.

Ao fim de três meses Maria voltou para casa, trazendo muitos pinhões para os seus irmãos, alegria e 800 escudos em dinheiro. Admitindo que tenha trabalhado todos os dias desses três meses, é teoricamente possível que tenha ganho na totalidade 840 escudos. Depois de se ter sustentado ao longo desse período e pago as despesas de deslocação e outras, guardou 800 escudos, afirma Maria com orgulho. É desde sempre evidente, o gosto ou o desejo pela posse de algum dinheiro. Sempre obtido na rigorosa proporção do seu esforço e da sua contenção. (5)

Esse empenhamento na angariação e gestão dos parcos recursos económicos a que conseguia ter acesso tornar-se-ia uma das características mais marcantes na vida de Maria. Uma determinação que funcionou como motor para alcançar os seus grandes objectivos: Ter uma casa e assegurar a educação dos filhos. Essa característica de empenhamento exacerbado, implicaria até alguma incompreensão por parte dos que estavam ao seu redor. De uns mais do que

outros, dependendo da forma com que cada um apreendia esse empenhamento. Alguns vizinhos observaram esse estilo de vida como uma postura de avareza; outros, como os pais de Maria, não só a compreendiam como incentivavam.

De volta a casa, depois desse seu primeiro ano de monda de arroz, seu pai aconselhou-a a pôr o dinheiro a render, e mediou a entrega a um conhecido que pagava juros. Haveria de ser já o seu marido, quem, mais de oito anos depois, por altura do casamento, reaveria a verba para as contas comuns. (6)

Pouco mais de duas semanas tinham passado sobre o regresso do Alentejo, em Agosto, Maria voltou a sair de casa para o trabalho. Desta vez ia para o Algarve. Como diziam na serra. Para quem ali morava, o Algarve ficava lá em baixo, onde o sol se via de cima, e o mar se sabia. O Alentejo era do lado oposto. Monchique sentia-se entre os dois. Como se situasse entre o céu e a terra.

Maria foi apanhar figos para os lados de Arão, no sítio dos Olhitos. Durante o dia esforçava-se. À noite dormia. Na casa dos quinteiros que lhe pagavam. Esse mês de trabalho custou-lhe ainda mais que os outros, recorda. Tão empenhada estava em merecer pela primeira vez, a mesma paga que as mulheres. Os mesmos dez escudos por dia. Teve por companheira de trabalho uma mulher já feita, conhecida da sua família, mas que nem por isso a poupou. Pelo contrário, via em Maria uma possível forma de aliviar o seu próprio esforço. Alguém para quem remeter a parte mais maçadora das tarefas que cabiam às duas.

Chegado o final desse mês estavam as duas de candeias às avessas. Para essa mulher não terá sido fácil de aceitar *a* mesma paga da mocinha que a acompanhava. Na sua opinião, se a mocinha recebesse dez escudos ao dia, então ela deveria receber doze. Senão, ela receberia os dez escudos combinados e a *mocinha* oito. Mas não foi assim que decidiu quem pagou, e as duas receberam os mesmos dez escudos por dia de trabalho. Para contentamento de uma e irritação da outra.
O dinheiro que sobrou desse mês de vida dura, empregou-o Maria, em roupa para se vestir. Que os vestidos que sua mãe lhe dera, estavam já no fim. E ainda comprou algumas linhas para as primeiras rendas do seu enxoval. Porque Maria, com treze anos entretanto feitos, tinha de preparar a sua vida.

A partir de agora, de seus pais receberia conselhos, orientações, e a comida dos dias em que ficava em casa. Quando saía para trabalhar ainda poderia levar algumas batatas, ou milhos se os havia com mais fartura. Mas feijão e grão, não. Ela estava já por sua conta.

Depois do mês dos figos, seguiram-se três semanas de azeitona, à beira da estrada, nos Casais de Monchique, subindo e descendo a serra a pé, ao princípio e ao fim de cada dia, porque dormia em casa. E depois veio o medronho. Outra vez na serra, agora acompanhada de sua mãe. E porque ficava mais distante só voltavam a casa aos fins-de-semana. Os seus já muitos irmãos, ficaram a cargo de Idalina, a mulher que se seguia, e que contava na altura, dez anos.

Inverno já entrado, Maria ficou em casa, retomando a lida e o cuidar dos irmãos. Lamentando que nesses dias não houvesse onde ganhar dinheiro. Esperando

pelo Maio seguinte, em que repetiu o mesmo roteiro, com excepção feita às azeitonas.

E assim, com poucas variantes, se passaram sete anos de juventude. Os dois primeiros mais penosos. Os que se seguiram, já melhor tolerados pela juventude que ia chegando ao seu corpo calejado de menina.

Só no Verão dos 15 anos acabados de fazer, Maria foi menstruada. Esperou por esse momento como quem espera pela confirmação de um estatuto de maioridade, que a família e o contexto social lhe impuseram temporão, mas a natureza teimava em retardar. Em conversas, na monda do arroz, ou noutros locais de trabalho por onde passava, sempre que se falava do assunto, há já algum tempo que Maria optava por dizer que era menstruada. Já que essa ausência a diminuía a seus olhos e, supunha que também aos dos outros. O seu corpo ganhava, agora sim, novas formas e novas energias.

Maria diz que neste tempo os rapazes já olhavam para ela, que as raparigas da sua idade já lhe davam conversa. Mas não se recorda de ser especialmente chegada a ninguém. Com a juventude a percorrer-lhe o corpo, parecia por vezes disposta a acreditar na vida, para no minuto seguinte voltar a desconfiar dela. Nunca abandonava os complexos de inferioridade que assume e a impediram de alguma vez se ter sentido bonita. (7)

Maria é agora uma moça de cabelo escuro às ondas, quase sempre mais curto do que comprido, de estatura média para a sua geração. Ficará com 1, 55 m de altura e uns olhos pequenos que com o passar do tempo haveriam de se ir tornando ainda mais pequenos. Escondia algures a doçura que mesclava com um receio constante do mundo.

Antes de Manuel, seu futuro marido, Maria teve um outro namorado. Ou quase namorado. Um alentejano de quem ela gostava, mas que por não lhe conhecer nem as famílias, nem o percurso, não podia aceitar.

Na baixa Algarve, numa das vezes que aí foi apanhar figos, Maria ganhou o hábito de se deslocar a uma quinta próxima, onde pedia água para o seu governo. Depois de a conhecerem, os donos dessa quinta, convidaram-na a ficar uns dias para tirar folha ao milho, um outro trabalho a que também já estava habituada. Nessa casa trabalhava em regime de permanência o *amigo Zé*, assim chamado por todos os elementos da família. Uma espécie de criado para todo o serviço. Muito considerado, e por isso merecedor dessa forma especial de tratamento. Até a pequena neta da família, passava os dias solicitando a presença de *migo Zé*. A todos os momentos e a qualquer pretexto.
Terá sido esse apreço, gerador do afecto que Zé parecia merecer de todos, que cativou Maria. Essa era final uma competências que ela desejava para si, e não sentia como adquirida. Quando Maria voltou ao Maçarotal, Zé escreveu-lhe uma carta de que ela gostou.

Um dia, ele resolveu subir à serra e procurá-la. Levava consigo a direcção que ela lhe deixara e indagava, como quem tacteia no escuro, o lugar e a pessoa. Esteve entre desconhecidos, procurou... até entrar numa taberna onde encontrou um

vizinho de Maria. De pronto, o homem conduziu Zé à casa procurada. O rapaz terá voltado lá, mais umas duas vezes. Comia com a família, estava, conversava, e à noite dormia sobre a mesma palha, no mesmo palheiro, que os irmãos mais crescidos de Maria.

Ela vivia essas visitas dividida entre o quero e o não quero. Ele agradava-lhe. Mas o que não suportava era a exposição a que a situação a obrigava. Familiares e conhecidas teciam comentários e piadas que lhe faziam crescer o desconforto. Acrescia a lacuna intransponível do desconhecimento do meio de onde ele vinha, da ausência de referências suas. Maria não sabia o que poderia esperar dele, faltava-lhe confiança, afirma. (8)

Em Novembro de 1960, Maria começou o namoro com Manuel Duarte Correia, com quem haveria de casar um ano e três meses depois.

Quase a terminar a temporada de trabalho desse ano, Maria andava na apanha de medronho. Estava por conta do seu tio António Gil, em casa de quem dormia. Ela, e mais um pequeno grupo a quem competia encher as vasilhas destinadas ao armazenamento desse fruto, com uma capacidade aproximada a uns três metros cúbicos. Era o prelúdio do processo de destilação da famosa aguardente de medronho.

Também Manuel trabalhava nesta indústria artesanal, na mesma herdade, mas por conta de outro patrão. Partilhavam a mesma adega para depositar o medronho, e para prepararem e tomarem as refeições quando chegava a noite. Por fim, ao serão jogavam às cartas. Alguém tocava *gaita de beiços*, e os outros dançavam. Maria chegou a experimentar uma ou outra dança, mas preferia claramente as cartas, que a deixavam menos exposta a olhares e apreciações.

Os dois jovens conheciam-se desde sempre. Os pais de Manuel eram padrinhos da mãe de Maria. Eles eram até primos em segundo grau. Os pais dela apreciavam muito o rapaz. Viam-no como bom trabalhador, uma das qualidades mais relevantes num homem daquele tempo e lugar. A mãe de Maria apreciava as suas qualidades de bom filho, forte indício de bom marido e bom pai. Maria via nele uma boa oportunidade para sair de casa, acompanhada, e sem dar nas vistas, segundo a sua expressão de hoje.

Havia naquele sítio duas famílias dominantes: Os Sapateiro e os Cabana. Manuel não pertencia a nenhuma das duas e Maria, tinha isso presente. Mas os elogios que ouvia dirigir ao rapaz, em sua casa e a alguns vizinhos, sossegavam-na.

Na adega do tio António Gil, numa das noites de conversa, falou-se de uma ida à Feira de S. Martinho em Portimão. Maria iria acompanhada de seus pais. E acompanhá-los-ia, um outro amigo da família, moço que ela conhecia dos tempos de escola e com quem conversava às vezes, o Vivaldo. Entre os dois não havia quaisquer indícios de outras pretensões, mas Manuel receou que sim. Durante os dois dias de feira, Manuel não se separou do grupo, a não ser para ir dormir a casa de uma das irmãs que vivia em Portimão.

No fim da feira, já de regresso ao Maçarotal, deixada para trás a camioneta da

carreira que os transportara, Manuel acercou-se de Maria e distanciando-se um pouco dos outros, tratando-a por vocemessê, como era hábito, perguntou-lhe se aceitava o seu namoro. Maria respondeu-lhe que não sabia, que teria de pensar. Manuel sentindo ameaçados os seus propósitos retorquiu: *Não sabe porque está à espera do Vivaldo, já se vê*. Ela respondeu que não era isso, e despediram-se.

No dia seguinte, Manuel inventou um pretexto para ir a casa dela. Insistiu na pergunta e Maria disse que sim. Só passados três ou quatro meses se atreveriam a trocar um primeiro beijo, fugidio, na face.

Durante quinze meses de namoro, uma vez Maria hesitou. Um outro pretendente, de mais posses, rondou-lhe a porta. Vestia-se de simpatia e chegou a convidar o pai de Maria para beber uns copos. Ela percebeu a oportunidade mas não quis arriscar.

Houve mais quem reparasse na sua graça e jeito meigo. Mas só seu pai explicitava, às vezes, que ela era uma das raparigas mais bonitas daquele lugar. Incrédula, insegura quanto às suas qualidades, ela nunca se deteve nessa ideia. Quando seu pai assim dizia, ela descontava-o por ser o pai. Quando outros deixavam implícito, ela ignorava.

Quarenta anos depois, já viúva, num dos passeios com seus irmãos à serra, Maria haveria de encontrar um desses conhecidos que, à mesa de um restaurante, lhes contou como tinha gostado dela. Como, durante muito tempo, tinha passado boa parte dos seus domingos a esperá-la, ou a admirá-la à distância. Maria ficou então deveras surpreendida e sensibilizada.

Não era só em Maria que morava a insegurança e a inibição. O medo de dizer. Eram afinal linhas que teciam aquele tempo e lugar, e que muito poucos ousavam ou sabiam romper.

Manuel Correia, como foi sempre conhecido, era seis anos mais velho que Maria. Nascera a 27 de Agosto de 1936, no sítio da Corte Longa pertencente à freguesia de Marmelete, e ao mesmo concelho de Monchique. Aí viveu com seus pais, dois irmãos e quatro irmãs até ao casamento.
Saiu para fazer a tropa em Elvas, o lugar mais distante que conheceu durante a primeira metade da sua vida.

Quando começou a namorar Maria contava 24 anos. Era alto e bem estruturado. Tinha a pele branca, cabelo e olhos castanhos, e uma barba que quando tinha dois dias já denunciava reflexos ruivos. Tal como o pai e o avô de Maria, também Manuel se media pela força física com os moços da sua idade. E ganhava com alguma facilidade. Considerava especialmente a sua família e, antes de todos, a sua mãe.

Também ele passou a infância e juventude a congeminar a forma de vencer aqueles serros que conhecia como as palmas das mãos. Queria ser, e estar, para além desses apertados limites. Também ele aprendeu a ler muito pouco. E nunca soube dizer a Maria o quanto a apreciava, ou quanto a achava bonita. Pelo

menos nunca o pôs por palavras ou de forma que ela guardasse na memória. E como a insegurança dela não permite implícitos, diz ainda agora nunca ter sentido que ele gostava dela.

O casamento foi assim, para Maria, um acordo de parceria para a vida. Longe da expressão de uma paixão, foi um compromisso que nenhum dos dois quebrou até mesmo quando vontade não lhes faltou. Nem nos dias de namoro, nem no dia 16 de Fevereiro de 1962, dia do seu casamento, nem nos dias que se seguiram, Manuel disse a Maria que ela era bonita. Nem ela lhe disse a ele. Falavam antes de como organizar o seu espaço físico, e económico, logístico.

Ainda fizeram uma tentativa para tomar, em regime de quinteiros, uma casa com um pedaço de terra, ali no sítio. O proprietário, provavelmente pesando a juventude ou a pouca experiência dos dois, recusou a proposta.

Manuel, ao comando das opções, não lamentou verdadeiramente essa recusa. Ficavam assim, ainda mais abertas as portas da serra que os liberaram. Mais próximos do mar, na baixa Algarve, o clima era mais ameno, e o desenvolvimento vislumbrava-se, um pouco melhor, ao fundo do escuro túnel, daquele tempo.

No Verão de 1961, Maria e Manuel começaram a traçar os seus próprios planos de vida em comum. Maria afirma recordar-se bem disso. Deitavam contas ao dinheiro que entre os dois conseguiriam reunir, reflectiam nas opções possíveis para a sua aplicação. Segundo os costumes vigentes e que eles acatavam, a ela cabia-lhe assegurar o recheio miúdo da casa: roupas, louças e os demais utensílios necessários. Ele garantiria o recheio mais grado, ou sejam os móveis, ferramentas de trabalho, para além da angariação de casa.

Numa dessas conversas com Manuel, Maria confidenciou-lhe o desejo de ter um guarda-fatos, em vez das habituais arcas de madeira, para guardar as suas roupas e pertences mais delicados. Depois de ponderar o assunto, ele respondeu-lhe que era melhor pelo menos para já, não comprar nenhum guarda-fatos, porque "os seus" não iriam aprovar a ideia. E assim fizeram. Só dois ou três anos depois, haveriam de comprar um enorme guarda-fatos, de madeira castanha escura, em bom estado, mas em segunda mão. O peso das opiniões alheias era assumido e tolerado. E estendia-se a todos os campos das suas vidas.

Também por isso, em vez de uma boda este casamento teve duas bodas. Uma em casa dos pais do noivo, destinada a seus amigos e familiares, e outra, em casa dos pais da noiva. Ficou assim garantido que cada um faria a festa a seu modo. Os pais de Maria consideravam a família dele pouco comedida, e por isso não lhes agradava a partilha de custos e escolhas. Viam-nos como uma família numerosa que gostava de comer e beber bem.

Do lado de Manuel, gostavam muito de se juntar todos e não iriam deixar passar uma tão boa oportunidade para festejar a preceito. Era o penúltimo de sete irmãos, a casar.

Assim, cada um dos noivos, acompanhado dos pais, padrinhos, e poucos mais,

saiu a pé de sua casa, juntando-se onde os caminhos se juntavam. Daí seguiram até ao lugar das Bicas, onde começava a estrada alcatroada, e os aguardavam alguns carros de praça que os levaram até à Igreja de Monchique.

Nesse dia, nem Maria nem Manuel dispensaram, a mais pequena atenção, ao invulgar portal Manuelino decorado com uma corda de pedra, de cinco pontas, que tantas vezes tinham transposto. Passaram as duas primeiras naves, avançando para a terceira onde fica a capela-mor do século XVIII, consumaram a união, à luz dos princípios da Igreja Católica e da lei vigente. Igreja e Estado faziam-se representar e actuavam em consonância no mesmo espaço físico e social.

Surgiram alguns imprevistos. Já próximo do final da cerimónia, Manuel apercebeu-se da possibilidade dos padrinhos não assegurarem as custas do casamento, como antes supusera. Preocupado e tão discreto quanto lhe foi possível, chamou à parte um familiar e amigo mais chegado, a quem pediu emprestada a quantia necessária para pagar a cerimónia.

Esse dia 16 de Fevereiro, um sábado, foi escolhido por ficar entre temporadas de trabalho. Para dar tempo à arrumação da nova casa e da nova vida entre campanhas. Passadas as "*mortes de porco*", e antes da Primavera que faria despontar novas oportunidades, ainda que magras.

Na volta da Igreja, uma vez chegados ao ponto do caminho onde as veredas para suas casas se apartavam, os recém casados e os acompanhantes despediram-se. Cada um seguiu para a sua boda. "*Nesse dia do casamento não nos vimos mais*", conta Maria aparentando naturalidade. Sem memória do resto do dia.
No dia seguinte, domingo, por volta de umas três horas da tarde, Manuel foi a casa de Maria. Tomaram alguns pertences, despediram-se da família e dirigiram-se para casa dos pais dele, onde repetiram o mesmo procedimento. Partiram então para a paragem onde tomaram a camioneta que os levou a Portimão. E daí seguiram a pé para a sua nova casa, arrendada no Vale das Hortas, próxima de uma das irmãs de Manuel. Dormiram nessa noite juntos pela primeira vez.

Na segunda-feira, que chegou poucas horas depois, Manuel saiu cedo para um trabalho que previamente tinha combinado. Foi ajudar a fazer uma nora perto dali. Maria ficou em casa. Arrumou algumas coisas que tinham trazido na noite anterior e preparou o almoço para os dois. Maria não se recorda destes momentos com emoção, nem se lembra de terem sido dias de grande entusiasmo. Recorda-se, isso sim, do sentimento novo de liberdade que a invadia. Podia agora decidir o que fazer para as refeições, onde ir, como estar, sem a chancela de sua mãe. A do marido não a sentia ainda pesada, afirma Maria.

No futuro, viria a experimentar as imposições de Manuel, na maior parte das vezes de forma discreta, só nalguns poucos casos, de modo explícito. De cada vez que, de uma ou de outra forma, se manifestava essa autoridade masculina, Maria debatia-se entre os seus princípios, segundo os quais deveria acatar, e a necessidade de liberdade e de emancipação que se sobrepunha ao que deveria ser. Nos primeiros anos de casamento aceitou mais do que reagiu. Depois, aos poucos, essa sua necessidade interior de ser autónoma, foi ganhando terreno,

foi-se impondo cada vez com mais frequência. Algumas vezes de forma inusitada. (9)

No futuro serão muito raras as ocasiões em que Maria falará destes dias do seu casamento. Não são para ela conversas fáceis. Quando lhe pergunto se existiram prendas do casamento, faz um esforço e, pouco animada, lá conta que duas pessoas lhe deram a manteiga contida em duas tigelas que foram devolvidas. Sua mãe juntou essa manteiga numa outra tigela sua, já usada, que Maria trouxe para casa. A prenda da mãe foi uma manta de retalhos, nova, muito comum nas casas da altura. Uma tia deu-lhe duas canecas de loiça, que ela ainda hoje conserva. Uma moça dos seus relacionamentos, empregada na loja de Monchique onde Maria fizera compras, ofereceu-lhe duas finas e pequenas tigelas de porcelana. O irmão mais velho, Marcelino, comprou-lhe uma garrafa de anis que depois de esvaziada, Maria guardou, por ser bonita e pouco frequente na altura. A madrinha de casamento, uma tia do lado do pai levou o bolo da noiva. O resto dos bolos, que os houve, foi feito com a ajuda de uma vizinha habilidosa. Guardou o seu vestido branco, de que não gostou particularmente, durante uns anos no fundo de uma mala, e por fim cedeu-o, com desprendimento, a uma das suas irmãs, para ser usado como disfarce de Carnaval. Os sapatos brancos, com pequenos furinhos que formavam o padrão, gastaram-nos suas filhas em brincadeiras de criança.

Segundo os planos do jovem casal, Maria deveria recomeçar a trabalhar logo que possível. Manuel bem gostaria de a saber sempre em casa, mas a entrada de dinheiro era mais importante.
Duas irmãs de Manuel, mais velhas, casadas e mães de filhos, trabalhavam na fábrica de conservas de peixe *Portugália* em Portimão e facilitaram-lhe a entrada nesse mundo a que Maria nunca se haveria de adaptar.

Estava preparada para suportar extremos esforços físicos, para testar os limites da resistência do seu corpo jovem, mas não para se confrontar com os grosseiros modos que de que era frequentemente feita a interacção das mulheres que trabalhavam na fábrica.

Eram cerca de umas sessenta, de todas as idades, residentes no concelho de Portimão, oriundas do mesmo estrato social de Maria, mas em vez do contexto da serra, este era o da beira mar. Viviam na dependência económica de um ritmo completamente imprevisível. Durante o Inverno, estas unidades conserveiras apenas asseguravam um ou dois dias de trabalho por semana, às mulheres que já tinham algum tempo de casa. Depois, tudo dependia da fábrica meter ou não peixe, como se dizia.

Quando os gestores compravam um, ou mais barcos de peixe, a fábrica fazia soar uma sirene forte e característica, audível num raio de pelo menos uns 20 Km, à semelhança do sistema dos bombeiros. As mulheres que bem reconheciam o som associado à sua sobrevivência, deixavam de imediato as lides em que se ocupavam, juntavam-se às vizinhas mais próximas e lá se encaminhavam, quase sempre a pé, para o trabalho. Quando chegavam à fábrica era preciso arranjar o peixe que seria depois enlatado para consumo, algumas vezes das próprias, mas na maior parte dos casos, por gente de lugares longínquos. (10)

Eram quase sempre sardinhas, só uma ou outra vez apareciam cavalas ou biqueirão. Começavam por preparar o peixe, ou descabeçá-lo. Depois, colocavam-no nos contentores onde era cozido e enxuto. Por fim era alinhado nas latas que seriam fechadas. Da rapidez do processo dependia a qualidade do produto final, pelo que, quando eram chamadas, estas mulheres podiam trabalhar dez horas seguidas, ou muito menos, segundo a quantidade de peixe que tinha entrado. O ritmo era competitivo e elas tinham de sobreviver. Não era lugar para grandes escrúpulos. Cada uma que se "desenrascasse" o melhor que pudesse.

Maria não dominava, nem se sentia à vontade com os códigos de actuação e de relacionamento. Tinha 20 anos, e o seu processo de socialização tinha contornos bem distintos daquele. Era por demais evidente desde logo na forma de falar. O calão que repudiava, o sotaque que não era o seu, as brincadeiras brejeiras que incidiam exaustivamente sobre uma recém casada; a prática comum do desenrascanso, tudo feria, impiamente, a sua frágil estrutura emocional. Mas a necessidade de trabalhar pressionava-a. Havia que suportar o insuportável.

Foi admitida na fábrica um mês e meio depois do seu casamento. Abril era um mês de muito pouco movimento. As primeiras trezentas horas de trabalho eram só simbolicamente remuneradas por serem consideradas de aprendizagem. Mas depois desse período experimental, cada hora era paga a dois escudos e cinquenta, o que era considerado por Maria como muito bom. E isso era o que a movia.

Até que o copo da sua resistência transbordou. Um dia em que, mais uma vez, as suas parceiras chacoteavam sobre algo que ela terá feito ou dito, Maria exasperou-se ainda mais do que era hábito. Chorou, o que acontecia com algum frequência, e decidiu que não voltaria mais aquele trabalho. Levou para casa o lenço e avental brancos que costumava deixar no cacifo e, enervada, comunicou o seu abandono. Sentia pesada demais, a falta de apoio e de cumplicidade. Desejava ter alguém que a defendesse daquela sua desconhecida forma de ser e de estar. Chegou a casa e disse a seu marido que não voltaria à fábrica. Ele apoiou a decisão. Sem entusiasmo, porque o dinheiro faria falta.

Não teria passado mais de uma hora sobre essa chegada desesperada quando lhe entrou pela casa dentro, a irmã mais velha de Manuel, trabalhadora na mesma fábrica há vários anos, conhecedora dos códigos vigentes e da realidade da sua jovem cunhada. Ao contrário da jovem Maria, ela era aceite, apreciada e respeitada por todas. E estava decidida a puxar pelos galões da sua experiência para defender e repor o que lhe parecia importante.

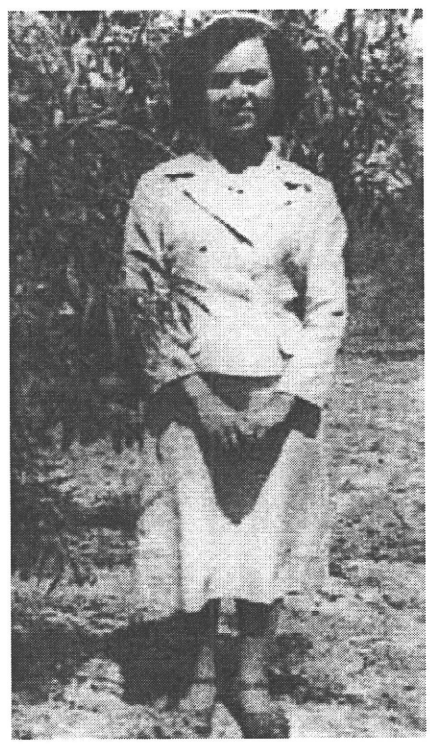
Por aquela altura, era esta mulher que cuidava nas crianças pequenas filhas das trabalhadoras da fábrica. Mas já tinha acordado com sua irmã que seria por ela substituída, e a partir de agora trabalharia ao lado de Maria. Em tom decidido disse a Maria: *Vai trabalhar sim senhora! E vamos lá ver se pode ou não?!*" Maria acatou e no dia seguinte, com ela a seu lado, tudo parecia ter mudado. Ao menor comentário das outras, a sua cunhada atalhava, certeira, e ali mesmo o assunto se dissolvia. Os comentários zombeteiros sobre Maria começaram, a

seguir, a escassear.

O tempo passava, a sua primeira filha tinha nascido, e também não gostava da fábrica. Adoecia de cada vez que lá ficava. O que obrigava Maria a perder muitos dias de trabalho. Eram enterites, otites, consecutivas. Hoje Maria diz que não sabe se era tristeza, mas a verdade é que todos os males se renovavam em cada retorno à fábrica.

Um dia, Manuel chegou a casa e anunciou à sua mulher: Arrendei uma horta. E tu já não vais trabalhar para fora. Vamos para uma horta!
Maria não reagiu de imediato. Ficou perante o entusiasmo do marido, ponderando a possibilidade de deixar para trás as maiores dificuldades daqueles seus dias, e só depois aderiu à ideia.

Para o passado remeteu a sua primeira casa e o lugar onde lhe nasceu a primeira filha. A proximidade com uma cunhada com quem não se conseguiu encontrar. Levou consigo a esperança renovada, o relacionamento amistoso e reconhecido com a outra cunhada protectora. E a jovem família instalou-se na Ladeira da Nora, a caminho de Alvor, concelho de Portimão.



Maria com 14 anos de idade, por ocasião do casamento de uma familiar, fotografada no local das Castelhanas, Bemposta no Concelho de Portimão.

Notas
Capítulo V

1. "Pobreza" é a palavra frequentemente usado por Maria para caracterizar aquele contexto social. Pretende elucidar acerca de uma carência acentuada de bens essenciais e de rendimento.

Por se tratar de um conceito repetido nesta narrativa de vida, proponho que se considere aqui a pobreza "como a privação de potencialidades básicas, mais do que, meramente como carência de rendimentos, que é o critério estandardizado para identificar a pobreza" (Sen, 2003: 101). Como vantagens desta perspectiva, identifico em primeiro lugar que a carência de rendimentos é instrumentalmente importante, mas em termos estruturais é a carência de potencialidades que permite identificar a verdadeira pobreza. Em segundo lugar, na carência de potencialidades, para além da falta de rendimento registam-se outras faltas que contribuem para explicar o próprio fenómeno, já que o rendimento não é o único gerador de potencialidades. Por fim, a relação entre baixos rendimentos e baixas potencialidades é variável entre comunidades diferentes, entre famílias diferentes, entre indivíduos diferentes.

A história de vida em apreço, permite analisar circunstâncias concretas em que sendo identificada uma grande carência de rendimentos, só a existência de outras potencialidades induz, ou poderá concorrer para a explicação de uma evolução à partida pouco provável, e no entanto considerável no seu final, à luz do conceito de desenvolvimento humano.

As "outras potencialidades" a identificar no relato de Maria, são susceptíveis de denominações várias, de acordo com a perspectiva teórica de partida para a sua análise. A "*outra potencialidade*" que parece mais estruturante e geradora de impactos ao longo de toda a história recontada, poderia denominar-se como "a presença de um sujeito ético portador de uma autonomia vulnerável".

Esta expressão, de influência ricoeuriana, é sugerida por Beckert (2006: 173) que conta que, na sessão inaugural de um seminário sobre justiça em 1995, Paul Ricoeur foi confrontado com a questão "o que é um sujeito de direito?". O filósofo surpreendeu respondendo com um paradoxo: "É aquele que se instala entre autonomia e a fragilidade". Defendendo certo equilíbrio, ou "uma postura de mediação" entre os dois pólos do paradoxo, Ricoeur acaba por privilegiar a autonomia face à fragilidade, numa análise que contribui para uma definição de "imputação ligada à responsabilidade ético-jurídica". Considero-a útil e aplicável no caso do relato em estudo.

Assim, a mais forte e impulsionadora potencialidade evidenciada neste relato de Maria, (referida por ela como uma marca do grupo familiar e do contexto social que relata) parece ser esse primado ético de uma autonomia possível.

Explicita ainda o autor do artigo citado: "É autónomo o sujeito capaz de conduzir

a sua vida de acordo com a ideia de coerência narrativa" (Beckert, 2006: 173). É este esforço de coerência prolongada no tempo histórico e na conduta ética, que o relato de Maria defende. Mais uma vez, questões frequentemente entendidas como marginais, ou menos consideradas, nos processos de desenvolvimento humano, podem revelar-se por um lado constituintes, e por outro condicionantes, por isso intrínsecas e fundamentais.

2. Mais uma vez aflora no conteúdo deste relato a importância dos valores da liberdade e da igualdade, que ligados à razão consubstanciam o núcleo do pensamento moderno (Henriques, 2007: 245-254).

3. Ao longo das sessões de entrevista que originaram este relato de vida, esta situação repetiu-se com frequência: A informante tenta contornar os pormenores mais dolorosos que a memória do tempo passado lhe traz. São imagens que continuam vivas e reportam um tempo marcado pelo trabalho físico muito exigente e socialmente desprotegido. Tais vivências surgem agora aos olhos de Maria como pouco edificantes. Ainda lhe doem. Por vezes tropeça nelas, faz uma careta, solta a sua interjeição de fuga, "*ehcc!*" e lá envereda por outro caminho da narração.

No "tempo em ruínas", o antropólogo do lugar deixa clara a importância de serem observadas as nossas ruínas, aludindo ao simbólico onde se juntam as dimensões físicas e mentais dos lugares e dos tempos:

> "As ruínas só existem porque olhamos para elas. No entanto, entre os seus múltiplos passados e a sua funcionalidade perdida, o que elas nos deixam perceber é uma espécie de tempo exterior à história a que é sensível o indivíduo que as contempla, como se esse tempo o ajudasse a compreender o lapso de tempo decorrido em si" (Auge, 2003: 50-51).

Aqui, nesta narrativa, quem contempla as ruínas deste tempo é, em primeiro lugar quem as conta, depois quem as ouve e transcreve, e depois ainda quem as lê. O desafio para todos é o de tentar compreender algumas das transformações sociais e mentais, ocorridas ao longo do séc. XX a Sul de Portugal. E só nos aproximaremos desse objectivo se nos permitirmos olhar as ruínas que este tempo deixou.

Olhando-as, verificamos que misturado com a memória está o desejo. Memória e desejo são dimensões correlacionadas em toda a cultura viva. Um dos mais reconhecidos filósofos da educação em Espanha, afirma que o desejo conduz a uma revisão reconstrutiva da memória, e esta prolonga-se no futuro como discurso e práticas de uma solidariedade virtual e real:

> "Emílio Lledó falou da 'memória do futuro' como uma projecção do vivido, que a linguagem descobre na ressonância da intimidade e que alcança a nossa história e a história dos outros homens. Esta memória que foi uma Bildung partilhada, é definitivamente a expressão de uma profissão de fé na história humana e no logos comum do qual se nutre também o desejo. A memória não é portanto algo inerte e periclitado, mas sim escrita e oralidade que discorre pelo rio da cultura colectiva, cuja leitura nos abre para além da hermenêutica da tradição, espaços comunicativos nos quais se legitimam a

força e o sentido da educação desejada" (Benito, 2002: 19-20).

É um destes espaços comunicativos que se pretende forjar com a análise da presente relato de vida, bem como com as reflexões possíveis a partir dele.

4. É curioso observar aqui o casamento representado com uma função pré-libertadora da mulher. Perante uma tutela paternal exercida com rigidez e absolutismo sobre os filhos e em especial sobre as filhas, o casamento representava uma espécie de primeira etapa para uma emancipação efectivamente desejada no caso de Maria, e provavelmente de muitas outras mulheres deste tempo e espaço.
Tendo em conta que o trabalho infantil, juvenil e feminino apesar de não ser formalmente incentivado, era imposto pela escassez de rendimentos das famílias; esta dependência económica e legal da figura do pai (e na sua ausência da mãe) não é de somenos importância. No caso de Maria, o desejo do casamento configura pois uma forma preliminar para essa emancipação. Se esse processo acarreta outra dependência, a esperança implícita é a de que essa seja bastante menos manifesta, ou de que conduza a uma espécie de quase igualdade.
Este conceito dúbio de quase igualdade, sentido não como ideal mas como possibilidade, resulta da coexistência no terreno de duas forças de sinal contrário. Por um lado, tal como é manifesto no relato de Maria, existia nela a aspiração a um estado de liberdade, independência económica, igualdade na diferença. Por outro, o discurso legal e político em vigor no país era contrário e asfixiante dessa aspiração:

"Ao apresentar a nova Constituição, em 1933, Salazar afirmou que o aparelho produtivo não devia afastar a mulher da família, como o fazia, segundo ele, a economia 'liberal'. Para o ditador, na família, o sustento deveria vir do homem e nunca do 'trabalho da mulher casada e geralmente até da mulher solteira' (...) Embora a legislação e a ideologia salazaristas tivessem tido alguma eficácia nos anos 30 e 40, a presença da mulher no mercado de trabalho nunca deixou de se fazer sentir em Portugal e aumentou a partir dos anos 60. " (Pimentel, 2007:98-99).

Por outro lado, o discurso religioso a cujo impacto Maria estava particularmente exposta, era igualmente desajustado da realidade vivenciada por ela. A Acção Católica Portuguesa em Lisboa, 1950, escrevia:

"Devemos considerar dote falso aquele que impondo à mulher a sua permanência fora do lar, a impossibilita desde a primeira hora para a sua função de dona de casa, de educadora, de conselheira, de cooperadora, de inspiradora – que tudo foram e continuarão a ser altas funções maternas e familiares" (Vicente, 2007:68).

O resultado da conjugação destas forças contraditórias pode contribuir para uma compreensão da figura do casamento que aqui é visto como um passaporte, efectivamente débil, para um estado de independência a que Maria aspira.
É então possível afirmar que esta mulher, Maria, plasma na sua narrativa de vida a síntese que Michel Foucault fez depois do estudo sobre "o casamento na cultura de si, tal como foi desenvolvida por toda uma filosofia: A mulher-esposa é aí valorizada como o outro por excelência" (Foucault, 94: 188). E o outro estava, (e está) na nossa tradição e na prática, depois do eu. Talvez por isso, a porta de

saída que era o casamento, não foi uma porta grande ou segura, mas antes uma saída e emergência.

5. Mais uma vez ressurge a reflexão já introduzida no capítulo anterior (nota 5, cap. IV) sobre a forma como pensamos e o papel da riqueza ou do dinheiro. Desde este momento inicial da venda da sua força de trabalho, que Maria se mostra especialmente empenhada na obtenção e controlo de dinheiro. Este facto surge sempre indexado a uma referência maior que é a capacidade de autonomia, materializada no quase obsessivo desejo de ter casa própria, acesso à educação formal para os seus filhos, a bens de saúde se necessário. "O hiato entre estas duas perspectivas (isto é, entre a concentração exclusiva na riqueza económica e uma atenção alargada à vida que podemos construir) é uma questão essencial para a conceptualização do desenvolvimento" (Sen, 2003: 30).

Nesta narrativa é visível uma certa predominância da primeira perspectiva nas referências à história dos pais de Maria, enquanto a segunda perspectiva surge mais evidenciada nos tempos e espaços da narradora. Ter-se-á verificado esta evolução ou sequência em espaços sociais mais alargados, susceptível de ser relacionada com a noção de desenvolvimento humano predominante? Esta pode ser uma nota para eventual pesquisa na área da compreensão da noção de desenvolvimento.

Por outro lado, a questão da posse de algum dinheiro é para Maria decorrente da necessidade de "*ganhar a vida*". O que implicava vender o seu tempo e força de trabalho, reduzindo assim a um mínimo, a sua dimensão privada. Mas esta atitude era então vista como promotora da qualidade de vida. Meio século depois também esta noção está a ser profundamente questionada: "Formulo, pois, a oposição a uma ideologia que identifica qualidade de vida com salário" (Oliveira, 2006: 23).

Mas ainda mais importante, porque profunda, é a dimensão simbólica do dinheiro sempre presente nos diferentes momentos deste relato de vida. O dinheiro é aqui um símbolo, que confere a quem o detém, elevado poder simbólico. "Os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social (...) eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui profundamente para a reprodução da ordem social" (Bourdieu, 1989: 10).

Neste relato, o dinheiro confere a quem o possui o poder relativo ao seu uso, mais ainda mais relevante parece ser o poder simbólico que implica a sua posse. Uso e posse de dinheiro estão assim associadas a diferentes consequências. Enquanto o uso surge associado à sobrevivência dos indivíduos, a sua posse garante afirmação e reconhecimento social. Curiosamente, uso e posse tornam-se assim funções tendencialmente incompatíveis do dinheiro, na medida que uma anula a outra. Ou seja, tratando-se de tão pequenas quantidades de dinheiro havia que optar entre gastar ou "*possuir*" o dinheiro, termo muito usado neste contexto social.

6. Este momento assinala na vida de Maria a afirmação de uma autonomia reconhecida. Por si perante si própria, e reiterada pelos outros, ou seja pelo

exterior. Não só a autonomia enquanto característica genérica de um sujeito de direito, atrás referida, mas também como marca indispensável ao exercício da identidade e da afirmação enquanto mulher. Esta mesma postura é por exemplo defendida por Maria Antónia Palla como resultante "*da tradição republicana, para ser uma mulher livre tinha que estudar e tinha que ter o meu dinheiro*" (Fiadeiro, 2007: 189). No caso de Maria já que estudar tinha-se verificado impossível, restava-lhe ter o seu próprio dinheiro.

Esta atitude empenhada no processo económico, para além de produzir consequências no plano individual, no plano social mais alargado tem impactos fortes intimamente relacionados, uma vez mais, com o processo de desenvolvimento humano:

"*A participação económica das mulheres é, assim, quer um lucro em si mesma (pela redução que lhe está associada, dos preconceitos de género relativos às mulheres no tratamento das decisões familiares), quer genericamente um contributo crucial para a mudança social. (...) Com efeito, a autonomia das mulheres é uma das questões nucleares no processo de desenvolvimento para muitos países no mundo actual. Os factores envolvidos são a educação das mulheres, o seu padrão de propriedade, as suas oportunidades de emprego e os funcionamentos do mercado do trabalho. Mas para lá destas variáveis muito «clássicas», há que compreender também a natureza dos sistemas de emprego, as atitudes da família e da sociedade em geral para com a actividade económica das mulheres e as condições económicas e sociais que estimulam ou contrariam a mudança dessas atitudes*" (Sen, 2003: 212).

Estas parecem ser importantes referências a ter em conta nos estudos sobre o processo de desenvolvimento humano nesta região, já que resulta evidente neste relato de vida que as variáveis mais e menos clássicas da participação económica das mulheres entram frequentemente em conflito. Ou seja, por vezes o regime político defende essa participação, mas o religioso não recomenda; ou são as necessidades de sobrevivência individual a impelirem à mesma participação enquanto as dos hábitos e costumes a contrariam; no interior das famílias encontram-se progenitores que promovem essa participação e maridos ou companheiros que a despromovem, ou vice-versa. O estudo aprofundado destas incoerências afigura-se interessante do ponto de vista da compreensão do nosso processo de desenvolvimento humano.

7. Uma vez mais, a construção da identidade de Maria oscila entre os pólos da autonomia e da vulnerabilidade.

"*No que toca à identidade pessoal, marcada pela singularidade e cariz insubstituível do sujeito, na atestação de si, o paradoxo (da autonomia e da vulnerabilidade) dá-se entre a reflexibilidade de um sujeito autoposicionante, como figura da autonomia, e a fragilização do mesmo na presença de uma alteralidade que põe em causa o primado da relação de si a si*" (Beckert: 2006: 176).

A identidade pessoal marcada pela especificidade não é alheia ao outro, nem às identidades sociais e culturais, mas estão sim em íntimo e perpétuo diálogo. Assim, para a compreensão da realidade social no espaço e tempo em referência, surge como relevante ter em conta a existência desta tendência para

os extremos do contínuo sugerido entre a vulnerabilidade e a autonomia.

Será ainda interessante ter presente que a identidade enquanto "*conceito de valor efectivo*" é um valor da modernidade que está a ser questionado pelo pensamento pós-moderno (Henriques, 2007: 252).

8. No livro sobre "As consequências da modernidade", Guiddens assume desde o início querer concentrar uma parte substancial do debate nos temas *da*

"segurança versus perigo" e da "confiança versus risco". De certo modo estas formulações são representantes das duas faces da modernidade que este sociólogo apresenta: por um lado "oportunidades muito maiores para os seres humanos usufruírem de uma existência segura e compensadora" e por outro "um lado sombrio que se tornou muito evidente no século presente (séc. XX)" (Guiddens, 2000: 5).

Considerando os conceitos de *confiança* e *identidade pessoal*, como fundamentais, este autor vê na sua articulação um bom contributo para a compreensão da "transformação da intimidade no séc. XX". Quando Maria faz depender quase totalmente, do quadro de ligações e conhecimentos legitimados pelos grupos de parentesco e de vizinhança, a sua confiança nas pessoas, remete-nos para aquilo a que Giddens chamaria de "baixa modernidade" por oposição à "alta modernidade ou modernidade radicalizada".

Referindo-se a esta última fase do tempo contemporâneo, o sociólogo inglês evidencia bem que a confiança é estruturante na construção das relações interpessoais e sociais, identificando-a como conceito fundamental para a compreensão e estudo dos processos sociais actuais.

"A confiança a nível pessoal torna-se um projecto, para ser "trabalhado" pelas partes envolvidas e exige a abertura do individuo ao outro (...) As relações são laços baseados na confiança, uma confiança que não é predeterminada mas construída e em que a construção envolvida significa um processo mútuo de auto desvendamento" (Guiddens, 2000: 85).

Fica assim evidente neste, como outros episódios, que no caso do relato de Maria estamos em presença de mecanismos de concepção e gestão da vida quotidiana, mais característicos das sociedades tradicionais "onde o passado é respeitado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações" (Giddens, 2000: 26).

Esta postura tradicional no momento da escolha de um noivo/marido contrasta com a expressa no desejo de acesso a alguma formação e a uma profissão socialmente mais reconhecida do que as previstas no seu contexto. Evidencia-se assim o carácter lento e não linear da mudança das práticas sociais intimamente associadas aos modos de pensar, a hábitos e costumes.

9. Seis anos depois deste casamento, em 1967, entraria em vigor, em Portugal, um novo Código Civil segundo o qual o marido permanecia como «chefe de família, competindo-lhe nessa qualidade representá-la, e decidir em todos os actos da vida conjugal comum» (Pimentel, 2007: 97). Pode assim constatar-se que as

aspirações mais genuínas de autonomia por parte das mulheres como Maria, não encontravam nem no campo legal e institucional, nem no da mentalidade e dos costumes, espaço para se realizarem. A frustração destes anseios mais profundos pode contribuir para a compreensão do desencantamento, perda de esperança e de referências de desejo, a que Maria se entregará depois da tomada de consciência da impossibilidade de autonomia - tal como ela a concebeu - chegada à fase madura da vida.

10. Oliveira Marques, ao descrever o estado da Indústria em Portugal, nesta altura, garante: "Quanto às conservas de peixe, mantiveram o seu lugar de relevo nos mercados internacionais" (Marques, 1981: 472).

Capítulo VI

Maria Mãe

Quando casou, Maria estava convencida que iria ter dez ou doze filhos. Para ela, como para sua mãe, ter filhos era uma inevitabilidade. Desejava não os ter mas a informação sobre concepção, como sobre todos os aspectos da vida sexual, era tão escassa ou inexistente que só o coito interrompido era tido como possibilidade de interferir de forma limitada, bem o sabia, no processo natural que era o de ter muitos filhos.

Mas não se pense que Maria aceitava placidamente a realidade como ela se lhe apresentava. Nunca o fez. Sempre intentou mudar o curso dos ribeiros que interferiam no seu caminho. Mesmo sem dispor dos meios adequados, mesmo que permanentemente invadida por indecisões e vulnerabilidades.

Quando soube que estava grávida pela primeira vez, lamentou que o inevitável já tivesse chegado. Como viria a acontecer nas três vezes seguintes. Engravidou ao quarto mês de casamento. Tinha começado o Verão e a difícil adaptação à fábrica do peixe, mais ao novo contexto familiar onde nem todos os relacionamentos com a família do marido eram tão fáceis como ela tinha desejado, recorda Maria.

Parecia-lhe que os ventos não sopravam a favor, e que a gravidez era só mais uma das dificuldades daqueles dias. Maria lembra-se ainda do muito sono que tinha. E de ter assumido o princípio de que gravidez não é doença. Só não trabalhou mais porque a fase final desse período coincidiu com os meses de pouco, ou quase nenhum peixe, afirma.

Durante essa gravidez Maria visitou várias vezes, o *Lar da Criança*, instituição pública de apoio às grávidas. Aí era atendida por enfermeiras que constatavam a inexistência de sinais de alarme. Cada uma das parteiras desse serviço era responsável pelo acompanhamento das grávidas de cada zona geográfica. O seu salário variava em função do número de partos que inscrevia. Mas dadas as dificuldades de mobilidade, de acesso aos diferentes lugares dispersos pelo campo, a pouca precisão dos endereços e dos procedimentos, a parteira escusava-se a comparecer no momento do parto, caso não fosse pressionada ou não existisse uma razão, que a seu ver, justificasse a sua presença, conta Maria.

No seu caso, estava assim preparada para a ausência da parteira. Quando as contracções, ou *as* chamadas dores começaram apelou ao seu espírito de resistente, e pensou que só lhe restava aguentar, afirma Maria. Passado algum tempo, Manuel foi buscar a irmã mais velha, Maria Vitória, para assistir ao parto. Esta, quando viu nascida uma menina, anunciou à parturiente: "Pronto, já tem uma amiga". Cortou o cordão umbilical, limpou o bebé, e foi madrinha dessa primeira filha de Maria, que chegou no dia 16 de Março do ano de 1963, com os

primeiros alvores da manhã.

Nos três ou quatro dias que se seguiram a jovem mãe não se levantou da cama. Foi a comadre Maria - nova forma de tratamento adoptada a partir daí pelas duas mulheres - quem prestou apoio, quem lhe fez os caldos de galinha e a comida para o marido, quem lavou as primeiras fraldas e a roupa do parto.

Aquele lugar no Vale das Hortas tinha um clima ameno. A casa era pequena mas suficiente para as necessidades sentidas na altura. Como era habitual, à entrada estava a casa de fora. Seguiam-se dois quartos e uma cozinha. A água para consumo era recolhida da nora de um vizinho que gentilmente autorizava. E transportada em cântaro.

O vizinho Alexandrino era um bom homem com quem Maria e Manuel desenvolveram uma franca amizade. Haveria de se suicidar dois anos depois. Proprietário de um pedaço de terra com água, permitia o acesso ao precioso líquido a várias outras famílias, pelo que entendeu colocar restrições à água para lavagens de roupa. Assim, no primeiro ano de vida no Vale das Hortas, Maria procurava, constantemente, soluções pontuais que lhe permitissem o desempenho dessa tarefa doméstica. No ano seguinte, Manuel comprometeu-se a trabalhar uma peça de terreno pertença do vizinho Alexandrino, até aí inculta, o que lhe concedeu o direito de usar água também para lavar roupa.

No concelho de Portimão, nos lugares por onde Maria passava, cheirava a peixe e a terra revolta. Lidava com o suor no rosto e o esforço dos braços. Debatia-se à altura com dificuldades de relacionamento com as mulheres da fábrica. Visitava vários médicos com a filha ao colo. Não a preocupava verdadeiramente se a criança não andava bem vestida, muito limpa, ou primorosamente alimentada. E uma vez encomendada a saúde a Deus, a ela enquanto mãe competia-lhe inventar palavras para dizer, métodos para usar, modos de fazer para educar a filha, mais do que qualquer outra coisa. (1)

A mesma e profunda preocupação que assaltou-a, de cada vez que sabia da chegada de mais um filho. Era quase uma obsessão, assume Maria. Comeriam do que houvesse, mas teriam de ser bons cidadãos. O que para ela equivalia a serem pela ordem que se segue: respeitadores de pessoas e princípios; trabalhadores e poupados. Maria encarava a educação dos filhos como se de uma cruzada se tratasse. Sentia que tudo dependeria dela. Ao marido, via-o como um guarda -costas do seu desempenho na educação dos filhos.

Eram grandes planos para uma batalha ambiciosa. Maria partia com armas e estratégias desconhecidas mas haveria de ganhá-la pelo empenho e pelo desejo. (2)

Tinha a primeira filha de Maria uns dezoito ou dezanove meses, quando o marido lhe anunciou que se iriam mudar para a Ladeira da Nora. Ela não rejubilou mas pensou que era melhor assim. Sempre disse que não gostava de mudanças mas nem por isso elas deixaram de acontecer, constata agora.

O lugar da Ladeira da Nora para onde foram viver - Maria, Manuel e a pequena

UNIVERSIDADE

filha - ficava junto à estrada que liga a aldeia de Montes de Alvor à vila de Alvor. Quem passava na estrada só via um muro branco interrompido por um portão de ferro verde. A camioneta da carreira parava muito perto do portão. A casa, voltada de costas para a estrada, fazia correnteza com a dos patrões. Assim se referiam Maria e Manuel aos vizinhos, donos da propriedade que agora cultivavam. Terra e casa foram arrendadas pelo preço de seis mil escudos por ano. Anunciava-se então o Inverno de 1964.

A casa, sem ser grande coisa, não era má, considera Maria. Tinha a habitual sala de entrada, mais dois quartos, com uma pequena abertura na parede que os separava, semelhante a uma janela de comunicação entre as duas divisões. Anexa ficava a cozinha que a maior parte das vezes era usada como armazém, para palha, batatas, sementes ou ferramentas. A comida era cozinhada a um canto, atrás da porta, e consumida à sua frente, junto à soleira. Ou seja, de olhos postos na horta.

A rua que separava a casa dessa horta não teria mais que uns doze ou quinze metros, por uns quatro ou cinco de largura. Era o prolongamento da casa. O espaço que simbolizava a não separação entre o espaço privado e o trabalho.

Esse quotidiano de trabalho era pontuado por algumas conversas, nomeadamente com os patrões *Barrosos* de quem Maria e Manuel se tornaram bastante amigos. As novidades eram as visitas da gente que por ali aparecia. Umas vezes chegavam os vizinhos pedindo ou devolvendo um utensílio ou ferramenta, informação ou conselho útil ao momento. Outras, eram os pedintes, junto de quem, a criança pequena corria para beijar, porque desde que fossem homens idosos, quase todos lhe pareciam o avô Correia. Também vinha a Tia Luísa, velha lavadeira que todas as semanas, passava um dia ao tanque, ensaboando e estendendo a roupa dos Barrosos.

O mundo da jovem família resumia-se, quase só, a essa horta que consumia todas as suas energias. Às sementeiras de milho, de batatas, de couves, às experimentações para descobrir o que melhor cresceria ali. E aos bezerros que Manuel comprava magros e baratos, para depois vender já luzidios e apetecíveis aos donos dos talhos que vinham averiguar. Trabalhavam todos os dias, com raras excepções para dias de festa, ou outros tão chuvosos que impedissem de todo os movimentos.

A vida passava-se ao ar livre. Perto dos Barrosos, gente de algumas posses que Maria olhava como ricos. O senhor Antoninho Barroso, assim tratado pelos vizinhos, era pai de dois filhos e marido da senhora Vitória, que tinha sido filha única e habituada em pequena a finos tratos, a que praticamente só Antoninho tinha sabido dar continuidade. Vitória vivia preocupada com o governo da casa, com o caminho dos filhos, com a sua velha mãe, com a desvalorização das fontes de rendimento que eram as terras herdadas. E sabe-se lá mais com o quê.

Antoninho era, também, primo direito de Maria de Jesus Simões Barroso Soares, mulher de letras nascida ali próximo, na Fuseta, mais tarde conhecida como Maria Barroso. Nesta altura já ela fora afastada dos palcos, nomeadamente do Teatro Nacional, por declamar *poetas da liberdade*, e movimentava-se agora

na política. Em 1969, enquanto Maria vivia a paredes-meias com os Barrosos, essa prima chegou a ser candidata a deputada pela Oposição Democrática. E depois participaria na fundação do Partido Socialista. Mas Maria nem por uma vez ouviu falar de tais coisas. Nem aos Barrosos nem a ninguém. (3)

Para além da posse de algumas terras, Antoninho era também proprietário de uma barbearia, onde trabalhava, ao lado de um empregado detentor de um enorme sentido de humor.
Em casa, Antoninho procurava proporcionar à sua família todo o conforto possível. A sua filha mais velha, Fernanda, era da idade de Maria. José, o filho, era três anos mais novo. Os dois estudavam. Enquanto Maria passava os dias dedicada à terra, com uma filha pequena agarrada às suas saias, Fernanda passeava por todos os cantos da casa, os livros de um 5º ano liceal que se arrastou por vários anos. José, em quem a família depositava as melhores esperanças, dedicava-se, por ora, a viver uma juventude despreocupada.

Por aquela casa arrendada, na Ladeira da Nora, tinham antes passado vários rendeiros de quem os Barrosos não tinham gostado. Agora estavam contentes por verem tanto labor na sua terra, tanto empenho e juventude à sua porta. Deliciavam-se com a pequenita que, à medida que crescia, ia passando cada vez mais tempo em sua casa. Tão meiga e apreciada era que, quando Maria ficou de novo grávida, se ofereceram para Padrinhos.

A Nan, (abreviatura de Fernanda) e o Mi-Zé, (elisão de Menino José) como lhes chamava a garota imitando sua mãe, eram as figuras presentes e representativas de um mundo diferente do de Maria. Desse mundo a que ela desejava ter podido aceder. Representavam o liceu, numa concretização da educação desejada, e um amplo leque de potencialidades para o futuro.

A vizinhança desempenhava, neste meio, um papel muito relevante no desenrolar dos quotidianos. E por ali, Maria e Manuel tinham vários bons vizinhos. Eram *famílias* que eles consideravam e por quem eram considerados. O vizinho Zeferino vinha muitas vezes buscar a pequena para almoçar em sua casa. O Xico Bom Dente, a vizinha Catarina, eram excelentes pessoas, recorda Maria, com sinais de ternura na expressão. O vizinho alentejano contava, às vezes, histórias e anedotas da sua terra, para onde voltou passado algum tempo.

Quando, passados seis anos, Maria também se mudou para um novo lugar, choraria muitas lágrimas pela perda desta importante estrutura social de apoio e afecto - a vizinhança.

Enquanto corria o ano de 1965, Maria pensa hoje que teria provavelmente compreendido a posição de Salazar e da PIDE quando atraíram o General Humberto Delgado a Vila Nueva del Fresno, próximo da fronteira alentejana e espanhola, para aí o assassinarem a 13 de Fevereiro. Se disso lhe tivessem chegado notícias, o que não foi de todo o caso. As maiores preocupações de Maria centravam-se nesta altura, no desmesurado trabalho da horta, e no irmão mais velho, Marcelino, que tendo saído de casa dos pais, se tinha aproximado dela, pedindo-lhe apoio. Para logo de seguida, voltar a entregar-se aos meios mais desregrados e insalubres de Portimão.

Maria estava também apreensiva com sua segunda gravidez, que passou de suspeita receosa a constatação, no Verão de 65.

Maria no ano do seu casamento, Monchique 1962.

Notas
Capítulo VI

1. A Educação / Bildung , ou o processo de formação de Maria surge ligado ao trabalho como parte integrante do projecto de vida.

"Designativa de um processo, a palavra Bildung aparece tanto em Hegel quanto em Goethe, ligada à acção prática, ao trabalho. Elemento definidor e resultado do processo cultural, Bildung significa, no pensamento de Hegel, a partir da sua Propedêutica filosófica, ruptura com o imediato e passagem do particular ao universal, mais ainda, elevação ao universal, conotando aprimoramento, engrandecimento.
Como trabalho, Bildung é formação prática, formação de si pela formação das coisas. No famoso capítulo Fenomenologia do espírito de Hegel, a dialética do Senhor e do Escravo, a consciência escrava se liberta por um processo de formação: à medida que a consciência trabalha formando as coisas ao seu redor, ela forma-se a si mesma. Já na obra de Goeth, Os anos de viagem de Wilhelm Meister, sequência de Os anos de aprendizado, o protagonista inscreve-se no curriculum concreto dos deveres e tarefas, se esforça nos limites de uma actividade determinada – é levado a descobrir-se por meio dos diversos encargos e provas da vida material e social. Este círculo concreto é, por um lado limitador. Por outro, em uma contrapartida dialética, essa auto responsabilização tem efeito universalizante: uma vez apropriada a ocupação não é mais limite para o indivíduo. No dizer de Goeth, 'na única coisa que ele faz bem 'o homem' vive o símbolo de tudo o que é bem feito'.
Berman faz notar que, nesse aspecto, o pensamento de Hegel e de Goeth anunciam (coisa que os autores tinham bastante consciência) a moderna 'cultura do trabalho'. Na mesma passagem, chama a atenção para o facto de que esta abordagem exemplar de Bildung 'evidencia a diferença do conceito para com a simples universalidade do esclarecimento (Aufklärung); Bildung é sempre, essencialmente, prática'" (Suarez, 2005).
É uma educação moderna, no sentido aqui identificado como decorrente do iluminismo, que Maria deseja para as suas filhas. É essa a concepção do seu tempo, a que lhe surge ao alcance, mesmo que isso implique árduos empenhos e trabalhos afincados. É o tempo de desenvolver e afirmar a identidade. Das pessoas, dos grupos, das sociedades. A alteridade não poderá ser profundamente considerada, sem que a identidade esteja consolidada.

2. A importância do desejo é evidenciada pelo professor espanhol Escolano Benito, especialista em História e Filosofia da educação, para quem o desejo é uma espécie de energia renovável ou não do processo humano.

" A lei da existência humana é a lei do desejo, no seu sentido ético, podendo adoptar, naturalmente, diferentes formas de expressão (...) A lógica dos desejos pode subverter e desestabilizar os sistemas culturais clássicos e modernos sem que tenha que orientar-se por argumentos únicos e coerentes. (...) A educação é, em todas as sociedades e em todos os tempos, uma prática cultural que emerge do desejo nas suas diferentes formas de expressão " (Benito, 2002: 278-280).

É neste eixo do desejo que reside mais um elemento estrutural do processo de desenvolvimento humano, dito na terminologia de Sen, uma outra potencialidade.

Benito aponta aliás, a propósito da força dos desejos, que colocar neles a ênfase poderia gerar mudanças e novos valores emergentes, permitido esquivar-nos aos riscos de dissolução do sujeito num mundo fragmentado e sem centro, aludidos por Giddens ao caracterizar a "Alta Modernidade".

No relato da vida de Maria, foi principalmente este "desejo cativo" (Benito, 2002:278) que impulsionou o processo de empenhamento na mudança, e que o justifica. O desejo é assim, aqui identificado como elemento essencial para a mudança social.

Mais interessante ainda é a tese de Benito quando alerta para que, ainda que cativo, o desejo também pode ser educado para emancipar-se criticamente das velhas e novas tutelas que o protegem. E a propósito, cita Michel Foulcault que numa entrevista concedida em 1982, na Universidade de Vermont, sustentava que "era preciso ensinar às pessoas que apesar das subtis formas de cativeiro que afectam as mentes e os corpos, os homens e as mulheres são mais livres do que se sentem, que os jogos de verdade construídos historicamente podem também não só criticados como inclusivamente destruídos" (Benito, 2002: 282).

3. A questão da privação de liberdades políticas, de falta de circulação de informação e de ideias, é uma componente relevante para a compreensão deste estádio do processo de desenvolvimento a sul de Portugal.

" O processo de desenvolvimento, quando julgado pelo reforço da liberdade humana, tem de incluir a remoção da privação dessa pessoa. Mesmo que não tivesse interesse imediato em exercer a liberdade de expressão ou de participação, ainda assim o ser deixado sem escolha nestas matérias seria uma privação das suas liberdades. O desenvolvimento visto como reforço da liberdade não pode deixar de ter em conta tais privações.

Para uma compreensão adequada do desenvolvimento, a relevância da privação das liberdades politicas ou dos direitos cívicos básicos não tem que ser estabelecida através do seu contributo indirecto para outras realizações do desenvolvimento (como o crescimento do produto nacional bruto ou a promoção da industrialização). Essas liberdades são parte e parcela do enriquecimento do processo de desenvolvimento" (Sen: 2003:50)

Para além da importância das liberdades de expressão e participação, este momento do relato de Maria levanta, uma vez mais, um segundo ponto, simultaneamente central e transversal neste trabalho: o da participação das mulheres, e da consideração do género para o estudo do desenvolvimento e da compreensão das sociedades humanas.

Capítulo VII

MARIA MÃE OUTRA VEZ

Domingo, 27 de Fevereiro de 1966, era o 1º domingo da Quaresma.
Pela manhã, Manuel foi a Portimão, à praça, comprar laranjas e um "p'xinho," como se dizia de uma quantidade de peixe para uma ou duas refeições, afirma Maria.

Ela ficou em casa. Chegavam-lhe as primeiras suspeitas de que estava prestes o nascimento da sua segunda filha. Ao fim do dia as suspeitas já eram certezas. Durante a noite, Maria preparada para a dor física, suportou as contracções que de madrugada se acentuaram. Seriam umas cinco da madrugada quando o marido saiu de casa para avisar os vizinhos.
Chamou a vizinha Catarina que assistiria ao parto. Acordou os patrões que moravam na casa ao lado e faziam questão de acompanhar o acontecimento. Até porque se preparavam para ser padrinhos desse bebé.

Mais uma vez Maria considerava que a parteira só deveria ser chamada em último caso. Mas Antoninho Barroso discordou com firmeza e determinou que não, que as coisas não eram assim; que ele próprio iria avisar a parteira, na sua bicicleta a motor e de imediato; que Manuel, que só dispunha de uma bicicleta a pedal deveria antes ficar próximo de sua mulher. E assim foi.

Mas quando a parteira chegou já a vizinha Catarina tinha feito o trabalho. Por volta das sete e meia da manhã nasceu mais uma menina. Era robusta, tinha peso e medida só comparáveis às de um rapaz, o que ajudou a atenuar o desapontamento do pai. É que pela segunda vez ele tinha desejado um filho homem. Teve de ser lavada e vestida rapidamente porque o jovem padrinho queria conhecê-la, antes de partir para o liceu de Portimão, na camioneta que passava às oito horas da manhã, recorda Maria.

O nome da bebé seria tirado à sorte pela irmã de três anos, escolhendo um dos três papelinhos onde se inscreveram os nomes de Maria de Lurdes, o preferido do pai mas que era já o nome de duas das suas sobrinhas; Maria José em homenagem ao jovem padrinho José Barroso; e Maria Manuela por referência ao nome do pai. Saiu o último.

Os dias continuaram. Maria, mãe de duas crianças pequenas estava agora mais limitada, mas não dispensada do trabalho da horta. O pai esforçava-se por esticar as horas de um dia que nunca chegava para o volume de trabalho que se auto impunha.

Pouco tempo depois, casaria em Monchique o irmão mais novo de Manuel, o José. Aquando dessa visita à sua terra, na freguesia de Marmelete, todos os que

o conheciam, comentavam a magreza do jovem Manuel. Que era do trabalho sem tréguas, todos sabiam. Mas que estava a orientar a vida, também se dizia.

Maria e Manuel juntavam pequenas somas de dinheiro à custa de um esforço sem limites. O trabalho rendia o que era habitual à época, comenta Maria. Manuel comprava e vendia muito gado. Ela nunca se lembra de terem ganho dinheiro fácil, numa só vez que fosse. Também nunca se lembra de terem perdido.

Vivia submersa em trabalho quando chegou a ordem de partida de seu irmão Marcelino que se oferecera como voluntário para Angola.

Ao contrário do que seria de supor, a notícia não arrasou Maria. Irmã atenta e empenhada na melhoria de vida de Marcelino viu "na tropa" uma oportunidade de fazer dele um homem. A disciplina militar, o enquadramento institucional da guerra, poderia fornecer-lhe a estrutura de valores e de comportamento que ele não tinha ainda adquirido.

O conjunto de normas e padrões éticos vigentes em casa dos pais, parecia por ora tão desadequado aos dias e aos desejos de Marcelino, que ele o mantinha bem guardado, sem dar sinais de o ter. E doutras referências não dispunha Marcelino, afirma Maria. Talvez na guerra, conduzida por homens rijos e conhecedores dos outros homens, Marcelino aprendesse o que lhe faltava. Para além do mais, servir o país era um dever e uma honra. Sim, essa era a maneira de se fazer homem.

As razões da guerra, tal como eram apreendidas na altura naquele contexto social, relacionavam-se com a insurreição de uns pretos que lá em África criavam tantos problemas que se tornava necessário enviar homens daqui, para os resolver. Eram terroristas. Gente má, que há por todo o lado. A missão era, pois, nobre. Só restava esperar e rezar para que Deus o acompanhasse.

E Marcelino lá partiu para Angola num dos dois ou três paquetes que se dedicavam a levar e trazer mancebos. Estávamos nos fins de Abril de 1966.

Santa Maria e *Niassa* eram nomes desses navios conhecidos; também havia referências a lugares e cidades de Angola, Moçambique, Guiné; *aerograma* tornou-se uma palavra muito usada, significando uma carta de papel muito fino, escrita só de um lado e dobrada de modo a constituir o seu próprio envelope, que circulava por avião; os *turras,* abreviatura de terroristas, designava o inimigo longínquo; recorda Maria como exemplos de um conjunto de vocábulos que então faziam parte das conversas entre vizinhos, familiares e conhecidos naquele meio. (1)

Nos encontros quotidianos informais o tema da guerra era recorrente. Havia sempre alguém cujo filho, namorado, neto tinha acabado de partir. Ou de chegar. Com muitas lágrimas. Com a trasbordante alegria de o ter de volta, livre do grande perigo. Que tinha contraído uma doença. Que *tinha ficado lá*, como eufemisticamente se dizia da morte. Havia sempre alguém. Havia sempre o medo. E era nesse temor constante, misturado com o desejo, que se esperavam as notícias. (2)

Marcelino foi enviado para o Muambo, terra de declives e florestas. Era na mata que as coisas se tornavam mais difíceis, segundo ele, afirma Maria.

Nas cartas escritas à família durante o tempo passado em África, Marcelino pedia repetidamente o envio de dinheiro, que segundo dizia se destinava a complementos de alimentação para compensar a má qualidade que lhe era fornecida. Perguntava ainda pelos pais e irmãos, e socorrendo-se de um certo modelo de redacção, produzia cartas quase sempre iguais que confirmavam o seu fraco domínio da escrita.

Mesmo assim, estes aerogramas eram guardados, por quem os recebia (Maria e sua mãe) com a religiosidade de um ritual.
Ao fim de mais de um ano de vida na guerra, Marcelino foi transferido para o Caxito onde a família acreditava que seriam menores os perigos. Aí passou mais treze meses. O período estabelecido para o cumprimento do serviço militar era de dois anos, mas acontecia com frequência que missões ou campanhas no cenário de guerra se prolongassem por algum tempo mais. Marcelino ficou durante 26 meses, acompanhado à distância, recorda Maria.

Enquanto os estudantes faziam o Maio de 68 em França, com repercussões por toda a Europa, Marcelino voltava para casa. De barco até Lisboa. De comboio até Portimão. De táxi até casa da *mana*. Ainda antes de lhe dizer o que quer que fosse, naquela manhã de início de Verão, Marcelino pediu a Maria dinheiro para pagar ao homem do táxi que estava à espera.

Depois distribuiu beijos, abraços, emoções, e impressionantes relatos de guerra. Contados a quente e na primeira pessoa. Dali seguiu para casa de seus pais onde ficou uns três meses. Um período que Maria diz ter ouvido a sua mãe considerar como um dos mais felizes da sua vida. Por saber como estavam os seus filhos, por tê-los por perto; coisa que de futuro não voltaria a acontecer, senão muito esporadicamente.

No Outono seguinte, Marcelino alugou uma casa contígua à de Maria, onde habitou até ao fim do ano de 1969, altura em que arranjou namorada e se casou passado pouco mais de um mês de namoro.

Em pleno Inverno de 1969, as filhas de Maria com 6 e 3 anos, andavam desejosas que a mãe lhes fizesse um bolo. Coisa rara lá em casa. Perante a insistência, Maria anunciou uma das promessas que sempre levava muito a sério, afirma. No dia do 3º aniversário de Manuela faria um bolo. E as crianças viveram na expectativa da chegada desse dia 28 de Fevereiro.

Na madrugada desse dia, dormiam todos a sono solto, quando os mais velhos foram acordados por um estranho ruído que parecia vir do mar. E pelo tremor da terra que se movia, fazendo oscilar a cama onde estavam deitados. Muita gente saiu para a rua. Ela e o marido não. Ficaram o mais quietos que imaginar se possa e esperaram que passasse, relata Maria.

Diz o que ouviu e sentiu foi o seu pior pesadelo de sempre. Principalmente

porque mesmo de olhos abertos não conseguia libertar-se do medo. Quando as crianças acordaram compreenderam que não haveria bolo. O resto não era perceptível. Não tinham sentido o tremor de terra, nem podiam avaliar a dimensão dos impactos. Ouviam falar sobre casas que ruíram e de outras que tinham rachado. De inundações.

Maria saiu logo pela manhã com o marido para saber do estado de seus pais que tinham recentemente saído da serra para se instalarem na terra do Rolhão, na freguesia da Mexilhoeira Grande.

Manuel não sabia dos seus que, lá próximo de Marmelete, na serra, viviam em casas velhas. Não havia telefone. Nem transportes fáceis. Só restava aguardar notícias que chegariam por alguém que lá fosse e na volta transmitisse a quem estava ansioso.

Maria continuava em estado de choque. Nesse dia não só não fez o bolo, como não fez outra comida, nem o que quer que fosse. E nos dias que se sucederam ficou apática. Chorava continuamente tomada pelo medo. Não trabalhava, o que para ela era de enorme gravidade. Nunca lhe acontecera antes deixar de trabalhar. Por isso se concluiu que estava doente. Esperava-se que passasse. Mas como não passava foi ao médico. Os familiares e vizinhos davam-lhe conselhos.

O tio Manuel Gil, que Maria muito respeitava, contou-lhe que um dia discutira com um vizinho e se irritara tanto, tanto, que andou a ser tratado em Lisboa, durante dezasseis meses. E que ao fim desse tempo o médico lhe dissera que quem tinha de se curar era ele próprio, e não esperar que alguém o fizesse. Essa era também a única hipótese que restava a Maria. Mas o processo levou tempo e deixou-a frágil. (3)

Passados dois meses, em Maio de 1968 Maria engravidaria da sua terceira filha. Outra vez sem querer. (4)

No dia 7 d e Outubro desse ano, a sua primeira filha, foi pela primeira vez à escola. Maria comprou-lhe uma mala de cartão azul forte, decorada com figuras infantis. Lá dentro, colocou com muito cuidado, uma caixa de lápis de cor, mais um caderno de duas linhas, uma sebenta, um lápis de carvão, uma borracha e um afia. Vinha preparando, há muito, aquele dia.

Quando um ano antes a miúda se interessou pelo "*O*" do pacote do detergente para a loiça, (da marca OMO), Maria achou graça. Pouco tempo depois foram as letras amarelas de uma grande máquina que reparava a estrada junto à casa, onde havia uma que parecia um pato. Entusiasmada, a mãe explicou que era um "*S*". Logo mais foi a vez de um "T" de um calendário ser comparado a uma tesoura. Impôs-se então a compra de uma cartilha maternal e alguma atenção quotidiana às letras, afirma Maria.

No primeiro dia de escola, Dona Conceição, a professora mais velha e directora da Escola dos Montes de Alvor recebeu crianças e mães com a experiência de muitos anos. Maria estava orgulhosa. A pequena julgava-se preparada para a

ocasião. Puro engano.

Fazer um desenho foi a primeira tarefa que Dona Conceição pediu à classe alinhada nas carteiras duplas de madeira. Mas a filha de Maria não se lembrava de alguma vez ter ouvido essa palavra. Não sabia de que se tratava. Atrapalhada, tentou procurar no ar uma saída para o embaraço. Avaliando pelos movimentos e expressões dos colegas deduziu que deveria ser algo animado. Perguntou à parceira o que era um desenho e com a breve explicação segredada, juntando o que já via outros fazerem, deitou mãos à obra. Se era preciso, ela iria representar a praia de que tanto gostava. Reflectiu na cor com que pintaria o mar. Olhou para os doze lápis semi-saídos da caixa de papel pardo que colocara à sua frente, e decidiu-se pelo amarelo que era a cor mais clara que ali estava, seguramente a mais próxima da transparência da água. Mas a seguir já não podia pintar da mesma cor a areia, como lhe parecia que deveria ser. E o sol também não, pelo que teve de ficar de vermelho. (5)

Nos dias seguintes a filha de Maria foi para a escola acompanhada pelas filhas de duas vizinhas, que já estavam em classes mais adiantadas. Mais crescidinhas, decidiram que enquanto acompanhavam a caloira poderiam passar-lhe alguns dos seus conhecimentos sobre sexualidade. Começaram estão por se espantar com nível de ignorância da mais pequena de que já suspeitavam, mas que ultrapassava todas as suas piores expectativas.

Durante as caminhadas desses dias repetiram-se as mais estranhas palavras. Evocaram-se os ruídos mais surpreendentes e imaginativos que as mais velhas bem se esforçaram por reproduzir de modo elucidativo. Era o resultado do conhecimento ganho na escuta secreta mas interessada em circunstâncias em que os adultos foram descuidados. A imaginação, própria destas idades, misturava-se com os dados que tinham recolhido. Mas as pequenas vizinhas discutiam entre si a possibilidade de Maria estar grávida. A filha não queria acreditar em tal coisa. Tudo aquilo lhe parecia demasiado estranho e hilariante. (6)

Maria recorda que uma das suas fontes de preocupação constante era *a* falta de apetite que essa sua filha tinha desde que nascera. A cada refeição renovava-se o desalento, inventava-se uma nova estratégia que passava por pequenos passeios pela rua, pelas proximidades da casa, por brincadeiras diversificadas. Mas, afirma Maria, com essa entrada para a escola a pequena começou a alimentar-se normalmente, de um dia para o outro. Sem mais rejeições. Sem explicações.

Também a segunda filha continuava a crescer forte e saudável. Maria continuava a empenhar-se no trabalho, com o intuito de criar condições para que elas, se quisessem, não ficassem pela escolaridade obrigatória. Aqueles anos eram decisivos. Maria tinha isso bem presente. Não havia de ter por muito tempo aquela resistência física e elas iam precisar de mais dinheiro, de mais atenção. Quando estivessem na escola precisariam de mais cuidados com a roupa, com a comida, com os horários. Se não conseguisse comprar uma casa, antes delas crescerem, depois seria muito mais difícil, afirma Maria, confirmando-se a si

própria. E uma casa sua continuava a ser, como desde que se conhecia, o seu primeiro objectivo.

Ao mesmo tempo, por essa altura, Maria sentia-se saturada. Eram já seis anos de trabalho desmedido. Com a chegada uma terceira filha, e o crescimento das outras duas, ela e o marido tinham atingido o limite das suas capacidades. Combinaram mudar de vida e de casa. Os Barrosos lamentaram a decisão. Maria e Manuel também, mas era inevitável a mudança.

Começaram as buscas. Maria quis desde sempre uma casa com pouca terra. Que lhe permitisse afastar-se do rude trabalho do campo no qual se vira mergulhada desde pequena, e que não considerava nada edificante. Sempre se tinha entregue a esse trabalho de corpo inteiro, até por ser o único ao seu alcance. O que ela via como possível no tempo e no espaço em que se encontrava, mas não que fosse o que ela desejava.

Manuel gostava do campo. Da terra. Amainava-o por dentro. Às vezes fazia pequenas pausas e por alguns momentos apoiava o corpo na enxada, numa posição de equilíbrio mediado pelas duas mãos que juntas seguravam o cabo de madeira, e fixava-se no horizonte que lhe pertencia. Também eram seus, o cheiro a terra e o barulho da água a correr. Gostava das sementes que depositava debaixo dos combros, na altura certa, para recolher, depois do eterno milagre da multiplicação. Ficava grato ao chão, e aos seus próprios braços pelos frutos. Cultivar era para ele um processo de investimento na generosidade da natureza, que amava. Sem nunca o ter dito assim, confirma Maria.

Mesmo assim, nesse momento de escolha de uma nova vida, Manuel dispôs-se a procurar uma casa sem terra. Mas no mercado imobiliário da altura, depararam-se com uma oferta reduzida e pouco aliciante. Encontraram, ali perto, nos Montes de Alvor uma casa grande que lhes prendeu o olhar. Foram vê-la e souberam que albergava um inquilino. Consultaram, pela primeira vez nas suas vidas, um advogado que os informou que caso se tornassem proprietários dessa casa, teriam de esperar cinco anos para lá se instalarem, tendo ainda de fazer prova de que não tinham naquela zona outra casa sua para habitar. A hipótese ficou excluída.

Encontraram, também nos Montes de Alvor, uma outra casa à venda, velha, para reconstruir. Os herdeiros proprietários não chegaram a acordo entre si, e estes compradores não tinham muito tempo para esperar. A mesma casa haveria de ser mais tarde comprada pelo irmão mais velho de Maria.

Uma terceira oportunidade surgiu no lugar do Poço Novo. Eram sete os herdeiros proprietários. Seis queriam vender, mas a sétima parte exerceu o direito de preferência e comprou.

De Alvor chegou outra proposta. Eles foram ver. Era uma casa boa, mas não tinha sequer um pequeno quintal. Só janelas viradas para o mundo dos outros. Maria afirma que propôs a Manuel que reflectissem juntos, se queriam deixar de matar um porco, se queriam criar os filhos só entre paredes. E concluíram que não era isso que queriam.

Pouco tempo depois, um conhecido de Manuel informou-o que junto a sua casa, às Quatro Estradas, a caminho de Portimão, estava um negócio por fazer. Uma parcela de terra com cerca de um hectare e meio, com uma pequena casa velha. Tinha sido vendida mas o comprador nunca arranjara mais dinheiro que os 10% da entrada. O assunto arrastava-se havia já vários anos. Manuel foi visitar a proprietária que ficou de averiguar junto dos primeiros interessados se reuniam condições para concretizar o negócio. Senão, ser-lhes-ia devolvida, a verba correspondente ao sinal de entrada e Manuel poderia avançar. Foi o que aconteceu. Manuel pagou os mesmos 100 contos solicitados ao anterior comprador. Entregou-os em dinheiro vivo que reuniu em pouco tempo, afirma Maria.

Na verdade, Maria e Manuel não tinham dinheiro na sua posse, mas eram donos de bastante gado que, feitas as contas, haveria de chegar, aos 100 contos. Mesmo que à justa. Dos animais se fez terra e casa. Cumpria-se o sonho: um canto seu.

Como sempre aconteceu, de cada vez que realizou um sonho, Maria não rejubilou. Concentrava-se já na dificuldade dos acessos à terra, na necessidade de mais dinheiro para recuperar a casa, nos novos trabalhos que tinham de procurar. E no bebé que ia nascer. (7)

Maria aos 35 anos.
Portimão, 1977.

Notas
Capítulo VII

1. Peter Berger e Tomas Luckman situam a linguagem nos "*alicerces do conhecimento na vida quotidiana.*" Explicam o papel que a linguagem assume na distribuição social do conhecimento, alertando para a complexidade que essa distribuição social pode assumir.

"Na vida quotidiana sei, pelo menos grosso modo, o que posso ocultar de quem, a quem posso recorrer para informações sobre o quê, em geral quais as classes de indivíduos que deverão ter certos tipos de conhecimentos (...) A distribuição social do conhecimento começa assim com o simples facto de não conhecer tudo o que é conhecido pelos meus semelhantes e vice-versa, culminando em sistemas de especialização muitíssimo complexos e esotéricos. O conhecimento do modo como é distribuído o património disponível de conhecimentos, pelo menos nas suas linhas gerais, é um importante elemento desse próprio património" (Berger, 1999: 57).

A observação da linguagem do quotidiano referido nesta narrativa, ou as suas limitações, nomeadamente no que respeita à guerra em que Portugal estava envolvido, e em que envolvia o irmão de Maria, aponta para uma fraca, ou inexistente, distribuição social de conhecimento relativo ao tema da guerra.

Estes protagonistas estavam envolvidos em algo que não sabiam o que era, ou que desconheciam. Talvez tal evidência deste relato, possa constituir uma pista para a investigação da surpreendente ausência de *ferida* a que se referia Eduardo Lourenço:

"Treze anos de guerra colonial, derrocada abrupta desse Império, pareciam acontecimentos destinados não só a criar na nossa consciência um traumatismo profundo - análogo ao da perda da independência - mas um repensamento em profundidade da totalidade da nossa imagem perante nós mesmos e no espelho do mundo. Contudo, todos nós assistimos a este espectáculo surpreendente: nem uma nem outra coisa tiveram lugar.(...) A maneira como foi vivida e deglutida pela consciência nacional é simplesmente assombrosa" (Lourenço, 1992: 42).

2. Aqui fala-se das pessoas, dos seus afectos, medos e anseios, mas não se chega a elaborar qualquer enunciado sobre a guerra. É algo que escapa, é alheio a Maria, numa aparente sintonia com a afirmação anterior de Eduardo Lourenço. São sinais de uma relação indiciada nesta narrativa entre o espaço português e a África referida, uma relação latente e pouco assumida ao nível desta narrativa.

3. Tratou-se de um sismo de magnitude 7,5 estudado aprofundadamente, cujo epicentro foi localizado na mesma área do terramoto de 1755, ou seja na área do Banco de Gorringe, a sudoeste de S. Vicente. Tudo o que lhe surge associado, no relato de Maria, denuncia a fragilidade das estruturas físicas, mas principalmente

psicológicas e emocionais do espaço em estudo.

4. Em Lisboa, em Agosto de 1968, Salazar é afastado do Governo de Portugal por motivos de saúde. Marcelo Caetano é nomeado Primeiro Ministro. Um historiador escreveria, mais tarde:

"Entreaberta a tampa da panela de pressão manifestou-se generalizadamente uma avalancha de expectativas, de reivindicações, de desejo de mudança. (...) A Universidade de Lisboa entra em greve e em lutas sucessivas desde fins de 1968, e agora já sob clara influência do 'Maio Francês'. (...) É já este clima que marca os limites da 'liberdade possível' nas eleições de 1969 e vai ferir a validade legitimadora que Caetano lhe pretende conferir. (...) Só cerca de 28% dos cidadãos com capacidade eleitoral activa se inscrevem nos cadernos eleitorais" (Mattoso, 1998 b).

Este enquadramento histórico – político deve ser tido em conta, na medida que caracteriza e condiciona a realidade social em estudo.

5. Por esta mesma altura, Pierre Bourdieu desenvolvia em França, estudos que contribuiriam para a sua confirmação como uma referência maior na área da Sociologia da Educação, evidenciando que a reprodução cultural e reprodução social eram função uma da outra e não autónomas como as teorias clássicas apontavam até então.

"As teorias clássicas que tendem a dissociar a reprodução cultural da sua função de reprodução social, isto é a ignorar o efeito próprio das relações simbólicas na reprodução das relações de força. (...) Na realidade, pelo facto de elas corresponderem aos interesses materiais e simbólicos de grupos ou classes diferentemente situadas nas relações de força, estas AP (acções pedagógicas) tendem sempre a reproduzir a estrutura de disposição do capital cultural entre esses grupos ou classes, contribuindo ao mesmo tempo para a reprodução da estrutura social" (Boudieu, 1970: 30).

Ao confrontar-se com o facto de não saber o que era um desenho, a filha de Maria tomou consciência da existência de códigos e patrimónios a que outras crianças suas pares tinham tido acesso e ela não. Ainda que a um nível muito incipiente apercebeu-se que o património (ou conjunto de recursos) a que lhe tinha sido possível aceder, (por exemplo o domínio da leitura e da escrita), apesar de ter valor, não era por si só suficiente para uma afirmação fácil no contexto escolar.

6. A ausência de educação sexual ou pelo menos de informação minimamente qualificada e necessária aos vários níveis etários, revela-se por um lado característica do contexto social em análise, mas por outro lado, inibidora e lesiva do processo de desenvolvimento humano almejado, sendo evidenciada em diversos momentos deste relato de vida. De resto, este é uma questão que está, quatro décadas depois, longe de ser encarada com os meios que exige. "Será um momento importante para a história da ética nas sociedades europeias, o dia em que a inquietação do sexo e do seu regime prevalecer de modo significativo sobre o rigor das prescrições alimentares" (Foucault, 1994: 163).

Poderemos aqui questionarmo-nos sobre as possibilidades de, no contexto educativo e cultural descrito, os regimes sexuais (enquanto sistemas ou modos de viver adoptado por alguém) serem assumidos como matéria social relevante.

7. Para operar as mudanças pretendidas, Maria e Manuel apoiaram-se numa rede de contactos informal, amistosa, local e restrita. Como em todas as outras alturas de mudança. Foram redes familiares, de vizinhança, pouco sofisticadas mas mesmo assim indispensáveis. Castells (2007: 606) define rede como "um conjunto de nós interligados. Um nó é o ponto no qual a curva se intercepta." Neste caso, os nós são relacionamentos interpessoais construídos a partir da conduta e experiência do quotidiano, que constituem um capital social importante mesmo sendo reduzido.

"As redes constituem a nova morfologia das sociedades e a difusão da sua lógica modifica substancialmente as operações e os resultados dos processos de produção, experiência, poder e culta. Embora a organização social sob a forma de rede, tenha existido noutros tempos e lugares, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece as bases materiais para a expansão da sua penetrabilidade em toda a estrutura social. (...) Presença ou ausência na rede e as dinâmicas de cada rede, relativamente às outras são os factores críticos de dominação e mudança na nossa sociedade, caracterizada pela primazia da morfologia social sobre a acção sócia" (Castells, 2007: 605).

As redes denunciadas neste relato de vida são formas frágeis e limitadas, quando comparadas com as que suportam as estruturas sociais emergentes no século XXI, referidas por aquele sociólogo. No entanto a sua presença é já significativa e em vários momentos é a responsável pelos impulsos da história.

Lendo a narrativa de Maria nesta óptica de participação em redes poderíamos dizer que sempre que se permitiu participar, ampliou possibilidades e oportunidades de mudança. Os momentos de descida da serra ou de rompimento simbólico com a rede social e local pré definida, de escolha de referenciais educativos distintos dos já instituídos, ou de recusa de adesão a outras redes (como por exemplo à da emigração) constituem-se como marcos significativos não só da trajectória de vida como do processo de desenvolvimento humano em análise.

MÃE PELA TERCEIRA VEZ

Em Dezembro de 1969, Maria trazia na barriga o bebé que nasceria daí a pouco mais de um mês. Mas foi nessas condições que fez a mudança. Ajudada por Manuel, e pelas duas filhas na medida das suas pequenas possibilidades, carregou os parcos haveres para a nova – velha casa.

Maria não sentiu que fosse uma mudança brusca. Pelo contrário. As miúdas continuaram na mesma escola, tendo apenas um caminho mais comprido e solitário, para percorrer. O trabalho continuava centrado numa segunda horta, ainda na Ladeira da Nora, cuja exploração Manuel acumulava, há já algum tempo com a dos Barrosos, e que haveria de manter ainda por mais uns dois anos.

Nesse Natal, Maria e Manuel sentiam ainda mais forte a habitual necessidade de contenção na alimentação, no vestuário, ou nos poucos mais bens essenciais a que acediam. Confidenciaram às filhas que naqueles dias não tinha dinheiro nenhum em casa, o que a deixava Maria num estado de grande insegurança e ansiedade. Desde os seus treze anos, sempre se sentira senhora de algum dinheiro, mesmo que fosse muito pouco. Agora era nova aquela sensação de desprovimento total e o único alento era a expectativa de receber algum muito em breve. E voltariam a poupar. Porque, como afirma Maria, sempre que ela e seu marido ganharam 10 unidades de dinheiro gastaram apenas 5, e se ganharam 12 guardaram 6.

As filhas estiveram assim, sempre a par das dificuldades e envolvidas no processo de gestão da casa. Numa noite desse Inverno, ainda na casa da Ladeira da Nora, Maria chamou a mais velha, então com cerca de sete anos, para assistir à abertura do seu mealheiro numa sessão quase solene. Era um ursinho de plástico azul, onde tinham sido guardadas todas as ofertas de dinheiro desde bébé. Agora era tempo de contribuir com elas para a compra o novo lugar de vida.

Na noite desse Natal, as crianças não colocaram o sapatinho à chaminé como costumavam fazer. Pela manhã, Marcelino veio de visita e trouxe duas pequenas barritas de chocolate com recheio de morango.

No mês seguinte, o primeiro de 1970, Maria e a sua família continuavam a deslocar-se para os locais de sempre. Todos a horas diferentes. O pai saia tão cedo que as pequenas não o viam. A mãe ficou em casa alguns dias já que a gravidez ia avançada, e ali no novo espaço havia que instalar rotinas, tratar dos animais que ainda restavam. As miúdas iam à escola.

Logo que recolheram alguns produtos vendáveis, levaram-nos à Praça de Portimão. Mesmo que Maria nunca tivesse gostado do papel de vendedora, desempenhou-o muitas vezes.

O dia 10 de Fevereiro de 1970 foi terça-feira, dia de Carnaval.
Maria, já conhecedora do seu corpo, soube logo que se levantou que o bebé nasceria nesse dia. Manuel não foi para a horta. Ocupou-se por ali.

Pela manhã, Maria deu banho às filhas. Cozinhou para os três dias que haveria de estar fora, e para o almoço desse dia. Preparou as coisas que levaria consigo para a maternidade. Vestiu as miúdas, e disse-lhes que iriam passar uns dias a casa da tia Maria, a cunhada que agora morava mais próximo, e com quem continuava a dar-se bem.

A ideia de dormirem fora causou alvoroço nas crianças pela invulgaridade do facto e porque não percebiam o que se passava. Tudo isto, enquanto as contracções que antecedem o parto se tornavam cada vez mais frequentes e intensas.

O irmão Marcelino visitava a família quase todos os dias. A seguir ao almoço, que Maria já não comeu, ofereceu-se para ir buscar um táxi que a levasse ao Hospital, e lá partiu na sua bicicleta a pedal contente por poder ser útil até porque já se tinha oferecido para padrinho do bebé.

Pouco tempo antes, o sistema público de assistência às parturientes, tinha mudado. Se persistisse em ficar em casa, Maria estaria por sua conta. No hospital era-lhe garantida assistência médica.

A caminho do hospital, o táxi teve de evitar alguns grupos de mascarados que nesse Carnaval se divertiam, alheios à pressa, e à impaciência que Maria já levava. Passada cerca de uma hora e meia, nascia mais uma menina. A terceira filha de Maria. A terceira a quem deu o nome de Maria. Esta, Maria de Deus.

O sol dessa tarde entrava radioso pela janela da enfermaria do hospital. Daí a pouco, soou o apito da Litografia, dos que se ouviam em quase todo o concelho, anunciando as 5 horas da tarde.

No dia seguinte, à hora marcada para a visita, Maria mãe e Maria filha, receberam no hospital as outras duas pequenas que a custo começavam a perceber o que se passara, por entre os outros familiares que também vinham de visita.

Passados dois dias, Maria voltou do hospital com a sua bebé no transporte que mais usava na altura, a carroça de madeira puxada por uma mula. No interior da caixa aberta havia uma tábua que atravessava toda a largura, apoiada nos lados, a uns 30centímetros de distância do fundo, que servia de banco. Por fora era pintada de verde com as iniciais de Manuel Correia, discretas, em cada um dos dois lados e na parte de trás. A mula puxava mais acelerada ou pausadamente consoante as ordens do condutor. E as grandes rodas de madeira com aros de metal produziam uma trepidação e ruído que dependendo do tipo de piso eram mais grave ou agudo, mas sempre ruidosa companhia para todas as deslocações.

Essa primeira viagem da bebé recém-nascida entre o Hospital de Portimão e o seu lar nas Quatro Estradas, teve paragem na casa da tia, onde recolheu as duas irmãs mais velhas. Uma vez chegada a sua casa, Maria já não foi para a cama. Tinha afazeres e nunca aceitou com facilidade a ajuda dos outros. Sempre lhe custou muito pedir fosse o que fosse, afirma Maria.
Nos dias seguintes, as rotinas voltaram a instalar-se sem deixar em Maria memórias especiais. Tinha uma nova bebé para cuidar. Uma outra filha com 4 anos. Outra mais velha para mandar à escola. A comida e lida da casa para assegurar. E a horta para adensar.

As viagens desse quotidiano faziam-se entre a casa e a horta, às vezes a pé, outras em carro de mula. Maria preparava o almoço, as filhas, e ia ter com o marido. A família almoçava junta e enquanto a mais velha ia para a escola, as mais pequenas entretinham-se por ali. A mãe e o pai trabalhavam na terra até anoitecer.

Numa dessas viagens de final de manhã, Maria dirigia o animal como era hábito. Provavelmente distraída com alguma das três crianças que levava consigo, deixou que a roda do carro galgasse uma enorme pedra que estreitava o caminho e era necessário contornar. O carro virou-se com as quatro Marias lá dentro. A bebé chorou; a comida entornou um pouco; Maria teve de desengatar a mula para lhe ser possível endireitar o carro e repor a ordem normal das coisas; um vizinho chegou para ajudar quando já estava quase tudo em ordem; e Maria lá seguiu com as crianças, verbalizando o inconformismo com a sua sorte, com a injustiça da vida, mas sem lesões.

No princípio dos anos setenta Maria e de Manuel sabiam que a sua fonte de rendimento estava a esgotar-se. A horta proporcionava a este homem muito trabalho, algum prazer, e muito pouco dinheiro. Também não dispunha de espaço que permitisse criar gado, a única actividade que ele via como compatível e rentável.

Entregou pois a dita horta aos seus donos e dirigiu-se a uma obra de construção civil, em Portimão, onde disse que procurava trabalho como servente de pedreiro. Um mês depois, Manuel procurou um outro estaleiro de obra e aí já disse que era pedreiro. Muitas vezes teve de improvisar sobre o seu desconhecimento da profissão. Só a sua postura de homem responsável e honesto, e o seu interesse por aprender lhe abriam as portas a que se propunha.

No ano lectivo de 1972-73 chegava a vez da segunda filha entrar para a escola. Maria tinha-se aplicado ainda mais nas lições preparatórias. Falava-se então da possibilidade dos alunos mais avançados, ultrapassarem uma classe. Maria, empenhada no sucesso escolar das filhas, almejou a hipótese desta começar ainda nesse ano a frequentar a 2ª classe, mas não ousou falar disso à professora. Não foi pois ultrapassado o ano, como aconteceu com outra criança da família, da mesma idade, mas a miúda ficou muito à vontade nessa primeira classe, afirma Maria.

Esta filha frequentava a mesma escola que a mais velha, nos Montes de Alvor. A

ideia da necessidade de igual tratamento dos vários filhos, uma das muito vivas preocupações de Maria, não lhe permitia enviá-la para a escola de Portimão, para onde iam habitualmente as crianças das Quatro Estradas, onde viviam agora.

À entrada da aldeia dos Montes de Alvor ficava a escola nova. Aí, num edifício igual a muitos outros construídos nessa altura um pouco por todo o país para consolidar a escolaridade obrigatória, funcionavam a primeira e segundas classes. No interior do povoado, num velho posto de ensino, continuavam a ser ministradas a terceira e quarta classes.

Enquanto a segunda filha entrava para a primeira classe, a mais velha avançava para a quarta. Maria não conseguia, ou não queria, disfarçar o entusiasmo e orgulho pelo sucesso escolar das filhas. Manuel acompanhava com maior distanciamento.

Mas com o avançar do ano escolar, a mais velha começou a dar sinais de preocupação. Não queria ir à escola, coisa que nunca acontecera. Muitas vezes saía de casa a chorar. E, mais tarde, deixou mesmo de comer. Maria estranhava e perguntava-se o que deveria fazer. Manuel aconselhou-a a não dar muita importância já que a filha deveria aprender a lidar com a sua pequena vida.

Uma tarde em que a criança chegou da escola ainda mais chorosa do que nos últimos tempos, Maria quis ouvi-la. E ela contou atabalhoadamente que nesse dia a professora dera o seu ditado a um outro miúdo para que este o corrigisse sob as suas indicações. O resultado saldou-se por 23 erros. O resultado era tão chocante como injusto para a pequena. Mas este era apenas um pequeno indício de uma situação da grande irregularidade que se vivia naquela sala de aula.

Esta professora passava por um tumultuoso processo de vida que a conduziria ao suicídio consumado na mesma sala de aula cerca de dois meses depois. Do que aquelas crianças vivenciaram durante esse ano lectivo poucos se terão apercebido. Repetiam-se situações inverosímeis com desenvolvimentos absurdos. Por isso, a filha de Maria esforçava-se por tornar credível o seu relato dos factos. O resultado só conseguiu intrigar deveras Maria que decidiu ir no dia seguinte falar com a professora.

A sua filha tinha começado o ano lectivo com um grande fascínio por aquela professora que, no primeiro dia de aulas, se apresentara toda vestida de amarelo. Não era hábito as pessoas conjugarem assim as peças de roupa da mesma cor, pelo que a rigorosa sintonia de todo o conjunto não passou despercebida. Os sapatos, a maquilhagem, até os brincos em forma de malmequer, tudo era do mesmo amarelo.

Mas agora, três ou quatro meses depois, a filha de Maria rezava todos os dias, durante sua caminhada de uma hora a pé, de ida e vinda da escola, para que Deus a tirasse dali e a mandasse para Portimão.

Quando no dia que se seguiu à conversa com a filha, Maria tentou falar com a professora, esta mandou uma das crianças dizer que estava muito ocupada. Que voltasse depois, ou noutro dia. O procedimento não era habitual mas mais

nada se passou. Maria tomou a decisão de esperar a professora à saída da escola, mas quando as duas ficaram frente a frente, a professora retrocedeu saindo por uma porta das traseiras. (1)

Nessa noite, depois de falar com o marido, Maria disse à filha que ela não precisava voltar à escola enquanto as coisas não estivessem esclarecidas. No dia seguinte, Maria foi falar com a directora da escola, a Dona Conceição, que de imediato lhe respondeu que tinha tentado alertá-la, aquando dos conselhos para levar as filhas para Portimão. E que agora era só isso que se podia fazer: Tratar de imediato da transferência.

Passados dois dias, já a pequena se sentava numa das últimas filas da sala da Dona Luziete, que na escola à entrada de Portimão leccionava uma das quartas classes.

Maria estava, acima de tudo, preocupada com o sucesso escolar da filha. Para que o ano escolar não fosse irremediavelmente prejudicado, acordou com a nova professora o pagamento de explicações particulares, complementares às aulas, que aconteciam ao fim da tarde na casa da professora, situada entre a escola e a paragem do autocarro, em que a pequena se deslocava agora.

No ano lectivo seguinte, esta filha entrou para o então chamado Liceu de Portimão. A segunda filha integrou-se com facilidade na escola primária de Portimão. Este passou a ser o centro urbano de referência na vida de Maria.

Manuel, cuja vida não era mediada pela escola, tinha o seu território de actuação mais disperso. (2) Trabalhava agora num empreendimento que crescia a olhos vistos perto de Alvor e da sua casa: a Torralta. Maria tratava das filhas, da casa, de alguns animais e da terra. Durante o Verão, enquanto as miúdas estavam de férias, e as mais velhas cuidavam da mais nova, começou a trabalhar como ajudante de cozinha. No *Restaurante Lino* que ficava a 20 minutos de casa, em plena praia do Vau.

Lino, o patrão, era jogador de futebol no *Portimonense*, jovem e apaixonado pela também jovem mulher que trabalhava ao lado de Maria na cozinha. Ela, a patroa, gostava de contar as histórias do seu namoro com o marido, particularmente aquele episódio em que ele a pedira em casamento. Muito consciente da responsabilidade que iria assumir, ela respondera que sim, mas impôs uma condição: Na futura casa, seria sempre ele a arranjar o peixe, ficando à partida definido que essa tarefa nunca seria dela. (3)

Havia ainda outras histórias relativas ao futebol. Maria recorda-se do nervosismo descrito pela mulher de Lino, que comprava para cada jogo a que assistia, um lenço de pano para morder. Era preferível comer o lenço do que roer os dedos como acontecia antes dessa solução.

As três filhas de Maria ficavam em casa, por sua conta, enquanto a mãe e o pai trabalhavam. Brincavam durante grande parte do dia. Só quando a tarde já ia a meio é que, apressadamente, tentavam refazer a ordem na casa. Arrumavam, limpavam tanto quanto sabiam, tomavam banho e vestiam-se. Por volta das

seis horas da tarde, quando os pais chegavam, nem as crianças nem o espaço denunciavam as tropelias do dia.

Passados dois desses Verões, Maria arranjou trabalho, pago à hora, muito perto de sua casa, no aviário dos vizinhos Espernicas. Para ela trabalhar fora significava o acesso a uma fonte do dinheiro que lhe aumentava a segurança, e lhe aportava certa sensação de independência. Manuel continuava a preferir que a sua mulher estivesse em casa, mas a veemência com que ela afirmava a sua vontade, e o dinheiro que entrava em casa, faziam-no ceder, ainda que contrariado. (4)

A vida de Maria corria, por meados da década de setenta, à medida das suas expectativas medianas. Sem ir por aí além, afirma. Recorda o ritmo lento da evolução, mas também que a realização dos seus sonhos estava à vista. Uma casa sua e escola para as filhas. Começavam até a ter algum, ainda que pouco dinheiro de parte.

Maria vivia então um dos poucos períodos de tranquilidade. Manuel, sempre desejoso de novas realidades, ambicionava ter um automóvel. Como lia e escrevia muito mal, sugeria à mulher que fosse ela a tirar a carta de condução. Maria também não tinha o diploma da quarta classe, requisito necessário ao processo de candidatura a condutora. Mas nessa altura apetecia-lhe agradar o marido, recorda. Por isso procurou a informação necessária, preparou-se sozinha e mesmo sem tempo para estudar concretizou o exame da 4ª classe de adultos. Na mesma escola de Portimão para onde transferira, pouco antes, a sua filha mais velha.

Todavia, a ideia do carro não a encantava. Pelo contrário, impunha-se-lhe o medo de conduzir, de poder vir a magoar alguém. Quer fossem os seus, quer fossem os de fora, não se atrevia a lidar com o risco, garante Maria.

Um dia, Manuel chegou a casa, na volta de um dia de trabalho, e perguntou-lhe se, já que não a entusiasmava a ideia de um automóvel, não quereria antes construir uma casa nova? Maria respondeu de imediato que sim. Na sua memória guardou o contentamento com que reagiu, reflexo claro do bem estar com que encarava esses dias, apesar do trabalho e das pequenas inseguranças do quotidiano.

Manuel tinha conversado com dois colegas de trabalho, mais novos que ele, necessitados de casa própria, já fartos de viver com pais e sogros. Combinaram que os três se entreajudariam na construção de uma casa para cada um deles. Os três tinham terreno, mas as casas seriam clandestinas já que não dispunham de dinheiro para projectos e licenciamentos. A fiscalização costumava ser activa, pelo que o plano era o de reunirem num fim-de-semana todos os amigos disponíveis para ajudarem, bem como alguns homens pagos, de modo a que em dois dias ficassem levantadas as paredes. Pelo menos as exteriores e as mestras.

No decurso da semana que se seguia era necessário colocar um telhado em cima da construção, para que de imediato, a família se instalasse entre as paredes

húmidas. Por mais precárias que fossem as condições, ficaria assim garantido que as autoridades não derrubariam o já construído. Quando chegassem ao local, provar-se-ia com facilidade que aquelas pessoas não tinham outro lugar onde morar. Contavam à partida com a coima respectiva, mas o seu custo era insignificante quando comparado com o dinheiro envolvido numa licença para construção legalizada. Além do mais, escapavam assim a processos burocráticos que não dominavam e se arrastavam por um tempo que as suas vidas não suportavam.

Manuel ajudou os dois amigos, mais apressados pelas suas circunstâncias. E aprendeu com os erros que foi vendo cometer. Quando chegou a sua vez, desenhou na terra que era sua, próximo da casa onde morava, uma casa maior que as duas anteriores. Virada a Sul.

Maria queria que a casa fosse ainda maior. Desejava que as janelas fossem mais largas, sonhava mais alto do que ele. Manuel, com os pés agarrados ao chão, pensava no dinheiro que custavam os tijolos para paredes maiores, no tempo e nos custos de uma ambição que não queria desmedir.

Com muito trabalho esforçado, algum desconhecimento e inúmeras discussões entre os dois, poucos meses depois, a família estava a viver na nova casa, ainda sem pavimento, sem casa de banho, sem cozinha, mas a caminho da ampliação do sonho. A primeira casa sua e que antes tinham recuperado, era manifestamente pequena para criar com a largueza e dignidade que desejavam, as suas três filhas.

Construir a nova casa, significava pois, preparar o futuro. Afinal o que Maria mais gostava de fazer. Em nome do que valiam todos os sacrifícios, fossem quais fossem.

Maria vende no mercado produtos hortícolas da sua produção. Portimão, 1987.

Notas
Capítulo VIII

1. Revela-se aqui, com dimensão dramática, um fragmento do "currículo oculto" nesta escola. Illich citado por Guiddens (2002: 501) diz que é através deste que a escola ensina às crianças qual é o seu papel na vida "qual é o seu lugar e conformar-se com ele". É que muito mais relevante que o conteúdo formal dos currículos ministrados nas escolas, é o curriculum oculto, o que se ensina não deliberada ou intencionalmente, dito de outra forma, o que não consta nos sumários. São complexos normativos implícitos nos procedimentos, na organização das escolas, nas posturas e práticas docentes; Destinam-se a "consumo passivo", o que leva Illich a propor "a desescolarização da sociedade".

2. Tal como Silvano (1997 refere, num estudo da construção de novas espacialidades, nos casos de pequenas localidades, são úteis os conceitos propostos por J. Rémy de "espaço território", organizado por uma lógica de enraizamento e "espaço urbano" organizado por uma lógica de mobilidade. As personagens desta narrativa vão operando ao longo dos seus percursos uma deslocação do "espaço território" para o "espaço urbano" onde tentarão identificar lugares. "A organização do espaço e a constituição de lugares são, no interior de um mesmo grupo social, um dos enjeux e uma das modalidades das práticas colectivas e individuais" (Augé, 1992: 67).

Também no caso desta narrativa, todas estas deslocações ou movimentos indiciam e potenciam, simultaneamente, elementos de construção de mudança social.

Para Piolle "esses movimentos estão todos em ruptura com um modelo social sedentário segundo o qual os diversos actos de produção e reprodução de um grupo social - habitat, trabalho e formação, lazeres... - se efectuariam normalmente, naturalmente, num mesmo espaço, do dual esse grupo seria o ocupante e que constituiria assim um território. Mais concretamente a mobilidade é a travessia de limites socialmente significantes" (Silvano, 1997: 114).

A perspectiva antropológica em que se articulam as variáveis espaço e identidade, (Silvano, 19974) é importante para o enriquecimento de eventuais estudos do processo sociológico do Sul de Portugal. No Algarve e no Alentejo, as diferentes articulações produzidas e promovidas de espaço e identidade, contribuem para a compreensão das realidades sociológicas hoje identificadas.

3. Para eventuais trabalhos na área dos estudos de género, ou da sociologia da família, no espaço e tempo referenciados, este episódio reflecte bem os pressupostos enunciados por Bertaux (1978: 67) segundo o qual "os membros das famílias não se contentam com viver juntos e entrar em práticas afectivas

mútuas, mas estão ali principalmente para produzir alguma coisa". O que é que produzem em cada momento histórico e como se organizam nesse processo de produção, são perguntas que ficam em aberto neste estudo.

4. Castells situa, sensivelmente por esta altura histórica, "o fim do patriarcalismo" nas sociedades ocidentais." A sua tese explica com clareza o dilema e o desconforto deste marido, assim como a determinação e persistência de Maria. Para além disso, evidencia que este momento tal como outros na trajectória destas vidas, se inscreve num movimento generalizado à maioria dos países da Europa Ocidental e dos EUA.

" Este processo de integração total das mulheres no mercado do trabalho remunerado gera consequências muito importantes na família. A primeira é que quase sempre a contribuição financeira das mulheres é decisiva para o orçamento doméstico. Assim, o poder de negociação da mulher no ambiente doméstico tem crescido significativamente. Num regime estritamente patriarcal, o domínio das mulheres pelos homens era, antes de mais nada, uma questão de estilo de vida: o seu trabalho era tratar da casa. Consequentemente, uma revolta contra a autoridade patriarcal só podia ser uma medida extrema, levando com frequência à marginalização" (Castells, 2007: 273).

Acresce a esta tendência, que no meio rural do Sul de Portugal o estilo de vida das mulheres não era só tratar da casa. Como já aqui foi testemunhado, as mulheres compatibilizavam as suas tarefas domésticas relativas aos cuidados com a casa, com os filhos, amamentação, entre outras, com o trabalho no campo ao lado dos homens, e por vezes substituindo-os. Daqui se poderá compreender melhor o processo de relativa emancipação da mulher, mesmo em meios sociais e economicamente constrangidos, como aquele a que reporta esta narrativa de vida.

Capítulo IX

MARIA MÃE DE UM RAPAZ

A casa nova ia crescendo devagar, quase como se de um organismo vivo se tratasse. De cada vez que Manuel reunia o dinheiro necessário à compra dos próximos materiais, a casa dava um pequeno salto, para logo depois repousar e consolidar-se. O dinheiro que a fazia crescer provinha do trabalho de Manuel na Torralta. O que Maria ganhava cobria as despesas do constrangido quotidiano, afirma.

A filha mais nova completava já quatro anos nesse mês de Fevereiro de 1974. Dias depois a filha do meio cumpria oito. No mês seguinte a mais velha fazia 11 anos. Mas não se pensava sequer em festas de aniversário que eram desnecessárias e custavam dinheiro.

Por esses últimos dias de Abril de 1974, Manuel trouxe do trabalho estranhas notícias. Passava-se alguma coisa com as autoridades, lá para Lisboa. Maria também ouvira umas conversas, no aviário onde trabalhava. Nenhum dos dois tinha percebido com clareza o que se passava.

No entanto, Manuel estava já convencido que ia ser uma mudança para melhor. Maria não tinha essa certeza. Aconselhou-o a ser prudente e a coibir-se de falar antes de tempo; o que queria dizer antes de saberem o que iria resultar da confusão, cujo alcance não podiam prever, cujos contornos e pormenores desconheciam por completo.

Maria relembra que eles estavam entre os muitos portugueses que à data não tinham televisão, nem telefone, nem as infra-estruturas básicas instaladas; não tinham informação prévia que lhes permitisse descodificar as mensagens que a rádio emitia.

Passado pouco tempo, a total falta de informação deu lugar a torrentes incontidas de comentários. Muitas opiniões. Considerações das mais diversas. Por todo o lado. Em casa de Maria, ao jantar e aos fins de semana, as discussões eram acesas. Manuel e Maria tinham posicionamentos diferentes.

Ela, recorda-se, indignava-se com o uso e abuso do epíteto de *fascista*, aplicado em qualquer caso, e por quem na maioria das vezes sem sequer conhecia o significado da palavra. Ele não se imaginava alinhado a nenhum partido. Mas as visitas de Otelo Saraiva de Carvalho aos estaleiros da Torralta animaram-no particularmente.

Os pais de Maria, que sempre tiveram neste genro uma referência de sageza e ponderação, balançam então a sua opinião receando que ele se transformasse

num lamentável comunista. Para eles era a Igreja Católica quem continua a ditar os caminhos do pensamento, e as homilias de domingo aconselhavam distanciamento dos que sempre foram inimigos da palavra de Deus.

A filha mais velha de Maria pelo contrário sentia-se seduzida pelas posições do pai. No Liceu de Portimão, a turma de 2º ano do ciclo preparatório a que pertencia, depois de algumas acaloradas discussões, decidiu dividir-se em dois grupos. Uns preferiam colocar-se mais à direita supostamente representada pelo PSP (Partido Socialista Português). Outros imaginavam-se mais à esquerda, representados pelo PCP (Partido Comunista Português), com tolerância à UDP (União Democrática Popular) ou a outros pequenos partidos. Enquanto os primeiros olhavam com algum desdém os movimentos daqueles dias, os últimos eram seus defensores acirrados. A filha de Maria sentia-se mais próxima das colegas filhas de operários de Ferragudo, ou dos pescadores de Alvor, do que dos meninos bem comportados de Portimão. Mas não lhe agradava aquela separação, até porque o rapaz dos seus afectos posicionava-se do outro lado; mas como tinha que escolher, preferiu o grupo mais à esquerda.

Maria insistia com o marido para que reforçasse a estrutura da casa. *Porque era nossa,* justifica. Para que tivesse maior duração e melhor qualidade. Queria que ele cuidasse dos pormenores que no futuro fariam toda a diferença. Mas Manuel tinha pressa. Queria construir o mais rápido possível. Fazendo economia de dinheiro e de trabalho. Já que tudo lhe parecia conseguido com o seu próprio corpo. Ao preço do sangue e do suor. Os dois discutiam. Sobre a casa e sobre o país. E trabalhavam. Desalmadamente, segundo Maria.

No meio da agitação, quando em Fevereiro de 1975 a filha mais pequena fez 5 anos, Maria ficou grávida pela quarta vez. Apercebeu-se então que cada vez que mudara de casa lhe nascia um filho, e em jeito de brincadeira diz que prometeu a si própria que não voltaria a mudar-se. A promessa foi cumprida. Mas a verdade é que ela não achou graça ao seu estado. Tal como das outras vezes lamentou-se. E muito.

Por volta do seu quarto mês de gravidez, numa manhã de domingo, forçou-se a contar a novidade às filhas. Fê-lo por entre lágrimas, quase pedindo desculpa pelo descuido, falando da vergonha que sentia. (1)

Maria continuava a construção de sua casa. A grande barriga que pela quarta vez tinha, serviu-lhe muitas vezes de apoio às pedras e aos tijolos, que carregava para perto de Manuel que as ia alinhando e cimentando na construção da nova cisterna para recolha de água da chuva, mesmo por baixo da entrada da casa. *Os* baldes de massa, essa mistura pesada de cimento, areia e água, com que Manuel fazia evoluir a obra, era Maria quem a preparava e transportava na grande maioria das vezes, conta ela, acrescentando que quer esquecer.

Chegados ao fim de Outubro, Maria esperava o nascimento do bebé. Mas as suas contas do tempo de gravidez talvez não tivessem sido bem feitas, ou ele já teria nascido. Em qualquer caso só lhe restava esperar. No dia 29 pela manhã, Maria foi a Portimão. Tratou de um ou dois assuntos, comprou peixe e couve-flor para o jantar dessa noite. Voltou para casa na mesma camioneta de transporte

público em que as filhas mais velhas voltavam da escola e que saiu do Largo do Dique, às 13. 20h. Àquela hora fazia calor. Chegadas a casa preparou-se uma refeição rápida e Maria pediu às filhas que a deixassem descansar sem a incomodarem muito.

Levantou-se durante a tarde para preparar o jantar, alguns pormenores mais, e voltou a recolher-se no seu quarto. Percebia bem que o bebé estava para nascer mas não sabia se podia esperar pelo marido que só chegaria a casa por volta das seis horas da tarde.
Foi esperando... indecisa entre mandar chamar alguém e aguentar-se com as contracções que cada vez eram mais fortes e menos espaçadas.

Quando Manuel chegou a casa compreendeu a urgência, voltou a montar-se na bicicleta a motor em que se deslocava, e foi chamar o táxi necessário. Ninguém deu atenção aos funcionários da empresa de electricidade que ultimavam os pormenores da ligação que permitiria nessa noite, pela primeira vez naquela casa, jantar e ir para a cama com o brilho da luz eléctrica. Esta novidade era estrondosa, mas a outra era maior ainda.

No hospital as enfermeiras que receberam Maria, levaram-na para a sala de partos, prepararam-na e avisaram o marido que fosse para casa porque não seria para já.

A ela disseram-lhe que usasse a campainha no caso de precisar mas que a hora era de espera. Ela bem se sentia, mas preocupada em não incomodar os outros desnecessariamente, foi-se contendo até sentir o bebé a nascer. Agarrou-se então, aflitivamente, à campainha e só a largou quando três enfermeiras lhe chegaram ao pé. Uma calçou as luvas, a outra puxou a parte da cama que se desdobrava, e a outra foi chamar o Doutor Silveira para o caso de ser necessário, afirma Maria.

O bebé nasceu logo a seguir. E ela bem viu que era um rapaz. Mas antes de ficar contente, preocupou-se com a cor escura do bebé. Pediu que lhe explicassem. A resposta de uma das assistentes foi de acusação pelo tempo excessivo que Maria se contraíra impedindo o bebé de nascer. Maria também lhe apetecia acusá-las de a terem deixado ali sozinha mas guardou para si.

O bebé retomou rapidamente a cor normal e ela teve tempo para sentir contentamento. O seu marido iria ficar muito feliz por ter finalmente um filho. Ela que pelo contrário sempre tinha pensado que preferia raparigas por serem mais meigas, mais de casa, também agora achava que era chegado o tempo de um rapaz.

Era um bebé saudável e comprido. Manuel voltou daí a pouco ao hospital e soube da notícia. Não cabia em si de alegria. Voltou para casa mas quase não dormiu nessa noite. Em si fervilhavam planos, sonhos, alegria. Comentaria nos dias seguintes que se soubesse que seria assim já o teria encomendado antes.

O seu sorriso era incontido e limpo quando as filhas acordaram na manhã seguinte. Ele que não era homem de lhes dirigir muitos sorrisos. Mas esse dia

era especial. Combinaram o programa da visita ao hospital ao princípio da tarde. Antes era preciso ir à escola. As três miúdas viveram o momento de forma igualmente radiante. Vários outros familiares, vizinhos e amigos partilharam daquela alegria. O primo Vivaldo, filho da cunhada Maria, ofereceu-se para trazer a mãe e o rapaz para casa. Desta vez de automóvel.

De volta a casa a alegria mesclava-se em Maria com a responsabilidade que sentia ainda mais pesada e acrescida. Era a responsabilidade de educar quatro filhos. Não se tratava de vê-los crescer mas de actuar para que fossem gente de quem se pudesse orgulhar. *Pessoas úteis à sociedade.*

Daí a poucos meses Maria voltou a trabalhar no aviário perto de sua casa. O horário de trabalho poucas vezes se estendia à parte da tarde. Durante a semana começava às 7 horas da manhã e prolongava-se até às 13h, ou pouco depois. Aos sábados começava uma hora mais cedo e acabava também um pouco mais tarde.

A sua segunda filha, então com cerca de dez anos, não tinha aulas durante a manhã pelo que ficou responsável pelo menino durante esse período do dia. Antes de tomar a camioneta para o Liceu de Portimão preparava-se a si e ao pequeno irmão. Almoçava, dava o almoço ao bébé e a seguir levava-o para junto da mãe que voltaria pouco depois para casa.

Maria exigia das filhas colaboração nas tarefas de casa e no acompanhamento aos mais pequenos. Mas nunca lhes atribuía trabalho lá fora, na terra. O que quer dizer que as mantinha afastadas do labor do campo que considerava pouco instrutivo, afirma Maria.

Assim, a manifesta falta de jeito para os trabalhos no campo que todos os seus filhos evidenciaram não a preocupava. Secretamente sentia-se contente por isso. Era um sinal de que não ficariam presos à terra (no sentido substancial e não geográfico), como lhe tinha acontecido a ela.

A sua segunda filha parecia ser, a dado momento, aquela que teria um pouco mais de ligação a esse mundo da terra. Chegou mesmo a animar as expectativas de seu pai. A melhor expressão dessa proximidade terá sido a escolha de um curso de Engenharia Agrícola quando chegou à Universidade. Mas, no mesmo ano em que completou o curso em Évora tornou-se professora de Matemática.

Desde que habitava aquele lugar nas Quatro Estradas era frequente ouvir Manuel, abraçando com o olhar o seu pedaço de terra, exclamar baixinho em tom de desejo: Ah! Como isto dava uma bela horta! E Manuel não era homem para se ficar pelos suspiros.

Como trabalhavam e poupavam muito, logo que não tivesse dividas ele já se sentia com dinheiro, afirma Maria. Além de contarem com essas suas capacidades, pairava a esperança de um dia os pais de Maria lhes deixarem de herança uma parcela do que se esforçavam por acumular. Manuel sonhava que com esse dinheiro transformaria o seu hectare e meio de terra de sequeiro, numa bela horta. Ocorreu-lhe até a ideia de vender a velha casa onde antes

moraram, para com o dinheiro realizar essse sonho. O pai de Maria aconselhou-os a não venderem. Manuel ouviu o conselho mas também continuava a ouvir o sonho.

No ano de 1978 Manuel decidiu-se. Contou com a colaboração do sogro que lhe emprestou dinheiro sob a garantia de que se não conseguisse pagar ser-lhe-ia descontado na herança. Mas o compromisso não os deixou descansados. Atiraram-se de novo ao trabalho. Havia dívidas a pagar e sonhos a realizar. Eis o motor que os fazia semear, cavar, preparar os produtos, vendê-los, juntar o dinheiro e entregá-lo.

Entre os vários produtos que escolheram produzir, as cenouras renderam particularmente bem. Eram grandes, bem coloridas, sumarentas e tão frescas que se vendiam tantas quantas houvessem. Maria lavava-as durante a tarde e por vezes até noite dentro. De manhã, bem cedo, levantava-se ia à Praça de Portimão e disputava com os outros pequenos produtores, um bom lugar de venda.

A manhã era ocupada com a venda de cenouras e de mais alguns produtos hortícolas. Por volta das duas da tarde Maria estava de volta a casa e almoçava. Para logo retomar nova apanha de cenouras. Ainda se lembra que nessa altura, ao deitar fechava os olhos e só via cenouras e mais cenouras, afirma Maria. (2)

No Verão de 76, Maria considerou que faria bem à sua filha mais velha aprender a trabalhar. Levou-a consigo para o aviário e ensinou-lhe a sua forma de se afirmar, ou seja a sua estratégia pessoal como trabalhadora por conta de outros. Era preciso nunca parar nem por um bocadinho que fosse. Com a aplicação dessa receita, a patroa considerou que a miúda, então com 13 anos, receberia por cada hora de trabalho o mesmo que as outras mulheres. Enquanto isto, a segunda filha cuidava dos dois mais novos.

No Verão seguinte (1977) a experiência começou a repetir-se. Mas já o trabalho da horta devorava Maria. Já a ideia de que ela deveria trabalhar no que era seu, instigada por Manuel, a conquistara. Não se dirigiu aos patrões para se despedir calmamente, já que a decisão era, para ela, difícil de tomar. Fê-lo num ímpeto. Numa manhã em que chegara atrasada, como acontecia com frequência, e porque a paga era contabilizada à hora, o patrão resmungava sem ser directo. Ela sentiu subir-lhe a temperatura. Os outros viram-na vermelha. Maria lembra-se de ter atirado uma ou duas expressões de revolta, de ter pegado na filha e de inesperadamente ter voltado para casa. Manuel gostou.

A filha, com catorze anos, pensou logo que a praia a esperava. Maria disse-lhe que sim, mas só depois de arrumada a casa. As duas filhas mais velhas passavam então a manhã ajudando nas tarefas de casa e preparando-se para que depois do almoço pudessem desfrutar da praia do Vau.

Eram três crianças de 14,11 e 7 anos que puxavam uma cadeirinha com um bebé de dois anos. A cadeira deslizava sobre duas rodas e era forrada de branco com grandes flores azuis, percorriam com alegria essa meia hora de caminho a pé, até à praia onde se entregavam a deliciosas brincadeiras na água, na areia,

debaixo de um sol do qual não sentiam nunca necessidade de se protegerem.

Enquanto se aproximavam da zona da praia tentavam adivinhar a cor da bandeira que o banheiro de serviço levantava em cada dia. Rezavam ou faziam apostas, desejavam que fosse sempre verde, porque no caso da amarela ou vermelha, a liberdade ficava limitada.

Os vizinhos e conhecidos de Maria comentavam que era perigoso deixá-las ir assim. Ela, mãe preocupada, respondia com inflexibilidade nas regras. As filhas tinham de estar em casa rigorosamente à hora marcada. Qualquer pequeno atraso implicava penalização nos dias seguintes. E também não lhes comprou o colchão de ar que lhe tinha prometido, já que todos diziam que podia ser perigoso. As meninas bem lamentaram e argumentaram, até porque sempre que Maria fazia uma promessa cumpria -a. Orgulhava-se desse seu procedimento com aplicação rigorosa. Mas desta vez foi diferente.

Maria colaborava por esta altura na concretização do sonho de Manuel. Supunha que ficando ele feliz seria mais fácil a vida dos dois. Por essa causa, Maria trabalhava bastante. Passados muitos anos, à distância, Maria afirma que foram um casal unido enquanto não houve dinheiro. Que quando pagaram dívidas e ficaram financeiramente mais há vontade, se acabaram os projectos em comum. Maria sentia-se cansada. Desejava uma vida menos esforçada. Acreditava ter direito a isso. Manuel, por seu lado, começou a sentir-se desacompanhado. O seu sonho envolvia a sua família, mas a horta que ele desejava para usufruto de todos, parecia afinal só dele. A mulher não a queria. Os filhos ainda menos.

Maria sentada limpando feijão seco. À sua frente, também sentada, sua mãe. Atrás de si, de chapéu, João Gabriel, seu cunhado. Também de pé, de blusa clara, Manuel Correia seu marido. Bemposta - Quatro Estradas de Portimão, Inicio dos anos 90.

Notas
Capítulo IX

1. O país atravessava então o chamado "Verão quente", ou seja um período politicamente agitado, marcado por instabilidade no Governo, nas Forças Armadas, com reflexos a vários níveis da organização social.

2. "A relação específica dos pequenos proprietários produtores com os seus meios de produção leva-os estruturalmente a redefinir todo o seu tempo de vida como tempo de produção potencial. Trata-se de fazer funcionar ao máximo o estabelecimento ou empresa, senão para acumular, pelo menos para evitar a falência. Assim, o tempo que se desejaria consagrar às crianças ou aos lazeres (e isto está junto) apresenta-se como tempo retirado do tempo de acumulação: compreende-se melhor, assim, que os pais sejam levados a reduzir esse tempo ao mínimo, começando por limitar o número de filhos" (Bertaux, 1978: 79).

Este sociólogo francês estudou a forma como as relações de produção penetram na vida doméstica e a reestruturam profundamente. A sua leitura dos dados recolhidos em França é aplicável ao caso relatado por Maria. Daí que nunca existissem no seu calendário de vida dias sem trabalho, descanso, ou férias. Também o desejo de limitar o número de filhos foi sempre uma constante. No entanto, a eficácia deste posicionamento é reduzida, em primeiro lugar, graças à forte influência das posições difundidas pela Igreja Católica, e em segundo, pela escassez de informação circulante sobre saúde e contracepção.

Capítulo X

SAÍDAS DE CASA

Pelos finais dos anos 70 Maria exaspera-se com o trabalho muito esforçado e interminável. Ao que junta o peso da responsabilidade por todas as decisões: O que permitir e proibir às filhas; compras possíveis e poupanças desejadas; o que fazer para cada refeição; como conciliar os papéis de mãe, irmã, esposa, filha, mulher, trabalhadora.

Contava o mês de Maio de 1980, poucos dias quando chegou a casa de Maria, a sua irmã mais nova, Maria de Fátima, com o marido e a bebé Jessie. De férias. Maria era tratada por todos os irmãos como "a mana", uma espécie de sinónimo de porto de abrigo para todos eles. Por isso Fátima ali estava. A mesma que duas primaveras antes, protagonizara uma verdadeira história de fadas, que ainda durava e ela exibia, orgulhosamente.

Tinha Maria de Fátima uns dezassete anos e trabalhava num dos *self-service* do empreendimento turístico da "Torralta", junto a Alvor, quando recebeu a visita de uns primos que chegavam de França, "de vacanças". Com eles vinha Michel, um jovem pedreiro francês que se perdeu de amores pela moça, que aliás, todos diziam ser muito bonita. Os primos mediaram o namoro. E poucos meses depois, Fátima foi casar a Annecy acompanhada pelo pai.

Annecy é uma pequena vila do nordeste de França, próxima da fronteira com a Suíça. No dia do seu casamento, Fátima não dominava os mais básicos rudimentos da língua dele. Michel tinha-se esforçado por aprender Português, com os primos de Fátima, com quem trabalhava na construção civil. Com uma casa que ele preparara para os dois, mais essas parcas noções de língua comum, os dois, Fátima e Michel, ficaram entregues à construção das suas novas vidas.

No Algarve, as amigas e conhecidas de Fátima, tiveram a certeza que o que acabava de lhe acontecer era melhor do que a sorte grande, afirma Maria. Muito melhor do que o destino de cada uma delas. Fátima sentira-se orgulhosa de si, e da sua estrela. Terminou rapidamente o namoro que tinha na altura, e respondeu que sim, ao convite que a vida lhe fazia.

Agora, já com a primeira de três filhos que haveria de ter com Michel, Fátima vinha para umas férias como nunca tinha tido. Com mais dinheiro do que tinha antes, liberta das duras restrições familiares, com vontade de usufruir da sua juventude.

A casa da "mana" e as sobrinhas mais velhas eram elementos com que Fátima

contava para esse exercício de férias.

Maria, por seu lado, andava dividida entre a necessidade de pactuar com as novidades deste período, e a opção que a deixaria mais segura, que era a do caminho estreito que conhecia. Mas, justamente porque o sabia estreito, estava inclinada a arriscar.

Manuel era mais renitente. Tudo aquilo lhe causava estranheza e aborrecimento. Não estava habituado mas também não queria ficar.
Manuel assistia constrangido às saídas à noite, ao rodopio que se vivia em casa, Maria adivinhava a inevitabilidade de acompanhar os novos ritmos. Mesmo que não soubesse como fazê-lo. Mesmo muito insegura, ela sentia-se compelida a acompanhar as filhas, que cresciam e titubeavam com a exuberância da juventude. Curiosamente, diz Maria, as filhas sentiam no pai o lugar dos afectos. E na mãe a firmeza da qual dependiam os seus ensaios e primeiros passos do grande bailado da vida.

Por isso, quando em Junho, Fátima propôs levar consigo a filha mais velha de Maria, para umas férias fora dali, o pai resistiu e a mãe apoiou. Os dois cederam a si próprios. E a filha lá partiu de carro, a caminho de França, e depois da Suíça, onde Conceição, outra irmã de Maria, se tinha instalado há pouco mais de um ano.

Estas duas irmãs mais novas de Maria tinham nos últimos anos da sua vida em Portugal, encontrado "na casa da mana" uma referência que prezavam. A segurança que lhes inspirava o cunhado, a experiência de vida que supunham na irmã mais velha, o sucesso escolar que apreciavam nas sobrinhas, contribuíam para que as visitas ou os pedidos de conselhos fossem frequentes.

Mas se uma história de amor tinha levado Fátima para longe, foi um contexto de emergência, quase de asfixia, que catapultou Conceição para um ponto geográfico não muito distante de Annecy. Tinha apenas mais dois anos e meio de idade que sua irmã Fátima, e Conceição não suportou ver-se confinada ao Rolhão, na freguesia da Mexilhoeira Grande, onde vivia com seus pais, num ambiente familiar fechado e austero, fortemente mediado pelos valores da Igreja Católica na sua versão mais purista.

Era difícil compatibilizar as aspirações da jovem Conceição, que respirava os tempos da implantação da democracia no seu país, com a inflexível ordem moral trazida da Serra de Monchique e cultivada em sua casa. A ruptura era eminente.

Os hábitos de vida em casa dos pais de Maria continuavam severos. À beira da maioridade formal, Conceição tinha por um lado de garantir a sua autonomia financeira, mas não lhe era reconhecido o direito de decidir sobre si, de escolher amigos, horários de vida, formas de vestir. Como tinha acontecido com todos os seus irmãos, essa autonomia só poderia concretizar-se fora da casa de seus pais. E já que nenhum príncipe a tinha olhado ou tocado, de forma suficientemente forte para transformar a sua realidade, decidiu ser ela própria a fazê-lo.

Contava com 21 anos de idade e com as capacidades que a vida tinha forjado

nela, quando, numa manhã fria apanhou o autocarro que a levou do Rolhão a Portimão; depois o comboio até Lisboa, e a seguir um segundo comboio de Lisboa até Allschwil, uma pequena aldeia perdida no semi-cantão da Suíça Alemã, chamado Basel-land (Basileia-campo). A rota tinha-lhe sido proposta pelo Serviço Nacional de Emprego, na sequência de uma inscrição como candidata a um emprego no estrangeiro.

Os pais de Maria despediram-se desta sua filha Conceição, em casa, laconicamente. Pareciam querer fazer de conta que aquele era um dia como os outros. Quase como se ela voltasse à noite. Maria enviou a sua filha mais velha para que acompanhasse a irmã à estação do comboio em Portimão. Atrás de Conceição só parecia ter ficado o som das rodas do comboio nas calhas de ferro. E depois o silêncio.

O reencontro das duas (tia e sobrinha, com apenas sete anos de diferença de idade), aconteceria dois anos e meio depois em Basileia.

E no Verão seguinte, (1981) a filha mais velha de Maria quis voltar à Suíça para as férias onde acontecia tudo o que não podia acontecer nas Quatro Estradas, ou em Portimão onde vivia. O argumento de que iria trabalhar foi decisivo para que Maria e o seu marido dessem permissão, afirma.

No Verão de 1982 foi a vez da segunda filha de Maria ir para casa da irmã na Suíça. Não conseguiu trabalho mas descobriu também um mundo diferente. Feito de novas pessoas, de outros sabores, de cores e paisagens vivas, de emoções que informarão a sua estrutura.

Enquanto a segunda filha de Maria descobria os caminhos de Basileia, a terceira, com cerca de 12 anos exibia-se, por esses últimos dias de aulas, no palco da escola onde completava o ciclo preparatório. Mostrava aos seus pares um "esquema de movimento" que se desenrolava ao som de uma canção italiana. Eram influências da irmã mais velha, que também escolheu o lenço branco para pôr sobre um *maillot* negro de ginástica colado ao frágil e esguio corpo da mais pequena.

Maria tinha ainda em casa o filho de sete anos e o sobrinho Toninho, três anos mais velho, que vinha todos os verões passar as férias de Verão. Toninho, o único filho da sua irmã Idalina, vivia com a mãe em Lisboa, conta Maria. Ela trabalhava numa casa de repouso e o pai não deixara rasto depois da separação. Maria tratava o sobrinho, durante os meses de férias, como mais um elemento da casa. Até ele começar a trabalhar por volta dos dezasseis anos.

A sua filha mais velha, recorda Maria, estava nesse Verão de 1982 concentrada nos exames de 12ºano. Uma vez concluídos, emergiu nela a necessidade de decidir sobre o rumo a dar à sua vida.

Quando anunciou em casa que estava decidida a ir a Faro candidatar-se a um curso superior, foi como se tivesse soado um alarme. Não era para aquilo que Maria e Manuel estavam preparados. Tinham investido tudo o que tinham e sabiam da educação dela. Julgavam aproximada a hora de algum alívio.

Esperavam que ela procurasse emprego, que avançasse para a vida, que dentro em pouco os libertasse. E aí ela vinha com essa ideia de Universidade.

Ninguém na família tinha alguma vez falado de tal coisa. Manuel, os avós, e os outros familiares e vizinhos, viram neste gesto a rebeldia de que há muito suspeitavam. Queria ela, como que renegar as suas origens, e submeter os pais a esse esforçado sacrifício de pagar o que não tinham, para que ela se tornasse, sabe-se lá o quê?

A jovem estava indecisa entre os cursos de Comunicação Social e de Sociologia. A hipótese do Jornalismo fascinava-a, mas fazia-se acompanhar da desvantagem de só existir em Lisboa. Ela tinha feito uma viagem recente à capital, na companhia de duas amigas, para averiguarem acerca da oferta universitária. O ambiente poluído e ruidoso de Lisboa não a seduzira. Nas ruas havia demasiadas pessoas para que se pudesse dar a devida atenção a alguma delas. As cores eram tão escuras que pareciam embaciar qualquer brilho que, eventualmente se vislumbrasse. Decidiu-se assim pela Sociologia em Évora.

Foi esse o primeiro ano, em que experimentalmente, as candidaturas à Universidade foram processadas informaticamente. Mas o preenchimento de papéis e cartões de candidatura era manual e cabia a cada um dos candidatos. A filha de Maria repetiu por várias vezes o preenchimento desses papéis, rigorosamente inspeccionados por quem os recepcionava. Ainda assim, o resultado que surgiu nas pautas publicadas algum tempo depois foi "rejeitado". E o mesmo aconteceu a muitos outros candidatos. Sem razão aparente. Entre os "rejeitados" estavam alunos com boas e menos boas notas. À frente dos nomes da maioria aparecia "colocados" e "não colocados".

No jornal televisivo da noite, o Ministro da Educação, (à altura Sotto Mayor Cardía), falou sobre o problema dos "rejeitados". Não havia nada a fazer. O processo de colocações nas Universidades estava encerrado. Os erros ocorridos eram da responsabilidade dos candidatos.

A filha de Maria levantou-se do sofá com os olhos turvados de lágrimas e foi para a cama sem jantar. No outro dia não se quis levantar. E no outro também não. Já nem queria abrir a janela por não suportar a luz que lhe lembrava a esperança desfeita.

Maria e seu marido estavam deveras preocupados, segundo afirma. Não sabiam que dizer ou fazer à filha. Insistiam para que saísse do quarto sob pena de pedirem a intervenção de um médico. Numa dessas saídas forçadas, defronte da televisão, a filha apercebeu-se que as palavras que ouvira ao ministro não tinham sido as últimas. Os processos haveriam de ser reabertos. Reacendeu-se nela, de imediato, a chama de nova esperança. De tal forma que, Maria e Manuel mais interessados na saúde da filha do que no desfecho das colocações dos candidatos à universidade, interrogavam-se se estariam perante um caso sério, ou se ante uma encenação.

Maria recorda-se de pensar que em qualquer caso seria preciso gastar dinheiro. Ou na Universidade ou no médico. E confessa que teve medo.

No dia marcado, a moça dirigiu-se ao café das Quatro Estradas, onde poucas vezes entrava, para fazer o telefonema que lhe daria a resposta definitiva sobre a sua entrada na Universidade. Do outro lado da linha comunicaram-lhe que tinha ficado colocada em Évora. Voltou, mais ligeira que nunca para junto dos pais que receberam a notícia da entrada para a Universidade de Évora, de pé, na rua, junto à porta de serviço da casa.

Era uma manhã brilhante de Outubro. Manuel soltou a pergunta que lhe apertava o peito: "Mas para que queres tu ir para a Universidade?" O tom trazia um misto da alegria pela filha, e perplexidade sua perante os acontecimentos. E como se as dúvidas não fossem já bastantes, "o que seria isso da Sociologia?" Ele nunca ouvira falar de tal coisa como forma de ganhar a vida. Ou não seria essa a intenção?

A filha tentava explicar que queria ir aprender a resposta àquelas perguntas. Que queria descobrir que mais havia no mundo, para além dos pequenos trajectos que conhecia. Maria assistia a tudo em silêncio. E foi ela que ajudou a convencer o marido, afirma.

Admitir que a filha mais velha ia para a Universidade implicava, para Maria e para o seu marido, se obrigarem a oferecer aos outros três filhos a mesma oportunidade, relembra. Com os recursos de que dispunham essa era uma missão quase impossível. Mesmo assim, era preciso tentar. Lançar mão de tudo o que estivesse ao seu alcance. E de novo se anunciavam grandes esforços.

A filha propôs que a sua Universidade fosse uma experiência de dois meses em Évora. Se no fim desse período se verificasse que era insustentável o esforço económico, ou se surgissem outros imprevistos, ela voltaria para casa. Maria considerou a proposta muito razoável.

Lembra-se bem do dia em que essa filha foi para a Universidade. Era o 1º de Novembro. Doeu-lhe como doem as despedidas. Porque essa foi uma despedida. Queria que ela fosse, tinha orgulho nisso, mas estava triste. Tinha medo. Nesse dia foi levá-la à estação e recorda-se de voltar para trás sozinha e de chorar na Rua das Lojas em Portimão. Lembra-se de ser um dia triste. Apesar de alguma alegria. Passados poucos meses já estava feliz. Mais calma. A pensar que se calhar também era possível fazer o mesmo aos outros. Tinha conseguido uma pequena bolsa que ajudava. E já tinha menos medo, afirma Maria.

Como não existia telefone em casa, a filha telefonava uma vez por semana para a vizinha Conceição, onde a mãe se deslocava acompanhada dos mais novos, a horas e dias previamente combinados. Para se ouvirem. E contarem as novidades.

Maria obteve da Junta de Freguesia de Portimão uma bolsa de 50 contos para esse primeiro ano de Universidade. (Equivalente a duzentos cinquenta euros). Não era muito, mas ajudava. No ano lectivo seguinte, a mesma Junta haveria de estabelecer os critérios que ainda não tinha para a atribuição desse apoio e, Maria não voltaria a ser contemplada.

Os dias foram-se sucedendo e a novidade foi deixando de o ser. Nas Quatro Estradas, Maria continuava a receber dos elementos mais velhos da família - pais, sogros e cunhados - a mesma opinião que há muito lhe faziam chegar, directa ou indirectamente: Que ela sempre tinha conduzido mal as filhas. Que as não tinha ensinado a serem boas donas de casa, e que do actual devaneio nada mais resultaria que gastos absurdos de dinheiro.

Maria diz ter mesmo notado numa, ou em duas vizinhas, com filhos de idades aproximadas às das suas mais velhas, pequenas mudanças no trato. Eram agora mais lacónicas. Mais distantes. Uma delas chegou mesmo a confrontar Maria com a suposta injustiça: Ela, que tinha um marido que descontava para a Segurança Social, com um filho no liceu, não era economicamente apoiada por nenhuma entidade, e logo Maria cujo marido não fazia descontos, senhoria de uma casa alugada, recebia essa bolsa concedida pela Junta de Freguesia. Maria esquivou-se a uma resposta. Disfarçou a conversa e evitou-a quando voltaram a encontrar-se na mercearia.

Ainda o ano lectivo não terminara, numa manhã do final de Maio de 1983, chegou-lhe essa filha a casa, sem prévio aviso, num grande e velho *Peugeot* branco, acompanhada de um colega. Maria só tinha visto o rapaz uma vez, num fim de semana em que a filha lá o tinha levado na companhia de outros amigos. Com o estatuto de amigo.

Pouco passava das dez da manhã quando, a moça se sentou à mesa da cozinha e comunicou à mãe ao que ia. Que se queria casar. Que lhe estava a pedir dinheiro para ir à Conservatória do Registo Civil tratar dos papéis. Maria pensou tratar-se de uma brincadeira sem jeito, nem graça. Mas perante a insistência da filha, lá foi admitindo a possibilidade de tudo aquilo ser mesmo verdade.

Os dois jovens tinham decidido passar a viver juntos. Iam casar, logo que os papéis estivessem despachados, e partiriam para a Suíça no final desse ano lectivo, a fim de procurarem trabalho para as férias.

Para toda a família a notícia teve o impacto de uma bomba. Para Maria desenhava-se, com traços de dor, a consequência que mais temia: Casa-se e deixa de estudar! Estavam em perigo os seus investimentos. Os financeiros. Os dos sonhos. O que tinha de mais importante.

Olhando à distância para esse tempo, Maria justifica que, em qualquer caso, o seu sonho para os filhos não passava pelo casamento. A sua mãe nunca tinha escolhido namoros. Ela desejava fazer o mesmo. O mais importante não era que casassem ou não. Já que tirassem o curso, isso sim! Era o seu grande objectivo, afirma.

Para se concentrar no essencial, Maria passava por cima das coisas menos importantes. Este casamento só lhe provocava desgosto por constituir uma séria ameaça ao curso da filha. Mas perante as promessas de continuação dos estudos instalou-se nela a dúvida.

Pelas 14h de sexta feira, dia 29 de Julho de 1983, na Conservatória do Registo Civil instalada, à altura na Rua das Lojas em Portimão, foi formalizado o matrimónio. Maria esforçava-se para que tudo aquilo não a magoasse e quase conseguia.
Depois do acto formal - testemunhado pelos pais e por dois colegas de Universidade que os acompanham na projectada viagem à Suíça - voltaram todos a casa para uma sardinhada, num almoço tardio.

Na manhã seguinte, Maria viu a filha partir no velho Peugeot branco, rumo a Basileia, onde já tinha compromissos de trabalho a começar segunda feira, dia 1 de Agosto. Tentando disfarçar o seu desencanto, tinha ainda de ser hospitaleira com os pais do genro, que chegados do mundo civilizado de Lisboa, se tinham instalado sem data de saída. Ficaram quase dois meses.

No ano lectivo que se seguiu, a filha e o genro de Maria alojaram-se num quarto alugado pelos dois em Évora. Ela frequentava o segundo ano da Universidade, ele o terceiro.

A sua segunda filha aplicava-se no 12º ano de escolaridade, de modo a garantir o acesso a esse destino que agora era pretendido por todos na família. A terceira e o quarto filho também cumpriam os passos que deles se esperava nessa caminhada. Maria velava. Guarda memória de muito trabalho e preocupação nestes anos. Do peso da responsabilidade por todas as decisões do quotidiano, pela escolha do que fazer com a sua vida.

A mudança que fizeram nas suas vidas, por volta do ano de 1985, não foi para ela clara e assumida. Foi lentamente construída ao longo de muitos dias, semanas, meses.

Manuel decidiu deixar outra vez a terra e voltar à construção civil, donde recebia, ao fim de cada semana, o dinheiro necessário para sustentar a família. Ela continuava algumas lides no campo e principalmente o trabalho com os animais. Prolongava ainda assim o seu descontentamento.

Conta que apanhava grandes porções de erva para alimentar o gado. Que vagueava pelos campos que rodeavam a sua casa, nessa procura. Custava-lhe imenso carregar sozinha, os grandes volumes de erva. Sentia as roupas molhadas sobre o corpo durante grande parte do Inverno. Limpava, preparava tudo para que quando o marido voltasse do trabalho das obras, se entregasse ao gosto de dar de comer e mimar os seus animais. Maria diz que quando era ela a tratá-los, atirava a erva para ali, para a manjedoura, e eles comiam menos, e estragavam mais. Ele mostrava a todos que mantinha os animais. Ela sentia a falta do reconhecimento dele e dos demais. E foi decidindo que aquilo já não valia a pena.

Como queria ganhar o seu próprio dinheiro começou a fazer limpezas, às horas, numa casa em Alvor. E ainda noutra em Portimão. Era cada vez menos relevante se o marido gostava ou não do que ela fazia. Os seus interesses estavam centrados no estudo dos filhos. (1)

Em Outubro seguinte, a sua segunda filha matricula-se no 1º ano do curso de Engenharia Agrícola na Universidade de Évora. Instala-se numa Residência Universitária dos Serviços Sociais da Universidade, situada na Avenida Leonor Fernandes, e recebe uma bolsa dos Serviços Sociais da Universidade que gere de forma que agradava a Maria.

Se não fossem as limitações no acesso às diferentes universidades e cursos, essa filha teria escolhido Medicina ou Ciências do Ambiente. Assim, e porque se falava muito da necessidade de formar técnicos para responder aos desafios da CEE, (2) optou pela Engenharia Agrícola onde se dizia que iriam faltar técnicos licenciados, recorda Maria.

A mais velha preocupava-a mais. Considerava-a numa via boémia. Incompatível com o modo e com o sonho com que Maria estava na vida. A preocupação intensificou-se nos últimos meses de 1985, afirma Maria.

Os dois, filha e genro, decidiram no final de Setembro desse ano, suspender a Universidade e aceitar uma proposta de trabalho na Suíça, onde tinham ido mais uma vez passar as férias. Firmaram um contrato de trabalho num restaurante da zona de Neuchâtel, por um período de nove meses, a iniciar só em Março de 1986.

Nos meses que faltavam para iniciar esse desafio, a filha de Maria ficou em Genebra trabalhando ilegalmente como doméstica numa casa de Libaneses que ali estavam por negócios financeiros. O genro voltou para casa dos pais em Lisboa. Maria considerou esse, um reflexo visível da falta de equidade na vida económica da sua filha e genro.

Os outros filhos não lhe davam tantos motivos de preocupação. Continuavam a ter boas notas. Mas isso não era suficiente para travar o desencanto na vida de Maria. Já não se sentia como motor dos acontecimentos da sua vida, mas via-se antes arrastada por eles. Afirma Maria que as cartas da vida das duas filhas mais velhas estavam lançadas. E que as dos dois mais novos já passavam sem o seu impulso. Maria começou então a acusar um enorme cansaço. Acumulado desde que se lembrava de si. Pelo desmesurado empenho que sempre pusera nos seus sonhos.

No fim desse ano de 1986, de volta a Évora, a filha mais velha e o genro compraram uma casa de construção cooperativa, onde passaram a viver. Passados meses conseguiram os primeiros empregos e as preocupações, por esse lado, começaram a diminuir, recorda Maria.

A terceira filha frequentava agora o 11º ano de escolaridade. Vivia envolvida numa amizade intensa com uma jovem professora do ano anterior. Distante do que Maria pode, verdadeiramente, compreender. Só lhe restava aceitar. Ainda que com dificuldade.

No ano seguinte essa sua filha andava muito nervosa. Magra. Revoltada. Queria entrar numa Universidade. E era ponto de honra que fosse uma Universidade pública mas bem sabia que a selecção dos candidatos era apertada. Sempre fora exigente consigo própria. E também era com a mãe. Andavam as duas indispostas. Manuel decidiu apoiar a filha.

Tentando aligeirar a pressão, Maria sugeria-lhe que, caso não viesse a ter lugar na Universidade pública, sempre poderia recorrer às Universidades privadas, que começavam a florescer, exactamente em resposta a este constrangimento. Mas a filha rejeitava liminarmente tal hipótese. Aos berros. Não admitia atingir nada menos do que queria. Em Outubro de 1988 matriculava-se no curso de Direito na Universidade de Coimbra.

Os meses seguintes foram particularmente difíceis para as duas. Em Coimbra, a filha viu as suas primeiras notas ficarem ao nível do 10, 11, no máximo 12. Não estava acostumada, e não admitia tal coisa de si. A distância de casa, e dos pontos de apoio, levaram-na à beira do desespero. Algumas vezes pensou desistir. Mas sobreviver à desistência seria ainda mais aterrador.

Em Portimão, Maria tomava uma consciência desproporcionada de que a partida dos filhos a deixara sozinha. A sua relação com o marido degradava-se. O seu mau estar interno era crescente. Conta, com a voz embargada pela dor, que se imaginava numa grande escada, com muitos degraus empurrando as suas filhas para cima, e em resultado desse esforço via-se a si própria a descer. A afundar-se no nada. Para si não vislumbrava mais do que trabalho e sofrimento.

Com o filho repetiu-se esse sentimento, mas muito mais suave.
Quando em 1993, saíram outra vez os resultados das entradas para a Universidade, o filho anunciou-lhe: Eu fico em Évora e vou estudar Matemática. Maria afirma que sentia alegria e que ao meu tempo chorava. Era forte a sensação de ir ficar sozinha.
Também se sentia orgulhosa de que o seu filho tivesse entrado onde queria, na Universidade e no curso. Mas ao mesmo tempo a dor. (As lágrimas continuam a escorrer pelo rosto de Maria sem cessar. O esforço para a narração destas memória continua.)

A segunda filha continuava o seu curso. Num registo mais previsível. Mais certo, afirma Maria. Pela sua forma comedida de evitar todos os gastos supérfluos, constituía um encargo financeiro muito menor do que a primeira filha.

Estava claro para ela e para o marido que o que fizessem a um filho fariam aos outros. Mas a mesma mesada, definida para a primeira, nas mãos da segunda rendia muito mais. No Natal do seu primeiro ano universitário, esta filha já economizara o suficiente para oferecer à mãe umas pequenas argolas de ouro. Foi uma prenda que Maria recebeu com invulgar agrado. Por tudo o que esses brincos simbolizavam, apreciou-os tanto, que os usa até hoje. Na sua memória guarda a excelente capacidade desta filha organizar os estudos e o dinheiro.

Maria entrara, entretanto, no declive das suas forças interiores e exteriores. Mas a sua capacidade de resistir sempre fora muito treinada. Pelo que continuava a

assegurar a logística do quotidiano, prestando com muita dificuldade os serviços que todos, à sua volta, esperam dela. Sem que os filhos, ou o marido, tomassem consciência disso, ela desenvolvia uma depressão.

Apesar de querer muito que todos os filhos fossem para a Universidade, as saídas de casa custaram-lhe muito, conta Maria. As dos dois últimos doeram-lhe particularmente. Tinha consciência do seu estado de depressão. Da sua profunda tristeza. E os que estavam a seu lado não tinham preparação para compreenderem verdadeiramente o que se passava com ela.

Daí os desencontros permanentes. O mau estar que alastrava em todas as circunstâncias, e se supunha consequência de uma personalidade difícil.
O filho mais novo, mesmo sem conhecimento específico que lhe permitissem explicar tudo o que via, era o único que parecia oferecer-lhe doses repetidas de uma solidariedade eficaz. Com todos os outros, não aconteciam mais que desencontros. Incompreensões. E algum distanciamento. O aprofundamento da solidão.

Enquanto isso, a terceira filha saíra para Coimbra em Fevereiro de 89, a segunda filha terminara as actividades lectivas em Évora e, pouco depois, inicia o seu estágio na estação agronómica do Patacão, perto de Faro. Em Outubro seguinte fica colocada como professora numa escola dessa zona. Acumulava as aulas com na redacção do relatório do estágio de final de curso, e com a perspectiva do seu casamento, a 30 de Dezembro do mesmo ano.

Mas nada disto interessava Maria. A sua depressão agravava-se. Tudo lhe parecia negro e desnecessário. Dormir era a única coisa boa que lhe restava, recorda.

Chegado o Verão, a segunda filha e o genro recente, convidaram Maria e o marido para uma viagem de carro por França, até à Suíça. Como sempre, Maria não se entusiasmou. Mas todos à sua volta a aconselhavam a ir. A patroa Maria Teresa, em casa de quem trabalhava agora como empregada doméstica, era de opinião que seria bom. E ela bem lhe conhecia a tristeza de tantos dias. A filha que a convidara, insistia. Os outros incentivavam-na. Ela, sem forças sequer para resistir, deixou-se levar.

Mas não gostou. Quando voltou vinha ainda mais revoltada. A nada do que viu, durante os quinze dias que passou fora de casa, achou graça. Nem à visita a Paris a casa dos irmãos, nem ao "Louvre". Nem às altas montanhas da Suíça. Nem ao encontro com as irmãs Fátima e Conceição. Nada vencia a profunda tristeza que trazia dentro de si. Recorda-se de achar tudo aquilo bonito mas sem piada. Lembra-se de estar lá, muito, muito triste. Em Lausana subiram de teleférico a um ponto elevado, conhecido como monte de Pilatos. Depois desceram, num género de comboio até junto do pequeno cais onde tomaram um barco que os levou de passeio pelo lago que rodeia a montanha. Maria chorava. Sem saber porquê. Tentava conter as lágrimas, por ter consciência do mau ambiente que criava em seu redor, mas não conseguia impedi-las de escorrerem, sem parar, conta.

De volta a casa, aquilo continuava, recorda Maria, numa voz enrouquecida pelo choro que, mais uma vez, tenta suster. Corriam os últimos dias do mês de Agosto de 1990. Maria considerou então pedir ajuda à sua médica de família que a enviou para uma consulta da especialidade de psiquiatria. Maria aceitou a recomendação. Mas quando se manifestaram os efeitos secundários de uma medicação intensa decidiu que se a opção era sua, não queria sentir-se assim. Voltou a esse médico uma vez mais, a 22 de Novembro. Engoliu, aos poucos, os medicamentos que lhe restavam e dispôs-se olhar em frente, tentando esquecer o assunto da depressão. Não era fácil, mas também não estava acostumada a facilidades, afirma Maria. Passados estes anos, considera que nunca se soube tratar.

A segunda filha continua a consolidar a sua profissão de professora de Matemática. Sem ter sido a escolha inicial, a oportunidade agradava-lhe cada vez mais. O seu casamento vive uma turbulência que ela se esforça por ultrapassar.

Maria tinha este genro em muito boa conta. Vinha de famílias conhecidas, tinha crescido em Monchique e bebido de uma cultura que lhe era familiar. Reconfortava-a a sua educação católica. Para mais, ele era particularmente bem disposto. Maria admirava esse seu jeito de dizer a brincar o que deveras pensava; ou de dizer a cada um, apenas e nunca mais, do que considerava conveniente em cada momento. Porém os anos de convívio começariam a "deixar-lhe pulgas atrás da orelha", e mais tarde por diluir mesmo, essa imagem de genro quase ideal.

Em 1992, a terceira filha conclui o curso de Direito com boas notas (ainda que não tão brilhantes como ela tinha desejado). Nos dias da Queima das Fitas, Maria sentiu-se reforçada ao ver a filha tão feliz. Alta, magra, muito direita dentro do seu fato académico, recorda-a bonita e animada, entre os colegas, dando a sensação de se sentir capaz de tocar os píncaros do mundo. Fez, em seguida, estágio num escritório de advocacia, e demoraria ainda algum tempo a convencer-se que o seu futuro não passaria por essa profissão.

Em Maio de 1993, a sua segunda filha fica grávida. Maria prepara-se para ser avó pela primeira vez. Fica contente com a notícia. Comedidamente, recorda. Passados três meses é a filha mais velha que lhe faz o mesmo anúncio. O contentamento é o mesmo. Num e noutro caso tinha receado que as circunstâncias não lhe permitissem netos, afirma.

O ano de 1994 é feito de chegadas e partidas. A 24 de Janeiro nasce em Faro a primeira neta de Maria. Manuel exterioriza a sua alegria mas ela treinou muito a contenção. Por isso, nos momentos mais felizes remete-se para um campo neutro, onde não se produzem manifestações exteriores. Recebe a neta com a simplicidade de quem recebe uma dádiva da natureza.

A 17 de Abril chega a sua segunda neta. E outra vez, a mesma ausência de manifestações muito visíveis. Alguns terão até pensado que a ela não lhe interessava ter netos. Puro engano, ela desejava-os, garante. Mas perante os contextos que observava, não ousaria nunca formular o pedido, nem tão pouco tecer um pequeno comentário.

Depois do nascimento das duas netas tornaram-se cada vez mais evidentes os problemas que as duas filhas viviam no interior dos seus casamentos. Não que elas se abrissem com a mãe, mas Maria bem via. E continua a vigiar. De longe. Usando de um cuidado extremo para não se intrometer em algo que não deva. As suas intervenções mais parecem operações com pinças, recorda Maria. E tentava seguir os outros. Quase sempre guardando a distância e o silêncio que lhe pareciam necessários para que eles seguissem os seus rumos.

Em Novembro desse ano, morre António Inácio. O seu pai era a pessoa a quem Maria se sentia mais fortemente ligada, logo a seguir aos filhos. Desde o internamento hospitalar do Verão anterior, seguido da amputação de uma perna por causa da diabetes, que Maria se preparou para o pior.

Foi um processo doloroso em que ela não podia, nem devia, intervir. As deficientes condições higiénicas e sanitárias que sempre existiram em casa dos seus pais, assumiam agora a dimensão do choque que antes nunca sentira. Agora que ele estava assim tão limitado nos movimentos como nunca fora. Tão debilitado como ela nunca o vira.

Em contra ponto, a presença forte de sua mãe, a dedicação calma e irredutível ao marido, não deixavam a Maria nenhuma margem para se assumir como parte. Remeteu-se para o papel de observadora, só interiormente implicada. Quando o momento da despedida chegou, ela aceitou-o. Quase com serenidade. Apesar da depressão que ainda lhe lavrava o interior. Parecia até que só nos dias mais calmos, esse mau estar, recebia permissão para se revelar. Nos mais difíceis, toda a energia era reservada para resistir. E o quotidiano lá continuava cinzento.

Pouco mais de um ano depois, inesperadamente, morre Manuel, o seu marido. A 27 de Janeiro de 1996. Com 59 anos. Sem que ninguém estivesse preparado. Assim, de repente, como ele sempre pediu, afirma Maria.

Apresentação de Duarte Júlio à bisavó Maria de Jesus.
Presentes 4 gerações representadas pela mãe de Maria (ao centro), por Maria (do lado esquerdo), pela sua filha mais velha e pelo seu neto (do lado direito).
Centro de Dia Diogo Gonçalves - Av.ª S. João de Deus, Portimão, Setembro 2003.

Notas
Capítulo X

1. Num capítulo dedicado ao "Fim do Patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade", o sociólogo Manuel Castells analisa o último quarto do século XX verificando uma "integração maciça das mulheres no mercado do trabalho remunerado, quase sempre fora dos seus lares" (Castells, 2007b: 255). Para explicar a motivação mais profunda deste movimento o mesmo sociólogo escreve:

"As mulheres viram-se frente a frente com a realidade: os seus amados maridos/ pais estavam a aproveitar-se delas. E como o trabalho fora de casa lhes abriu as portas para o mundo e ampliou as suas redes sociais e a sua experiência, frequentemente marcada pela solidariedade entre as mulheres contra as agruras do dia a dia, elas começaram a fazer-se perguntas e a passar as respostas às filhas" (Castells, 2007b: 275).

No caso de Maria pode dizer-se que eram também as filhas que lhe passavam as respostas, no sentido em que a sua autonomia enquanto mulher era já um caminho irreversível. Um caminho que percorre desde muito pequena e onde o trabalho remunerado se revela como elemento fulcral. Das várias vezes que Maria trabalhou em casa, sem remuneração directa, por mais intenso ou indispensável que fosse o seu desempenho, nunca se sentiu valorizada nem pelos outros nem por si própria.

2. Portugal tinha pedido a adesão à CEE a 28 de Março1977, mas as negociações para a entrada prolongar-se-iam até 29 de Março de1985. (Mattoso, 1993: 150). Este período de oito anos e um dia teve o desfecho no preciso momento em que essa segunda filha de Maria escolhia o curso universitário.

José Medeiros Ferreira, escreveria na década de 1990: "De 1974 até aos anos 80 assistiu-se a grandes modificações na história das mentalidades e do quotidiano. Os espaços de sociabilidade alteraram-se, mudaram os valores morais e estéticos. Afirmaram-se profissões novas, introduziram-se no país novas correntes filosóficas sem constrangimentos, acentuou-se e difundiu-se o gosto pela cultura anglo-saxónica, quer na música e no cinema, quer na leitura de livros e revistas" (Mattoso, 1993: 166).

Capítulo XI

Liberdade, essa desconhecida

Numa quarta-feira de Janeiro de 1996, Manuel queixou-se de uma forte dor no peito, conta Maria. Viviam agora os dois sozinhos em casa. Preparavam-se para sair para o trabalho. Manuel estava nessa manhã sentado no sofá da sala, o que nunca acontecia aquela hora. Em vez de andar de um lado para outro, ultimando uma ou outra das tarefas que nunca esgotava, Manuel, ficou ali... sem saber o que fazer com essa dor no coração.

Maria respondeu-lhe que sempre ouvira dizer que o coração não dói. Metida no seu mundo, não atribuiu muita importância ao facto, e saiu para o trabalho. Manuel esforçou-se por fazer o mesmo.

À hora do almoço, Maria chegou a casa, e encontrou-o outra vez no mesmo sofá, quando o supunha almoçando no trabalho como era hábito. Manuel explicou que a sua dor se tinha tornado insuportável. Ela opinou que sendo assim, a única coisa a fazer era ir ao médico.
E ele saiu de casa, tomou o volante do automóvel de que se orgulhava - era seu há poucos anos, depois de ter vencido a dificuldade da carta de condução – e dirigiu-se para as consultas de urgência do Hospital de Portimão.

Uma médica de serviço observou Manuel e informou-o que não detectava nenhuma irregularidade. Ele afirmou-lhe que mesmo que ela não encontrasse a razão, ele bem sabia que estava mal. Ficou internado para observações. Nos cuidados intensivos.

Como o marido não voltasse, Maria telefonou, ao fim do dia, para o Hospital. Ficou a saber que ele estava internado, ligado a máquinas. Informou então filhos do que tinha acontecido. Nos dois dias seguintes Maria foi ao Hospital, à hora da visita. Ficou a saber que Manuel sofrera uma ameaça de enfarte do miocárdio, vulgarmente designado como ataque cardíaco. Não se avaliavam ainda os prejuízos, mas previa-se que ele saísse dos cuidados intensivos no dia seguinte, sábado. O perigo parecia afastado. Na sexta feira, Manuel foi levado para a enfermaria de homens. Maria visitou-o à tarde. À noite voltou a telefonar aos filhos reportando as suas impressões.

Aquele sábado 27de Janeiro começou com uma manhã chuvosa. Ao início da tarde, chegada a hora da visita no Hospital de Portimão, Manuel faleceu.

Maria conformou-se com a ideia de que se já antes se sentia sozinha, isso agora era assumido, afirma. Nos dias que se seguiram, levantou-se sempre cedo. Tratou com uma atitude nova aquele espaço que habitava, o mesmo que tinha sido em tempos uma horta. Sentia que não podia não deixar morrer tudo de

repente e ao mesmo tempo. As plantas, as árvores, os caminhos. Começava cada dia com muita vontade de limpar, de dar vida a tudo aquilo, afirma Maria.

A sua irmã Conceição convidou-a para uma visita à Suíça. Os filhos concordaram que seria bom, e Maria queria principalmente agradá-los. Foi. Numa tentativa de aliviar a dor que a solidão traz. Porque a certa altura a solidão dói, afirma Maria. E para se explicar diz que a solidão é ser só, muito só! É ser só sem fim.

O mês de pausa no trabalho, proposto pelo patrão, foi utilizado por Maria para desenhar a nova ordem da sua vida. Mudou de quarto, planeou obras de arranjo na casa, visitou os filhos, e voltou depois ao posto de trabalho. Durante o dia a solidão não a assaltava. É à noite que ela chega, trazendo uma grande falta, afirma Maria.

Algumas pessoas das suas relações esperaram que ela quisesse mudar-se daquela casa, da terra pela qual nunca mostrou grande apreço. Maria respondeu com uma vontade determinada de ficar ali e conservar o espaço. (1) Mesmo continuando a firmar a sua preferência por um apartamento em Portimão, onde não houvesse terra até à porta. (2)

No ano seguinte, no início de Março de 1997, a mãe de Maria sofreu um "acidente vascular cerebral" que deixou paralisada uma das partes laterais do corpo. Maria trouxe-a para sua casa e cuidou dela. No final do mesmo mês, uma réplica mais forte, incapacitou esta mulher de 77 anos, de comer, de falar ou de andar. Não voltaria a recuperar as suas habituais capacidades físicas, mas continuava muito lúcida, com uma fina percepção do mundo que a rodeava, afirma Maria.

16 meses depois, Maria optou pelo alojamento da mãe num lar de idosos situado no centro de Portimão. A própria concordou com a escolha, ainda que tivesse preferido viver o resto dos dias em sua casa. O fácil acesso aos exigentes cuidados de saúde, de higiene, e de alimentação foram as razões que levaram Maria a decidir –se por esta opção, segundo afirma. Durante os oito anos que ali viveu, continuou a acompanhar sua mãe com todo o cuidado de que foi capaz. Visitava-a pelo menos uma vez por semana, ou mais, se algum outro motivo a levava a Portimão. Sentia-se responsável pela mãe, afirma Maria.

A 3 de Maio de 1998 no Bombarral, Maria assumiu com solenidade o papel de mãe da noiva que era a sua terceira filha. Entre gente, paisagens e usos que desconhecia mas que queria respeitar. Esforçava-se então por adivinhar a forma mais adequada de apoiar a filha nesse momento. Mesmo que aí se confirmasse a escolha de todos os filhos que a intrigava e magoava: Tal como todos os outros, também esta se afastava do lugar de nascimento, e de casa dos pais. Todos, os seus quatro filhos, escolheram para viver pontos distantes na metade sul do mapa de Portugal. Para tanto não encontra explicação, só lhe resta aceitar, ainda que com dificuldade, afirma Maria.

No ano lectivo de 1998 /99, é o filho que se instala em Santiago do Cacém com a namorada, uma alentejana colega de turma da Universidade de Évora. Aí concluem o estágio final de curso de Matemática - Via ensino. No ano seguinte,

os dois são professores no Bombarral, mas o ambiente social não os seduz. Voltam ao Alentejo e fixam-se em Alcácer do Sal, com lugar efectivo no quadro de pessoal da escola local. Maria reconhece a coroação dos seus esforços. Mas na hora de comemorar, remete-se para o único lugar onde se sente confortável, o da contenção e da reserva, afirma.

O lugar terra - casa, que Maria habita concentram de novo a sua atenção. Agora é a ela que cabe conservar, decidir o que fazer com aquele lugar que é um misto de memória e de futuro. A responsabilidade dessa gestão é assumida conscientemente. Pretende passar a cada um dos filhos, uma parcela tão valorizada quanto possível, do que foi reunido ao longo da sua história de vida.

Em casa promoveu obras de manutenção e recuperação. Mas é o canteiro de roseiras plantadas em frente à casa que lhe ocupa parte do tempo e das emoções da vida. Todas as manhãs se dirige a cada uma das roseiras, a cada uma das rosas, para as tratar, ou só para as observar, ou ainda assim apreciar nessa companhia o começo de mais um dia.

Ao lado do seu jardim de rosas, Maria preparou outro pedaço de terra que cobriu de areia fina, e onde instalou baloiços e um escorrega, para encanto das netas. Com o resto da terra promoveu aquilo a que chama, rindo-se, uma mini reforma agrária, ou um centro de dia alternativo. O que quer dizer que fez saber a vizinhos e familiares que lhes oferecia, sem pedir contrapartidas, o usufruto de pequenas parcelas em que dividiu cerca de um hectare disponível para cultivo. Assim, alguns amigos, familiares ou conhecidos, quase sempre homens reformados e alguns activos que alimentavam o gosto pelo contacto com a terra, começaram a criar as mini hortas que conseguiam projectar. Uns, mais bem sucedidos repetiam por vários anos seguidos a experiência, e animados pelos resultados obtidos, pediam para alargar a parcela a seu cargo. Outros, mais inexperientes no trabalho da terra, ou cansados, cediam o seu espaço aos próximos ao fim de alguns meses. Nalguns casos juntaram-se parceiros para as micro explorações. O espaço mantinha-se assim tratado e acompanhado. Conciliar os vários interesses em presença, ou o uso de recursos comuns, como por exemplo a água para regas, é a parte que lhe cabe, afirma Maria.

Também afirma que começa a sentir-se cumprida. Não vê agora novos objectivos capazes de movê-la. Repete, de vez em quando, que antes se movia, na esperança de que o amanhã seria melhor; na crença de que os problemas desapareceriam caso vencesse este ou aquele obstáculo; mas chegou o dia em que a ilusão desapareceu e ela viu que a vida nunca será como ela pensou. O certo é que a vida continua. E Maria procura agora o que fazer com isso. (3)

Diz experimentar a leveza de uma liberdade que chegou de repente, mas foi desde sempre foi desejada. Debate-se simultaneamente com o enorme peso de não saber o que fazer com ela. Para além da liberdade, essa desconhecida com que Maria se deita e acorda agora, pensa também nos outros. Não vive só em função dos outros como supõe que faz quem é santo. Mas afirma que gostaria de o fazer, de se desprender de si com muita alegria. (4)

No ano de 2005 Maria decidiu deixar de trabalhar. Para esta decisão contribuíram

vários factores, afirma. Problemas de saúde que limitavam a sua autonomia, a aproximação da idade oficial para a reforma, a vontade de apoiar a sua filha mais velha na vida doméstica contribuindo desse modo para a conclusão da licenciatura que tinha ficado pendurada.
Évora tornou-se um destino projectado. Trocou o jardim de rosas motivo do seu orgulho, pelos cuidados com um dos netos de um ano de idade. Será ele nos próximos anos, o principal responsável pelos sorrisos e risos de Maria.

Quando a 25 de Fevereiro de 2006, a mãe Maria de Jesus deixou a vida, Maria declarou perante os irmãos que não assumia a condução processos burocráticos de partilhas. Que já chegava o longo compromisso pessoal que assumira com a mãe. Mas de nada lhe valeu. Imposições legais e morais foram mais fortes que a sua vontade. Não viu forma de rejeitar esse calvário que incluiu a legalização de imóveis que não estavam em conformidade com as exigências legais, a sua venda por preços aceitáveis para as muitas partes (irmãos, mediadores imobiliários e compradores), a distribuição dos proventos, e a gestão do equilíbrio das relações pessoais envolvidas. Esta foi uma missão espinhosa que por vezes deixou Maria à beira do desespero e da desistência. Serão precisos 4 anos de empenho para que Maria assuma o sucesso desse processo burocrático e emocional com fim à vista. (5)

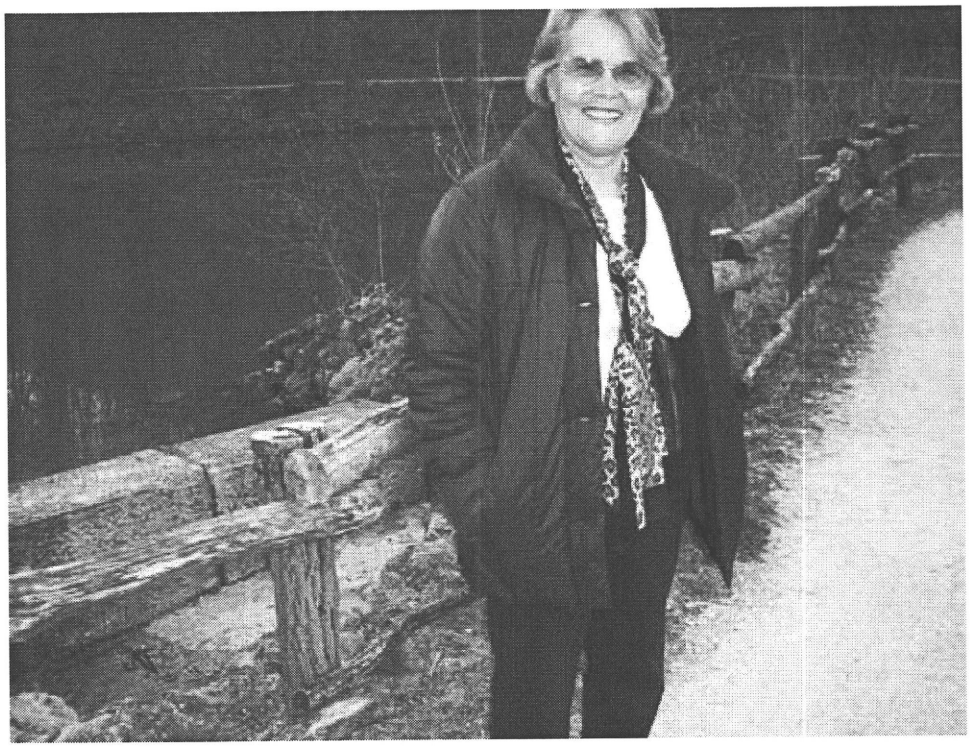
Chega-lhe entretanto mais outro neto. Conta agora sete. Contrastando com a desvalorização habitual do mundo que a rodeia, Maria afirma que os netos, os filhos e as rosas são as suas excepções positivas. Os seus são melhores ou mais bonitos que os dos outros.

A vida depois dos sessenta é então repartida entre Évora e Portimão. Em Évora a vida tende a confinar-se ao seu quarto, o espaço onde não se sente intrusa. A televisão enche esse quarto e grande parte das horas da sua vida. Afirma que a sua cultura vem da televisão. Os programas de informação são os seus preferidos. Já os convites das vizinhas disponíveis lhe interessam muito pouco. As pequenas novidades da rua onde mora, não concorrem com o que se passa nos corredores da política ou do mundo, afirma Maria. Quando chega o Outono, os dias ficam mais pequenos, as noites longas, o frio ameaça a frágil saúde do seu aparelho respiratório, e em Évora a deslocação ao médico é-lhe mais fácil. A sua rotina de vida parece persistir organizada pelo calendário lectivo. (6)

Quando a Primavera se espraia, o apelo da sua casa fica mais forte. A sua casa fica no Algarve. A casa dos filhos não a sente como sua. Maria volta então para recuperar algumas rosas, para cuidar da casa e do campo que a rodeia e atestar a existência daquele espaço, referência sua que é simultaneamente o lugar do passado e do futuro. No Verão, filhos e netos sempre passam por ali alguns dias de férias. Ela gosta que vão por puro prazer e não por dever familiar.

Traz agora o peito mais calmo. Não sente obrigações. Não tem de dar dinheiro aos filhos nem aos netos. Não tem de os proibir de nada, afirma Maria apaziguada, mas sem se considerar feliz. Porque o mesmo peito que experimenta a liberdade, debate-se com a dificuldade de não saber o que fazer com ela, que uso dar-lhe. (7)

No fim das sessões deste relato assumido como difícil, Maria propôs juntar-lhe um texto, que por essa altura leu numa revista. "Talvez te ajude... Não que eu compreenda muito bem tudo o que aí se diz, não que eu ache que valha a pena o que andas a fazer, mas muitas vezes sinto-me assim, como diz aí!", afirmou Maria sugerindo-me uma crónica de opinião. (8)



Maria usa calças compridas pela primeira vez durante uma visita a casa de sua irmã Conceição na Suíça. Uma experiência simbólica que Maria não voltou a repetir.
Fevereiro de 2007.

Notas
Capítulo XI

1. Consciente de que tudo o que existe tem um tempo de duração, um tempo de vida, Maria assume aqui uma atitude próxima dos museólogos que afirmam:

"conservar é contrariar o efémero, é 'o elixir da eterna juventude'. É manter o objecto porque ele condensa uma memória do passado que permite o sentido de coesão e de identificação entre os membros de um grupo. Perder o património é muitas vezes perder a identidade, pois esta cristaliza-se para alguns em torno do património que condensa essa identidade e compensa a falta dela em momentos de menor equilíbrio e coesão social" (Janeirinho, 2003).

2. Maria continua a aspirar a uma vida urbana, símbolo do corte desejado com o rural que a moldou mas ao qual ela sempre desejou não ter pertencido. No entanto, nem nesta fase em que se sente livre, se empenha na concretização desse desejo, como se o empenhamento não fizesse sentido depois de atingidas as metas maiores pré-definidas. Ou como se essa não fosse meta por não ter sido previamente estimada. O desejo de uma vida urbana parece confundir-se com o de uma vida moderna.

"Nem toda a vida urbana é moderna, mas toda a vida moderna é urbana. Tornar-se moderna significa, no que se refere à vida, assemelhar-se mais à vida urbana. Ou seja: Terem-se vários destinos entre os quais escolher para qualquer itinerário, e ser necessário reflectir a esse respeito (...) Receberem-se pelo caminho sinais que excedem as necessidades de orientação (...). Atravessar um espaço povoado por outros que são guiados por necessidades semelhantes (...)" (Bauman, 2007: 132).

É esta vontade de ter uma vida moderna, neste sentido descrito por Bauman, que sempre orientou Maria nas suas opções, nos seus sonhos, na educação que tentou dar aos filhos.
É a expressão da Bildung como viagem educativa que tem um ponto de partida e um ponto de chegada. Os filósofos da Educação dizem que o ponto de partida é a infância e o ponto de chegada é a maturidade. Aqui, na análise desta narrativa, podemos dizer que a esse ciclo do tempo, se junta o do espaço de vida: o ponto de partida também é o campo e o de chegada, o da cidade.

"Nas cidades contemporâneas, a identidade está, incurável e definitivamente, divorciada da natalidade. (...) A cidade é o local do prazer e do perigo, da ocasião e da ameaça. Atrai e repele, não pode fazer uma coisa sem, ao mesmo tempo, fazer também a outra. A cidade alimenta a excitação e o cansaço, oferecendo aperitivos de liberdade numa bandeja, ao mesmo tempo que purgantes de invalidação. (Bauman, 2007:143-144)

3. Ela habita ainda a concepção de uma vida como viagem com ponto de partida e de chegada. Da infância à maioridade, do campo para a cidade, do antigo para o moderno, do eu para o outro. Está marcada pelo tempo em que "A grande

viagem que caracteriza a "bildung" não consiste em ir a um lugar qualquer, não importa onde, mas sim, lá onde nos possamos formar e educar." (Suarez, 2005). Nesta explicação da bildung parece estar implícito que afinal sempre há um lugar, ou um ponto de chegada que queremos atingir. É esse ponto que Maria parece procurar, sem encontrar, o que lhe suscita uma vez mais, incertezas e inseguranças. Solidão. Desalento por vezes.

4. Na história de Maria a presença dos outros é forte. Preocupa-se com eles. Mas na perspectiva moderna do eu. Este é um projecto muito marcado pela identidade. Pelo *self*.

Vários autores, como Guiddens, Castells, Bauman, entre muitos outros, têm afirmado que questão parece ser a da concorrência interna entre os dois conceitos - identidade e de alteridade - que se confrontam e debatem. Um procura ganhar espaço ao outro, como se fossem exclusivos, quando hoje já se compreende melhor que só podem ser complementares e coexistirem em equilíbrio.

"A grande viagem de bildung é a experiencia da alteridade. Para tornar-se o que o viajante experimenta, aquilo que ele não é, pelo menos aparentemente. Pois está subentendido que, no final desse processo, ele reencontra-se a si mesmo" (Suarez, 2005).

O problema levantado por Valleriani é que o cidadão europeu nutre o seu "espírito" apropriando-se da alteridade que encontra na sua viagem. Este sujeito proposto por Hegel é um "individuo proprietário" que canibaliza o outro em função do seu próprio desenvolvimento. Reflecte um ideal humanístico que é a expressão de uma cultura dos "donos do mundo", essa do sujeito moderno que se coloca no centro da História e ignora o outro. É uma ideologia que opera através das "estruturas do sentir", afirma o autor citando Williams. (Valleriani, 2009)

5. É curioso observar a enorme amplitude do termo "herança". Em diferentes momentos deste relato de vida a palavra vai assumindo distintas acepções: no momento da vida de Maria agora mesmo reportado, "herança" tem como desejável a dimensão restrita do "dinheiro vivo", obtido a partir da venda dos bens imóveis pertença de seus pais. Já em momentos mais distantes, herança refere-se a valores éticos e morais, como é o caso do que Maria considera ter recebido dos avós. Por outro lado ainda, a herança que Maria e Manuel pensaram ter deixado aos seus filhos fica mais próxima do que Bourdieu chamaria de "carreira escolar" (Bourdieu, s.d.: 122-123).

Nos primeiros dois casos trata-se de uma transmissão intergeracional, passando à próxima geração algo que já se recebeu da anterior, desejavelmente valorizado. No caso da transmissão de Maria e de Manuel aos filhos trata-se da passagem de algo que nunca receberam e a que não tiveram acesso, pelo que não é susceptível de ser verdadeiramente tratado, criticado, valorizado ou desvalorizado, movimentando-se já no plano da desconhecida pós-modernidade.

Por outras palavras, todas estas várias dimensões do termo herança sintetizam

tudo o que temos: o acesso uma cultura que se diz técnico-cientifica, mas cuja essência, Heidegger "mostra não ser algo de técnico mas o produto do humanismo criador de uma razão calculista com que a modernidade do Ocidente realiza uma ilimitada vontade de poder" (Valleriani, 2009: 2).

6. Maria é uma testemunha de vários mundos, de épocas distintas, de tempos diferentes. Que se amalgamaram todos nela. Com custos e proveitos, o mesmo é dizer com consequências.

Nasceu num tempo e num espaço sociais, em que as "meta-narrativas", ou grandes narrativas referidas por Lyotard, enquanto grandes sistemas de valores e finalidades, ainda vigoravam, como era o caso da bíblia. Vive hoje no seio do que o mesmo autor chama "a sociedade e a cultura contemporâneas, sociedade pós-industrial, cultura pós-moderna" (Lyotard, s.d.: 75). O processo de transição que é geralmente lento, é no caso do relato de Maria acelerado, compactado, evidenciando conflitos, contradições e angústias, num formato ainda mais concentrado, do que dito processo implicou nos vários tempos e lugares por onde passou.

"As sociedades ocidentais teriam passado a orientar-se por uma lógica nova a partir dos anos vinte do séc. XX, embora os seus efeitos só começassem a tornar-se claramente perceptíveis após a segunda guerra mundial. Essa lógica nova denomina-a Lipovetski 'processo de personalização' ou seja 'uma nova forma de a sociedade se organizar e se orientar, uma nova forma de gerir os comportamentos, não já pela tirania das regras, mas com um mínimo de proibições e o máximo de escolhas possíveis, com o mínimo de austeridade e o máximo de desejo possível, com o mínimo de coerção e o máximo de compreensão possível'. No centro desta mudança, que marca para Lipovetski a entrada numa época pós-moderna, está a revolução do consumo." (Santos, 1991)

No Portugal do relato de Maria, os efeitos desta nova lógica manifesta quer na "personalização", quer no "consumo", só são bem visíveis a partir dos anos setenta e da revolução de Abril. Teremos assim, um tempo histórico e uma experiência perceptível (se quantificados em anos) ainda relativamente reduzidos, – desde a queda das meta-narrativas, à vigência da supremacia do económico e da valorização do "saber performativo, ou seja aquele que se define fundamentalmente pela busca da melhor relação in put/out put" (Santos, 1991), - o que poderá contribuir para a explicação do ponto do caminho que estamos a fazer.

Estaremos, provavelmente, ainda exercitando a mesma "regra do jogo" que Eduardo Lourenço identificou em 1978, quando analisou o novo estatuto democrático português:

"A regra do jogo, talvez ainda mais eficaz que no anterior regime, é a da desdramatização de todos os problemas nacionais. Uma democracia não tem problemas e nós somos uma democracia... Desapareceu mesmo do horizonte o sujeito de qualquer responsabilização séria pelo estado inalterável, e, em vários aspectos, piorado, de um país que de uma vez por todas nós decidimos subtrair, pelos seus méritos gloriosos de um dia, ao pouco exaltante ofício de o conhecer,

descrever e julgar como ele é." (Lourenço, 1992:49)

Insisti, por isso, para que Maria se dispusesse a fazer o seu relato de vida. Acedeu por condescendência. O ritual de gravação foi penoso. O confronto consigo própria, com a sua viagem, rebentou-lhe as lágrimas, frequentes vezes.

Nos relatos de si, Maria pretende apresentar-se como personagem pequena ou minúscula. Mas na verdade, lá no mais íntimo de si, não se conforma com esse papel. Queria responder ao desafio de se contar, mas queria igualmente poupar-se ao doloroso de o fazer.

7. No seu catálogo de medos pós modernos um dos teóricos da pós-modernidade identifica "o não saber como continuar" como pertença da modernidade (Bauman, 2007:112) Uma marca forte na história de Maria. Coexistente com a determinação exigida pelo projecto desse tempo.

8. "Da estante, 'O Labirinto da Saudade', de Eduardo Lourenço, piscou-me o olho. Abri ao acaso e li. 'Não fomos, nós somos uma pequena nação que desde a hora do nascimento se recusou a sê-lo sem jamais se poder convencer que se transformara em grande nação (...) poucas vezes um povo partindo de tão pouco alcançou um direito tão claro a ser tido por grande. Acontece, todavia, que mesmo na hora solar da nossa afirmação histórica, essa grandeza era, concretamente uma ficção"

Tal como o autor (Eduardo Lourenço), reconhece muito mudou em Portugal e no mundo desde 1978, ano em que foi escrito 'O labirinto da Saudade', contudo penso que a análise feita a esta obra à consciência que os portugueses têm de si próprios, no essencial, continua a ter alguma pertinência. Trata-se de um estado onde as duas componentes da nossa existência histórica - o desafio triunfante e a dificuldade em assumir tranquilamente esse triunfo - continuam a aprofundar a nossa dificuldade de ser. Por um lado não se desiste do sonho de grandeza, por outro, não se acredita que ele possa verdadeiramente acontecer. E, se acontece ou está quase a acontecer, é vivido como se ainda de um sonho se tratasse.

Esta conjugação esquizofrénica entre o complexo de inferioridade e superioridade, coloca-nos segundo Eduardo Lourenço, num estado de intrínseca fragilidade:
' A mistura fascinante de fanfarronice e humildade, de imprevidência moura e confiança sebastianista, de inconsciência alegre e negro presságio, que constitui o fundo do carácter português (...) misteriosamente nos corrói como raiz que é da relação irrealista que mantemos connosco mesmos'.

Daí a saudade de já termos sido, empolada por um patriotismo exacerbado que se manifesta em diferentes momentos da nossa História, como remédio para a prolongada enfermidade, a má sorte do destino português.

Hoje, quer o saudosismo, quer o patriotismo, enquanto arma ideológicas estão felizmente apaziguadas. Compreendemos que a cura para a baixa auto estima nacional não passa por aí. Aplaudo nesse aspecto a novas gerações que nos

últimos anos têm desvalorizado todo o tipo de nacionalismos. Vivemos num mundo que já é outro, global, onde as fronteiras e os dualismos se estabelecem apenas nas nossas cabeças.

Todavia, é ainda em Portugal que vivemos e dele, quer queiramos quer não, recebemos uma herança que se espelha na nossa atitude de todos os dias. E a verdade é que o medo, na maioria das vezes disfarçado de humildade, impede-nos de ir até ao fim e acreditar verdadeiramente do que somos capazes. Talvez tenha chegado o momento não de repensar Portugal como Eduardo Lourenço fez, mas de repensarmos a nós mesmos, por um bocadinho... sem Portugal." (Xana, 2006:50)

Maria escolheu este texto, nele se acolhendo para dizer de si e tentar uma explicação para os seus contraditórios sentimentos. Para o seu conturbado percurso. No momento em que dava por terminados os seus relatos.

Para além do texto citado, o grande filósofo português sugere uma solução para o enleio:

"Sempre no nosso horizonte de Portugueses se perfilou como solução desesperada para obstáculos inexpugnáveis a fuga para céus mais propícios. Chegou a hora de fugir para dentro de casa, de nos barricarmos dentro dela, de construir com constância o país habitável de todos, sem esperar de um eterno lá - fora ou lá – longe a solução que como no apólogo célebre está enterrada no nosso exíguo quintal. Não estamos sós no mundo, nunca o estivemos. As nossas possibilidades económicas são modestas, como modesto é o nosso lugar no concerto dos povos. Mas ninguém pode viver por nós a dificuldade e o esforço de uma promoção colectiva do máximo daquilo que adentro dessa modéstia somos capazes. Essa promoção passa por uma conversão cultural de fundo susceptível de nos dotar de um olhar crítico sobre o que somos e fazemos, sem por isso destruir a confiança nas nossas naturais capacidades de criação autonomizada, dialogante como tem sido sempre" (Lourenço, 1978: 49).

E na sequência deste, outro filósofo, italiano, debruçando-se sobre esse impasse, ou a dificuldade de ser, no Ocidente do tempo presente, propõe agora que se reequacione a nossa concepção de uma Bildung que na sua óptica suporta a nossa forma de estar e ser num espaço ainda eurocêntrico.
Propõe ainda que se abandone a ideologia do desenvolvimento e se olhe para a formação do homem como para um crescimento sem progresso, como um texto do pro-grama. É um conceito próximo do 'transito', um caminho não orientado à priori, como no caso da viagem, que conduz à Bildung e plasma o desenvolvimento na conformidade de um modelo. Segue-se que o homem já não é um viajante que tem uma meta, mas um caminhante que se aventura. Numa aventura nutrida de incerteza e de risco: 'caminhante, não há caminho/ faz-se caminho ao andar' (caminante, no hay camino, /se hace camino al andar) (Valleriani, 2009).

Considerações finais

As sociedades contemporâneas caracterizam-se pela diversidade, e principalmente pela crescente tomada de consciência dessa diversidade. É cada vez mais evidente a especialização de sectores de actividade, a diferenciação dos mundos sociais, a fragmentação da vida.

É a perda da crença no "progresso" que está na base da dissolução das tradicionais "narrativas" da história, afirma Anthony Guiddens apelando a novos esforços para uma análise da modernidade, a partir do reconhecimento "de algumas das limitações das perspectivas sociológicas clássicas". (Guiddens 2000:7).

Um mundo social constrói-se em torno de uma actividade específica, ainda que se possa também desenvolver à volta de actividades não remuneradas, como as culturais, associativas, religiosas ou outras (Bertaux, 2006). Entrar num dos mundos sociais constituintes do Sul europeu, ocidental e contemporâneo, é o que nos proporciona a história de vida aqui contada.

Centrar um estudo sociológico sobre a narrativa de vida de uma mulher comum, que por isso não faz parte da história contemporânea formal, acrescenta informação à já existente, e promove novos posicionamentos no caminho da investigação sobre as sociedades contemporâneas.

Poderemos dizer que este procedimento corresponde ao que Boaventura de Sousa Santos (2002) designa como Sociologia das ausências. Isto é, visa expandir o presente, criando um novo espaço-tempo necessário ao conhecimento e valorização da inesgotável experiência social, e do mundo.

Até agora o desejo desta dilatação do presente pertencia ao campo da criação literária, mas o referido sociólogo recomenda-a como "uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, activamente produzido como não existente, isto é, como uma alternativa não credível ao que existe." (Santos, 2002:11)

O objectivo da Sociologia das ausências é tomar objectos impossíveis, à luz das ciências convencionais, e transformá-los em objectos possíveis, o que equivale a transformar ausências em presenças. Isto consegue-se com base na "concentração em fragmentos da experiência social não socializados pela totalidade metonímica" (Santos, 2002:12) Neste caso, perguntámo-nos: "o que é que existe no mundo social de Maria que é independente dos mundos com que se relaciona?"

Maria, a mulher que se conta não é princesa nem ministra; foi antes, desde jovem até à idade madura trabalhadora rural; foi também operária na indústria conserveira durante cerca de dois anos; e foi ainda trabalhadora indiferenciada em restaurantes e em casas particulares; hoje é reformada. Entre os vários

papéis sociais e afectivos que assumiu, é ao de mãe que dá particular relevo. Irmã, esposa, e filha, foram outros desempenhos de relevo para ela. Mas foi um velado desejo de ruptura com o mundo que lhe estava destinado, a si e a seus filhos, que animou toda a sua viagem.

A observação e interpretação das formas que esta mulher encontrou para conjugar os diferentes papeis, as actividades sectoriais em que se envolveu, com os espaços e tempos históricos e culturais que habitou, revelam um mundo social concreto, cujo conhecimento contribui para a compreensão da realidade social local que não podemos ignorar.

As indecisões, dúvidas e amarguras, tal como os contentamentos, sucessos e desafios, contados por Maria, evidenciam um sistema de valores estruturante. É esse sistema, o principal suporte e impulso de um percurso que valoriza o trabalho e esforço individual, a par da necessidade de parceiros, procurados preferencialmente no grupo familiar. Torna-se no entanto notório que é das contradições internas desse sistema de valores que resultam muitas vezes novos desafios, novas realidades, que se produz a mudança.

O confronto e a busca de compatibilização de interesses inerentes ao género, constitui outra marca desta narrativa. A afirmação da mulher num contexto cultural promotor do domínio masculino sobre o feminino, é uma constante associada à necessidade de Maria se suplantar, continuamente.

A capacidade de Maria resistir e persistir, até ao limite das suas forças, determina o sentido da sua trajectória de vida. Uma trajectória desenhada no seio da moderna viagem que tem um ponto de partida e um ponto de chegada.

Conjugando a análise desta narrativa de vida, com as perspectivas da filosofia da educação de Valleriani e Benito, entre outros, tornou-se mais forte a necessidade de reformular conceitos, metodologias, seguindo alguma epistemologia contemporânea das ciências sociais, com o intuito de observar leituras mais diversificadas e policêntricas dos objectos que queremos estudar.

Assim, sob a influência de Valleriani (2009), revisito criticamente o conceito de desenvolvimento. Em vez de "desenvolvimento" este autor propõe a termo "solidariedade", no sentido do "envolvimento". Trata-se de uma nova abordagem a um mundo que é cada vez mais heterogéneo, híbrido, multirracial e multicultural, governado por valores muito diversos.

Torna-se por isso necessário pensar uma educação intercultural, fundada no reconhecimento de um cosmopolitismo de contexto policêntrico. Onde se inscrevem os diferentes actores sociais. Que compreenda as muito diversas formas de vida - social, económica, cultural - alimentadas das categorias éticas do acolhimento e da hospitalidade, que pressupõem a identidade e a alteridade.

Esta é a ética do caminhante, que deve suceder à do viajante ou passageiro, e que realiza a sua formação no trajecto da cultura. Uma cultura que não é de erudição nem de instrução mas tenta compreender o sentido do ser, tenta compreender o outro, a si mesmo e o mundo que o circunda.

Para tanto supõe-se a construção de "um texto de pro-gramas, dotado de racionalidade e de fins parciais, aberto à irrupção do imprevisto e do universo" (Valleriani, 2009: 78).

" Programa" não é um conceito metafísico, a priori, imutável, obrigatório, rígido, mas é um termo linguístico pragmático, prático, flexível, adequado à vida de uma sociedade complexa, híbrida, hetergenea, atravessada pela lógica da métis (conselheira), aberto à "diferença". Não tem o absolutismo do projecto que encarna os valores absolutos, mas exprime as meias verdades, como lhe chama o filósofo italiano G. Vattimo (1988).

"Meias verdades" não porque valham pouco, mas porque contêm parte da verdade do outro, do diverso, do estrangeiro, do emigrante. Distante do conceito de "programa" está o de "identidade", enquanto reflectora do absolutismo de valores, que transforma em monstro o que não reconhece, ou não é igual a si.

As meta narrativas, os velhos valores metafísicos, fundadores dos conceitos de desenvolvimento e projecto, eram absolutos e excluíam tudo o que não pertencesse à sua própria cultura, violentando tudo o que não reconheciam em si. É a uma alternativa que passe pelo "envolvimento" - em vez de desenvolvimento -, pelo "pro-grama" - em vez de projecto - , que alguns filósofos como Valleriani (2009) ou Vattimo (1992) se referem, quando propõem o "pensiero debole", ou pensamento delicado, que transporta consigo uma atitude de reconhecimento do outro.

Como disse o filósofo lituano E. Lévinas (1988) toda a filosofia e cultura do Ocidente se fundou sobre a identidade que absorveu e suprimiu a alteridade. Este processo agravou-se com o advento do "projecto" dos tempos modernos, inaugurado pelo filósofo francês Descartes.

O processo de desenvolvimento do projecto moderno é por isso possível de ser considerado lesivo ou violento para a sociedade e para o indivíduo. A formação (Bildung) desenvolvida com base no projecto e segundo ele, implica percorrer um itinerário pré determinado, sempre com uma meta final. Através desta viagem, que mais não é que um processo de desenvolvimento, formava-se o bom liberal, o bom anarquista, o bom comunista - ou o bom cidadão, (na expressão de Maria). Para por fim, verificar que o corredor, ou viajante – passageiro, o indivíduo, morre com a sua meta. Só lhe resta a solidão e a desesperança depois de cumprido ou esgotado o projecto, como confirma Maria na fase final da sua narrativa.

O viajante ou passageiro morre com a meta porque se fez insensível à experiência da viagem. Não sente as texturas, nem as cores, nem as vozes de cada lugar. Porque o que lhe interessa é chegar.

O caminhante é diferente do viajante. Experimenta o mundo como uma oferta de cada momento porque não é escravo sob o domínio do tempo. Sabe que cada verdade é "uma meia verdade" e que por isso não pode fazer rebentar a guerra, nem reprimir, nem oprimir. Só pode acolher e abrigar.

Bibliografia

ALMEIDA, João Ferreira e Pinto, José Madureira, 1976, "A investigação nas Ciências Sociais", Lisboa: Presença.

ARENAS-DOLZ, Francisco, 2008, "Retórica y Bildung. El lugar de la comunicación en la formación" in Joaquín Esteban Ortega (ed.) Cultura, hermenêutica y educación. Valladolid: Universidad Europea Miguel de Cervantes, 89-101.

AUGÉ Marc, 2003, El tiempo en ruínas, Barcelona: Gedisa

AUGÈ Marc, 1992, Non Lieux, Paris: Seuil.

BARDIN Laurence, 1979, Análise de Conteúdo, Lisboa: Edições 70.

BAUMAN, Zygmunt, 2007, A vida Fragmentada, Lisboa: Relógio de Água

BECK, Ulrich e outros, 2000, Modernização Reflexiva, Oeiras: Celta

BECKERT, Cristina, 2006, "O paradoxo da Autonomia e da fragilidade em Ricoeur" in Fernanda Henriques, (coord.), A Filosofia de Paul Ricoeur, Coimbra: Ariadne, Pag.173-175.

BENITO, Agustín Escolano, 2002, "La memoria y el deseo" in Agustín Escolano Benito e José Maria Hernández Díaz (Coords.) "La memoria y el deseo – Cultura de la escuela y educación deseada, Valência: Tirant lo blanch. 19-42.

BERGER, Peter e Luckman, Thomas, 1999, A construção Social da Realidade, Lisboa: Dinalivro.

BERTAUX, Daniel, 2006, Le récit de vie – Paris: Armand Colin

BERTAUX, Daniel, 1978, Destinos Pessoais e Estrutura de Classe, Lisboa: Moraes Editores

BOURDIEU, Pierre, 2005, Esboço Para uma Auto-Análise, Lisboa: edições 70

BOURDIEU, Pierre, 1999, A Profissão de sociólogo, Petrópolis, Vozes

BOURDIEU, Pierre, 1989, O Poder simbólico, Lisboa: Difel

BOURDIEU, Pierre et Passeron, Jean-Claude, s/data, A Reprodução, Lisboa: Vega

CASTELLS, Manuel, 2007a, A Era da Informação - A Sociedade em Rede,

Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CASTELLS, Manuel, 2007b, A Era da Informação - O Poder da Identidade, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CONILL, Jesus, 2006, Ética hermenêutica. Critica desde la facticidad, Madrid: Tecnos

COULON, Alain, 1993, Léthnométhodologie, Paris: Presses Universitaires de France

DIGNEFFE, Francoise, Albarello, Luc e outros, 1997, Práticas e Métodos de Investicação Social em Ciências Sociais, Lisboa: Gradiva.

DI TOMMASO, Arnaldo,1992, Nei Vangeli e dintorni. Quasi una ricognizione sullo stato di salute dell'uomo tra Vita e Morte di Dio, Pescara: Tracce.

DOLZ, Francisco, 2008 "Retórica y Bildung. El lugar de la comunicación en la formación" in ORTEGA, Joaquín Esteban (ed.), Cultura, hermenêutica y educación, Valladolid: Universidad Europea Miguel de Cervantes

ESPERANÇA, Eduardo, 2000, "Investigar a Experiência Social" **Economia e Sociologia** nº 70, Évora (pags. 5-20)

ESPERANÇA, Eduardo, 1999, "O Médium e sua perfomance", **Margem**, São Paulo, Faculdade de Ciências Sociais – PUC

FAURE, Edgar, 1977, Aprender a Ser, Lisboa: Bertrand

FERREIRA, Virgílio, 1994 " Saudação" **O Corvo**, Évora, Escola Secundária André de Gouveia (número temático dedicado à vida e obra de Vergílio ferreira), pag.9.

FIADEIRO, M. Antónia (2007) "Liberdade disse ela" in Lígia Amâncio et al(coord.) O longo Caminho das Mulheres- Feminismos-80 anos depois. Lisboa: Dom Quixote, 185-197.

FILHO, António G. 2008, "A demolição do mundo arcaico" entrevista a Lídia Jorge. Portal da literatura, consultado em 19 de Novembro de 2009, http://www.portaldaliteratura.com/entrevistas.php?id=17

FOUCAULT, Michel, 2002, As palavras e as Coisas, uma arqueologia das Ciências Humanas, Lisboa: Edições 70

FOUCAULT, Michel, 1994, História da Sexualidade III – O cuidado de Si, Lisboa: Relógio D'Água

FOUCAULT, Michel, 1972, A arqueologia do Saber, Lisboa, Porto: Vozes

FREIRE, Paulo, 1988, Extensão ou comunicação, São Paulo, Paz e Terra, 9ª edição.

GIDDENS, Anhthony, 2002, Sociologia, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

GIDDENS Giddens, Anthony, 2000, As consequências da Modernidade, Oeiras: Celta

GIDDENS Giddens, Anthony, 1997, Modernidade e Identidade Pessoal, Oeiras: Celta

GOMES, Isabel, 1999, Teoria da Interpretação de Paul Ricoeur, Porto: Porto Editora

HENRIQUES, Fernanda (2007) "Elisabeth Badinter: racionalismo, igualdade e feminismo" in Lígia Amâncio et al(coord.) O longo Caminho das Mulheres-Feminismos-80 anos depois. Lisboa: Dom Quixote, 245-254.

HERRERO, Henar, 2006, artigo intitulado "La Educación Superior frente al espejo de la sostenibilidad.Reproducción o transformación?", inserido no livro de Benito Escolano, 2006,"Educación Superior y Desarrollo Sostenible, Madrid, Biblioteca Nueva, pgs. 119-152.

ILLICH, Ivan, 1973, Libertar o Futuro, Lisboa: D. Quixote

ILLICH , Ivan, 1976, A Convivencialidade, Lisboa: Publicações Europa América

JANEIRINHO, Luísa, 2003, " Dar voz aos objectos", Dissertação de Mestrado em Museologia, Universidade de Évora.

LEVINAS, Emmanuel, 1988, Totalidade e Infinito, Lisboa: Edições 70.

LEWIS, Oscar, 1979, Os Filhos de Sánchez, Lisboa: Moraes, 2ªedição.

LYOTARD, Jean-Francois, s.d.a, A condição Pós-moderna, Lisboa:Gradiva

LYOTARD Lyotard, Jean- François, s.d.b., A fenomenologia, Lisboa: Edições 70

LOURENÇO, Eduardo, 1992, O Labirinto da Saudade, Lisboa: Publicações D. Quixote, 5ª ediç.

MARCOS, Mª Evangelina, 2006, Familias Interculturales interculturales – La construcción de la interculturalidade de lo micro social a lo macro social, Salamanca: Publicaciones Universidad Pontifícia

MARQUES, Oliveira , 1981, História de Portugal, volume III, Lisboa: Palas Editores, 2ª edição.

MATTOSO, José, 1998. História de Portugal, Volume 7, Lisboa: Editorial

Estampa

MATTOSO, José, 1993 História de Portugal, Volume 8, Lisboa: Círculo dos Leitores.

MIRANDA, José Bragança de, 1994, Analítica da Actualidade, Lisboa: Veja

NUNES, Maria Cristina Pereira, 2005, "Dos filhos de Sanchez aos filhos de São Geraldo – Dissertação de Mestrado", Universidade de Évora.

OLIVEIRA, Rosiska D, 2006, "A reengenharia do Tempo" **ex aequo**, nº 13, Edições Afrontamento- APEM , (pags. 13-28)

PIMENTEL, Irene (2007) "O Estado Novo, as Mulheres e o Feminismo" in Lígia Amâncio et al (coord.) O longo Caminho das Mulheres - Feminismos-80 anos depois. Lisboa: Dom Quixote,90-107.

PINHEIRO, Monarca, 1994, "Évora é longe" **O Corvo** Évora, Escola Secundária André de Gouveia (número temático dedicado à vida e obra de Vergílio Ferreira), pag.9.

POIRIER, Jean, et alt. 1999, Histórias de Vida – Teoria e Prática, Oeiras: Celta, 2ª ediç.

POLLAK, Michael, 1992, "Memória e Identidade Social" **Estudos Históricos** Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10. Página consultada a 9 de Junho de 2010.

RAMOS, Francisco M., 2001, "Histórias de vida: produto e meio de produção" **Economia e Sociologia**, nº 71, Universidade de Évora, (pags. 55 – 71)

ROCHA-CUNHA, (2006) "Legitimidade e Fragilidade da Democracia" Fernanda Henriques (ed.) A Filosofia de Paul Ricoeur. Coimbra: Ariadne (201-214).

SANTOS, Boaventura de Sousa (2002 a), Democratizar a Democracia: Os caminhos da Democracia Participativa. Porto: Afrontamento

SANTOS, Boaventura de Sousa, 2002, "Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências", página consultada em 6/02/2010 <http://www.boaventuradesousasantos.pt/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf>

SANTOS, Laura F., 1991, Algumas Reflexões em torno da Educação Pós-Moderna, Revista Portuguesa de Educação, Universidade do Minho, (pags. 129-135)

SANTOS, Maria Eduarda, 2005, Que cidadania, tomoII, Lisboa: Santos-Edu.

SEGURO, Rui; LEIRIA, Luis ,2009 " Entrevista a Cláudio Torres". Revista Aprender ao longo da vida nº10, 30 de Junho 2009. Página consultada

a 23 de Novembro de 2009 <http://www.direitodeaprender.com.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=303&Itemid=30.>

SEN, Amartya, 2003, O Desenvolvimento como Liberdade, Lisboa, Gradiva

SILVANO, Filomena, 1997, Territórios da Identidade, Oeiras: Celta.

SKIDMORE, William, 1976, Pensamento Teórico em Sociologia, Rio de Janeiro: Zahar

SOARES, 1999, Cap.5 Metodologia,
Página consultada em 24.04.09
<http//www.eps.ufsc.br/disserta99/soares/cap5.html>

SUAREZ, Rosana, 2005, " Nota sobre o conceito de Bildung (formação cultural)"
Kriterion: Revista de Filosofia, vol.46 nº112 Belo Horizonte, Página consultada em 05.02.2009,
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=SO100-512X2005000200005>

TABUCCHI, António, 2002, Afirma Pereira, Porto: Colecção Mil Folhas, Público.

TANQUEIRO, Helena, 2002, "Auto-tradução: Autoridade, privilégio e modelo" Tese de doutoramento apresentada na Universidade autónoma de Barcelona, consultada em 08/02/2010,
<http://www.tesisenxarxa.net/TESIS_UAB/AVAILABLE/TDX-1030103-182232/ht1de3.pdf>

TEIXEIRA, Gilberto, s/d, "A questão do método na investigação cientifica", <http://www.serprofessoruniversitario.pro.br/ler.php?modulo=21&texto=1660>

THOMAS, William et ZANIECKI, Florian (préface de Pierre Tripier), 1998, Le Paysan Polonais en Europe et Amérique, Paris: Nathan

TOMAS, Júlia, 2008, "A invisibilidade social, uma perspectiva fenomenológica"- comunicação para o congresso português de Sociologia, 25-29Junho 2008, Maison dês Sciences de l´Homme de Montpellier, página consultada em 03.07.2008, <http://www.msh-m.fr/article.php3?id_article=252>

TORRANO, Conrad, 2008, "Humanismo, formación y hermenêutica: La memória 'a priori' pedagógico" in ORTEGA, Joaquín Esteban (ed.), Cultura, hermenêutica y educación, Valladolid: Universidad Europea Miguel de Cervantes

VALLERIANI, António, 2009, Al di lá dell'Occidente- La svolta neobarrocca dell'educazione, Milano: Unicopli.

VALLERIANI, António, 2003, Trame dell'alterità, S. Atto di Teramo: Edigrafital.

VALLERIANI, António, 1999, Ri- Pensar ela cultura formativa dell'ambiente, Colledara- Itália: Andromeda Editrice.

VATTIMO, Gianni, 1988,Le mezze verità. Torino: La Stampa.

VATTIMO, Gianni, 1992, A Sociedade Transparente, Lisboa: Relógio D'água.

VICENTE, Ana (2007) "O pensamento feminista na primeira metade do século XX e os obstáculos à sua afirmação" in Lígia Amâncio et al(coord.) O longo Caminho das Mulheres- Feminismos-80 anos depois. Lisboa: Dom Quixote, 59-73.

WEBER, Max, 1974, Sobre a Teoria das Ciências Sociais, Lisboa: Presença

XANA, 2006 "Labirinto" **Os meus Livros** nº42 ano 5, Agosto 2006, Lisboa, Propriedade Saúde Press registada com o nº124012 do ICS; pag.50.

Índice Geral

Parte I
Posicionamento teórico e conceptual. Opções e metodológicas

Nota introdutória 10

1. O objecto da investigação 15
1. 1. Razões de escolha do objecto 17
1.2. Pertinência deste objecto de estudo 18

2. Finalidade e objectivos do trabalho 20

3. Posicionamento teórico e conceptual 21

3.1. Conceitos estruturantes ou conceitos de partida 22
3.1.1. Actor Social 22
3.1.2 O self 22
3.1.3. Identidade 23
3.1.4.Interacionismo simbólico 23
3.1.5. Interação social 24
3.1.6. A fenomenologia 25

3.2 .Conceitos encontrados no caminho da pesquisa 27
3.2.1. Mobilidade Social e género 27
3.2.2. Vida Social Quotidiana 28
3.2.3. Processos de socialização em pequenas comunidades locais 28
3.2.4. Curriculum oculto 29
3.2.5. Desenvolvimento humano 29
3.2.6. "Bildung" 30
3.2.7. Alteridade 31

4. Metodologia 32

4.1.Tipo de estudo : exploratório 33
4.2.O Método científico. A escolha da metodologia quantitativa. Coerência com os objectivos e com o enquadramento teórico. 33
4.3. Histórias de vida. Uma técnica de recolha de dados 34
4.4. A Escolha da informante e da história de vida 38
4.5. Condições especificas da recolha da entrevista 39
4.6. Tradução. A opção sobre o formato da narrativa de vida 40
4.7. Análise de dados 41
4.7.1. Análise diacrónica e sincrónica 42
4.7.2. Análise sócio estrutural e sócio simbólica 43

Notas 44

Parte II
Narrativa de vida. Comentários e reflexões.

Capítulo I
Visita a Casa de Gil António e Maria Teresa 46
Notas 50

Capítulo II
Visita a Casa de Catarina Correia 53
Notas 57

Capítulo III
António Inácio e Maria de Jesus, pais de Maria 59
Notas 66

Capítulo IV
Maria Criança 71
Notas 76

Capítulo V
Maria Moça 81
Notas 93

Capítulo VI
Maria Mãe 100
Notas 105

Capítulo VII
Maria Mãe outra vez 107
Notas 114

Capítulo VIII
Maria Mãe pela terceira vez 117
Notas 124

Capítulo IX
Maria Mãe de uma rapaz 126
Notas 132

Capítulo X
Maria Educadora 133
Notas 145

Capítulo XI
Liberdade, essa desconhecida 146
Notas 151

Considerações Finais 156

Bibliografia 159